



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 01 do proc
Nº 01-22 15
Adelina Cícero - 15.000.000-1
RF 100.436

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO
12 MAIO 2015
PRESIDENTE

Projeto de Lei

PL
22/2015

“Confere nova redação aos incisos I e II do artigo 1º da Lei 12.152 de 23 de julho de 1996 que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências”

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - Os incisos I e II do artigo 1º da Lei 12.152 de 23 de julho de 1996 passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - de segunda-feira a sexta-feira, das 21h30m às 6h30m;

II - aos sábados, domingos e feriados, durante às 24 horas." (NR)

Art. 2º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ POLICE NETO
VEREADOR - PSD

03 FEB 2015

SCP. 42

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) nº _____ sob nº _____
a 2ª de informação
sob nº 3. 4.1.2.15..
Ass: 
Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



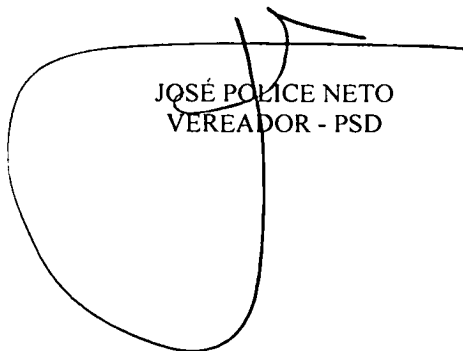
Folha nº 02 do proc
Nº 01-23 de 15
Adelina C. - Ass. Parlamentar
RF 100.406

Is. 2

Justificativa

O presente projeto de lei pretende atualizar a lei original, de autoria do nobre vereador José Eduardo Cardoso estendendo os horários de redução da circulação no Elevado Costa e Silva, atendendo assim as demandas dos moradores pela redução da poluição sonora e particulada.

A medida não interfere na circulação em dias de semana, mas garante uma circulação mais restrita em finais de semana, período no qual a circulação já é parcialmente reduzida. Neste sentido a proposta busca sintonizar-se com a política oficial de incentivo ao transporte coletivo e redução da circulação de veículos automotores individuais



JOSÉ POLICE NETO
VEREADOR - PSD



Papel para informação, rubricado como folha nº03.....

do processo nº ^{0.1} 22 de 2015., 4, 2, 15 (a)

LIDO HOJE

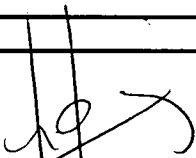
ÀS COMISSÕES DE: 03 FEV 2015

Constit. Just. e Leg. Particlar.

Pol. Urb. Metrô, e Meio Amb.

Transp., Transp., Al. Econ., Tur., Laz. e Gastron.,

Finanças e Orçamento.



PRESIDENTE

ANTONIO DONATO

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

05 JAN 20
D. H. H. H.

Jader Augusto Pimenta

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ANÁLISE DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 05/02/15 ÀS 17 Hs
POR: *laura*

SAÍDA: 11/02/15 ÀS 15:00h ASS: *M. yonel*

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seguem, juntados nesta data ^{Folha para Informação} Documento rubricados sob

Folhas de nºs 04 a 19 em 11/02/2015

M. A. Y. S. S. E. L.
Técnico Administrativo
nº 10940



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

04
01-0022 de 2015
O funcionário
M. José
Mário José de Almeida
Téc. Leg. 1001947

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0022/15

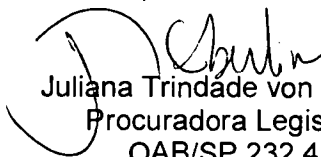
Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo), e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Orgânica do Município de São Paulo – cópia parcial;
- Lei Municipal nº 12.152, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, aprova a política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002 – especialmente o parágrafo único do art. 375;
- PL 10/2014, do Vereador José Police Neto e outros, que cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado Costa e Silva.

Cópia(s) do(s) texto(s) acima indicado(s) acompanha(m) a presente informação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 03.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2015.


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414


Christiana Samara Chebib
Procuradora Supervisora do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 244.472

Parágrafo único - A lei disporá sobre os procedimentos e meios necessários à vinculação dos atos da administração aos planos integrantes do processo de planejamento.

Art. 146 - Compete ao Município implantar e manter atualizado o sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais e outras de relevante interesse para o Município, assegurada sua ampla e periódica divulgação, e garantindo seu acesso aos munícipes.

§ 1º - O sistema de informações deve atender aos princípios da simplificação, economicidade, precisão e segurança, evitando-se duplicações de meios e instrumentos.

§ 2º - Os agentes públicos e privados ficam obrigados a fornecer ao Município, nos termos da lei, todos os dados e informações necessárias ao sistema.

§ 3º - O sistema de informações estabelecerá indicadores econômicos, financeiros, sociais, urbanísticos e ambientais, entre outros, mantendo-os atualizados e divulgando-os periodicamente, de forma a permitir a avaliação, pela população, dos resultados da ação da administração.

SEÇÃO III DA PARTICIPAÇÃO NAS ENTIDADES REGIONAIS

Art. 147 - O Município, a participar das estruturas regionais criadas pelo Estado, nos termos do que dispõem a Constituição da República e a Estadual, fará valer os princípios e os interesses de seus habitantes.

§ 1º - O Município favorecerá a formação e o funcionamento de consórcios entre municípios visando ao tratamento e à solução de problemas comuns.

§ 2º - O Município compatibilizará, quando de interesse para a sua população, seus planos e normas de ordenamento do uso e ocupação do solo aos planos e normas regionais e as diretrizes estabelecidas por compromissos consorciais.

TÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DA POLÍTICA URBANA

Art. 148 - A política urbana do Município terá por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, propiciar a realização da função social da propriedade

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

e garantir o bem-estar de seus habitantes, procurando assegurar:

I - o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território;

II - o acesso de todos os seus cidadãos às condições adequadas de moradia, transporte público, saneamento básico, infra-estrutura viária, saúde, educação, cultura, esporte e lazer e às oportunidades econômicas existentes no Município;

III - a segurança e a proteção do patrimônio paisagístico, arquitetônico, cultural e histórico;

IV - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente;

V - a qualidade estética e referencial da paisagem natural e agregada pela ação humana.

Art. 149 - O Município, para cumprir o disposto no artigo anterior, promoverá igualmente:

I - o controle da implantação e do funcionamento das atividades industriais, comerciais, institucionais, de serviços, do uso residencial e da infra-estrutura urbana, corrigindo deseconomias geradas no processo de urbanização;

II - a correta utilização de áreas de risco geológico e hidrológico, e outras definidas em lei, orientando e fiscalizando o seu uso e ocupação, bem como prevendo sistemas adequados de escoamento e infiltração das águas pluviais e de prevenção da erosão do solo;

III - o uso racional e responsável dos recursos hídricos para quaisquer finalidades desejáveis;

IV - a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, social, ambiental, arquitetônico, paisagístico, cultural, turístico, esportivo e de utilização pública, de acordo com a sua localização e características;

V - ações precipuamente dirigidas às moradias coletivas, objetivando dotá-las de condições adequadas de segurança e salubridade;

VI - o combate a todas as formas de poluição ambiental, inclusive a sonora e nos locais de trabalho;

VII - a preservação dos fundos de vale de rios, córregos e leitos em cursos não perenes, para canalização, áreas verdes e passagem de pedestres.

Parágrafo único - O Município formulará o Plano Municipal de Saneamento Básico e participará, isoladamente, ou em consórcio com outros Municípios da mesma bacia hidrográfica, do sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos previstos no art. 205 da Constituição Estadual.

Art. 149-A - A lei ordenará a paisagem urbana, promovendo-a em seus aspectos estético, cultural, funcional e ambiental, a fim de garantir o bem-estar dos habitantes do Município, considerando, de modo integrado, o conjunto de seus elementos, em especial os sistemas estruturais, viário e de transporte público, a topografia, os cursos d'água, as linhas de drenagem e os fundos de vales, como eixos básicos estruturadores da paisagem.

(Acrescentado pela Emenda 24/01)

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

08
01-0022 de 0015 fls. 9

Art. 150 - O Plano Diretor é o instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano e de orientação de todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade.

§ 1º - O Plano Diretor deve abranger a totalidade do território do Município, definindo as diretrizes para o uso do solo e para os sistemas de circulação, condicionados às potencialidades do meio físico e ao interesse social, cultural e ambiental.

§ 2º - Será assegurada a participação dos munícipes e suas entidades representativas na elaboração, controle e revisão do Plano Diretor e dos programas de realização da política urbana.

Art. 151 - A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor e na legislação urbanística dele decorrente.

§ 1º - Para assegurar o cumprimento da função social da propriedade o Município deverá:

I - prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor;

II - assegurar o adequado aproveitamento, pela atividade imobiliária, do potencial dos terrenos urbanos, respeitados os limites da capacidade instalada dos serviços públicos;

III - assegurar a justa distribuição dos ônus e encargos decorrentes das obras e serviços da infra-estrutura urbana e recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público.

§ 2º - O direito de construir será exercido segundo os princípios previstos neste Capítulo e critérios estabelecidos em lei municipal.

Art. 152 - O Município poderá, na forma da lei, obter recursos junto à iniciativa privada para a construção de obras e equipamentos, através das operações urbanas.

Art. 153 - O Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios, no prazo fixado em lei municipal;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

§ 1º - Entende-se por solo urbano aquele compreendido na área urbana e na área de expansão urbana.

§ 2º - A alienação de imóvel posterior à data da notificação não interrompe o prazo fixado para o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios.

Art. 154 - O Município, para assegurar os princípios e diretrizes da política urbana, poderá utilizar, nos termos da lei, dentre outros institutos, o direito de superfície, a transferência do direito de construir, a requisição urbanística, a contribuição de melhoria.

Parágrafo único - Equipara-se aos instrumentos de que trata o "caput", para idênticas finalidades, o instituto do usucapião especial de imóveis urbanos, de acordo com o que dispuser a lei.

Art. 155 - Para a efetivação da política de desenvolvimento urbano, o Município adotará legislação de ordenamento do uso do solo urbano, compatível com as diretrizes do Plano Diretor.

Art. 156 - A realização de obras, a instalação de atividades e a prestação de serviços por órgãos públicos municipais, estaduais ou federais e entidades particulares não poderão contrariar as diretrizes do Plano Diretor e dependerão de prévia aprovação do Município, atendidos seus interesses e conveniências.

Parágrafo único - A prestação de serviços e a realização de obras públicas por entidades vinculadas ao Município, ao Estado ou à União deverão ser obrigatoriamente submetidas ao Município para aprovação ou compatibilização recíproca.

Art. 157 - O Município instituirá a divisão geográfica de sua área em distritos, a serem adotados como base para a organização da prestação dos diferentes serviços públicos.

Art. 158 - Os bens públicos municipais dominiais não utilizados serão prioritariamente destinados, na forma da lei, a assentamentos da população de baixa renda e à instalação de equipamentos coletivos, assegurada a preservação do meio ambiente.

Art. 159 - Os projetos de implantação de obras ou equipamentos, de iniciativa pública ou privada, que tenham, nos termos da lei, significativa repercussão ambiental ou na infraestrutura urbana, deverão vir acompanhados de relatório de impacto de vizinhança.

§ 1º - Cópia do relatório de impacto de vizinhança será fornecida gratuitamente quando solicitada aos moradores da área afetada e suas associações.

§ 2º - Fica assegurada pelo órgão público competente a realização de audiência pública, antes da decisão final sobre o projeto, sempre que requerida, na forma da lei, pelos moradores e associações mencionadas no parágrafo anterior.

assumindo-o total ou parcialmente, através do controle dos meios materiais e humanos vinculados ao mesmo, como veículos, oficinas, garagens, pessoal e outros.

§ 2º - Independentemente da previsão do § 1º deste artigo, poderá ser desde logo rescindido o vínculo jurídico pelo qual o particular passou a operar o serviço.

Art. 178 - As tarifas dos serviços públicos de transporte são de competência exclusiva do Município, e deverão ser fixadas pelo Executivo, de conformidade com o disposto no art. 7º, inciso III desta Lei.

Parágrafo único - Até 5 (cinco) dias úteis antes da entrada em vigor da tarifa, o Executivo enviará a Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que lhe servirão de base, divulgando amplamente para a população os critérios observados.

(Alterado pela Emenda 07/91)

Art. 179 - Ao Município compete organizar, promover, controlar e fiscalizar:

I - o trânsito no âmbito do seu território, inclusive impondo penalidades e cobrando multas ao infrator das normas sobre utilização do sistema viário, seus equipamentos e infra-estruturas;

II - o transporte fretado, principalmente de escolares;

III - o serviço de táxis e lotações, fixando a respectiva tarifa;

IV - o serviço de transporte de cargas dentro do seu território, dispondo especialmente sobre descarga e transbordo de cargas de peso e periculosidade consideráveis, fixando em lei as condições para circulação das mesmas nas vias urbanas.

CAPÍTULO V

DO MEIO AMBIENTE

Art. 180 - O Município, em cooperação com o Estado e a União, promoverá a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Art. 181 - O Município, mediante lei, organizará, assegurada a participação da sociedade, sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para coordenar, fiscalizar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, no que respeita a:

I - formulação de política municipal de proteção ao meio ambiente;

II - planejamento e zoneamento ambientais;

III - estabelecimento de normas, critérios e padrões para a administração da qualidade ambiental;

IV - conscientização e educação ambiental e divulgação obrigatória de todas as informações disponíveis sobre o controle do meio ambiente;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

11
01-0032 15 fls. 12
M. 58

V - definição, implantação e controle de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a sua alteração e/ou supressão permitidos somente através de lei específica.

Parágrafo único - O Executivo deverá apresentar e prestar contas anualmente à Câmara Municipal de São Paulo e à população projeto contendo metas sobre a preservação, defesa, recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente.

(Acrescentado pela Emenda 13/92)

Art. 182 - O Município coibirá qualquer tipo de atividade que implique em degradação ambiental e quaisquer outros prejuízos globais à vida, à qualidade de vida, ao meio ambiente:

I - controlando e fiscalizando a instalação, proteção, estocagem, transporte, comercialização e utilização de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco efetivo ou potencial à qualidade de vida e ao meio ambiente;

II - registrando, acompanhando e fiscalizando as concessões e direitos de pesquisa e exploração de recursos naturais, renováveis ou não, no território do Município;

III - realizando periodicamente auditorias nos sistemas de controle de poluição, de riscos de acidentes das instalações e atividades de significativo potencial de degradação ambiental.

IV - apresentando Plano Diretor da limpeza urbana, mediante projeto de lei a ser aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo.

(Acrescentado pela Emenda 12/91)

Parágrafo único - O Executivo publicará anualmente no Diário Oficial do Município, até 60 (sessenta) dias após cada exercício, as realizações levadas a efeito, contidas no Plano Diretor.

(Acrescentado pela Emenda 12/91)

Art. 183 - As pessoas jurídicas, públicas ou privadas, e as pessoas físicas são responsáveis, perante o Município, pelos danos causados ao meio ambiente, devendo o causador do dano promover a recuperação plena do meio ambiente degradado, sem prejuízo das demais responsabilidades decorrentes.

§ 1º - As condutas e atividades que degradem o meio ambiente sujeitarão os infratores, na forma da lei, a sanções administrativas, incluída a redução do nível de atividade e interdição, cumulados com multas diárias e progressivas em caso de continuidade da infração ou reincidência.

§ 2º - É vedada a concessão de qualquer tipo de incentivo, isenção ou anistia a quem tenha infringido normas e padrões de proteção ambiental, durante os 24 (vinte e quatro) meses seguintes à data da constatação de cada infringência.

§ 3º - As medidas mitigadoras dos impactos negativos, temporários ou permanentes, aprovadas ou exigidas pelos órgãos competentes, serão relacionadas na licença municipal, sendo que

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

M. J. S. S.
M. J. S. S.
M. J. S. S.

a sua não implementação, sem prejuízo de outras sanções, implicará na suspensão da atividade ou obra.

Art. 184 - O Município fiscalizará em cooperação com o Estado e a União, a geração, o acondicionamento, o armazenamento, a utilização, a coleta, o trânsito, o tratamento e o destino final de material radioativo empregado em finalidades de cunho medicinal, de pesquisa e industrial no Município, bem como substâncias, produtos e resíduos em geral, prevenindo seus efeitos sobre a população.

Art. 185 - Os Parques Municipais, o Parque do Povo, a Serra da Cantareira, o Pico do Jaraguá, a Mata do Carmo, as Represas Billings e Guarapiranga, a Área de Proteção Ambiental do Capivari-Monos, a Fazenda Santa Maria, outros mananciais, os rios Tietê e Pinheiros e suas margens, nos segmentos pertencentes a este Município, constituem espaços especialmente protegidos.

(Alterado pela Emenda 24/01)

Art. 186 - O Município deverá recuperar e promover o aumento de áreas públicas para implantação, preservação e ampliação de áreas verdes, inclusive arborização frutífera e fomentadora da avifauna.

Parágrafo único - O Município adotará, como critério permanente na elaboração de novos projetos viários e na reestruturação dos já existentes, a necessidade do plantio e a conservação de árvores.

Art. 187 - O Poder Público estimulará a criação e manutenção de unidades privadas de conservação do meio ambiente em território do Município, na forma da lei.

Art. 188 - O Município coibirá o tráfico de animais silvestres, exóticos e de seus subprodutos e sua manutenção em locais inadequados, bem como protegerá a fauna local e migratória do Município de São Paulo, nesta compreendidos todos os animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos.

§ 1º - Ficam proibidos os eventos, espetáculos, atos públicos ou privados, que envolvam maus tratos e crueldade de animais, assim como as práticas que possam ameaçar de extinção, no âmbito deste Município, as espécies da fauna local e migratória.

§ 2º - O Poder Público Municipal, em colaboração com entidades especializadas, executará ações permanentes de proteção e controle da natalidade animal, com a finalidade de erradicar as zoonoses.

Art. 189 - O Município estimulará as associações e movimentos de proteção ao meio ambiente.

Parágrafo único - As entidades referidas neste artigo poderão, na forma da lei, solicitar aos órgãos municipais competentes a realização de testes ou o fornecimento de dados, desde que a solicitação esteja devidamente justificada.

Art. 190 - As normas de proteção ambiental estabelecida nesta Lei, bem como as dela decorrentes, aplicam-se ao ambiente natural, construído e do trabalho.

CAPÍTULO VI

DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Art. 191 - O Município de São Paulo garantirá a todos o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, observado o princípio da descentralização, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 192 - O Município adotará medidas de preservação das manifestações e dos bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como das paisagens naturais e construídas, notáveis e dos sítios arqueológicos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo abrange os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, relacionados com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, incluídos:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico, turístico e arquitetônico;
- VI - as conformações geomorfológicas, os vestígios e estruturas de arqueologia histórica, a toponímia, os edifícios e conjuntos arquitetônicos, as áreas verdes e os ajardinamentos, os monumentos e as obras escultóricas, outros equipamentos e mobiliários urbanos detentores de referência histórico-cultural.

Art. 193 - O Poder Público Municipal promoverá através dos órgãos competentes:

- I - a criação, manutenção, conservação e abertura de: sistemas de teatros, bibliotecas, arquivos, museus, casas de cultura, centros de documentação, centros técnico-científicos, centros comunitários de novas tecnologias de difusão e bancos de dados, como instituições básicas, detentoras da ação permanente, na integração da coletividade com os bens culturais;
- II - a proteção das manifestações religiosas, das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo de formação da cultura nacional;
- III - a integração de programas culturais com os demais municípios;
- IV - programas populares de acesso a espetáculos artísticos-culturais e acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;
- V - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais que atuam na área de cultura;

Câmara Municipal de São Paulo

Base de dados : legis

Pesquisa : 12152

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 12.152 23/07/1996 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Dispoe sobre o horario de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e da outras providencias.

Projeto: Projeto de Lei Nº 1560/1995 ([ver documento](#))

Autor(es): Jose Eduardo Martins Cardozo

[[Back](#)]

LEI N. 12.152 - DE 23 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências.

(Projeto de Lei n. 1.560/95, do Vereador José Eduardo Martins Cardozo)

Paulo Maluf, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 22 de maio de 1996, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É vedado o tráfego de veículos automotores no Elevado Costa e Silva nos seguintes dias e horários:

I - de segunda-feira a sábado, das 21h30m às 6h30m;

II - aos domingos e feriados, durante às 24 horas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos veículos:

I - de potência abaixo de cinquenta cilindradas;

II - do corpo de bombeiros;

III - da polícia militar;

IV - da rede estadual e municipal de saúde;

V - outros, que atendam a população em caso de emergência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Base de dados : legis

Pesquisa : 16050

Total de referências : 1

1/1

Título: LEI Nº 16.050 31/07/2014 ([ver documento](#))

Sem revogação expressa

Ementa: Aprova a política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Projeto: Projeto de Lei Nº 688/2013 ([ver documento](#))

Autor(es): EXECUTIVO; Fernando Haddad

Regulamentação: Decreto nº 55.750/2014 - Regulamenta o § 5º do art. 327 desta Lei (Conselho Municipal de Política Urbana).; ([ver documento](#))
Decreto nº 55.888/2015 - Regulamenta o parágrafo único do art. 132 desta Lei (Potencial Construtivo Transferido). ([ver documento](#))
PARA VERIFICAR SE HÁ ALTERAÇÕES PARA OS ATOS E DECRETOS DE REGULAMENTAÇÃO DESTA NORMA, FAÇA NOVA PESQUISA PELO NÚMERO DE CADA ATO OU DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO.

Revogação: Revoga os arts. 4º, 5º, 6º, 9º e 10 da Lei nº 15.234/2010.; ([ver documento](#))
Revoga os arts. 129 a 144; arts. 240 e 241; parágrafo único do art. 56 do Anexo X, Livro X, Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Butantã; e o art. 42 do Anexo II, do Livro II, Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Pirituba, todos da Lei nº 13.885/2004.; ([ver documento](#))
Revoga os incisos IV e V do art. 7º da Lei nº 12.349/1997.; ([ver documento](#))
Revoga a Lei nº 15.525/2012.; ([ver documento](#))
Revoga a Lei nº 13.430/2002. ([ver documento](#))

Notas: - O texto original desta Lei, publicado no Suplemento DOC 01/08/2014, encontra-se disponível por meio de link no campo Alterações deste registro.

Alterações: Texto original do SUPLEMENTO DOC 01/08/2014. ([ver documento](#))[[Back](#)]

Este arquivo não substitui a versão original publicada no SUPLEMENTO DOC 01/08/2014

LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014

(Projeto de Lei nº 688/13, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de julho de 2014, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA, DOS CONCEITOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA E DOS CONCEITOS

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e aplica-se à totalidade do seu território.

§ 1º A Política de Desenvolvimento Urbano é o conjunto de planos e ações que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes.

§ 2º O Sistema de Planejamento Urbano corresponde ao conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que tem como objetivo coordenar as ações referentes ao desenvolvimento urbano, de iniciativa dos setores público e privado, integrando-as com os diversos programas setoriais, visando à dinamização e à modernização da ação governamental.

§ 3º O Plano Diretor Estratégico é o instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam em seu território.

§ 4º Os conceitos utilizados nesta lei estão definidos no Quadro 1.

Art. 2º A presente lei tem como base os fundamentos expressos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município de São Paulo.

§ 2º A revisão da LPUOS poderá definir limites de gabarito, de número de pavimentos diferentes ao estabelecido nesta lei.

Art. 375. Ficam desde já enquadradas como ZEPAM:

I - os parques urbanos municipais existentes;

II - os parques urbanos em implantação e planejados integrantes do Quadro 7 e Mapa 5 desta lei;

III - os parques naturais planejados.

Parágrafo único. Lei específica deverá ser elaborada determinando a gradual restrição ao transporte individual motorizado no Elevado Costa e Silva, definindo prazos até sua completa desativação como via de tráfego, sua demolição ou transformação, parcial ou integral, em parque.

Art. 376. Ficam desde já enquadrados como ZEP os parques naturais existentes e em implantação.

Art. 377. Até que seja revista a Lei nº 13.885, de 2004, fica classificada como Zona de Ocupação Especial - ZOE a área descrita no inciso I do art. 1º da Lei Estadual nº 14.944, de 9 de janeiro de 2013, Centro de Exposições Imigrantes.

Art. 378. A expedição do alvará de execução de empreendimento habitacional EZEIS na ZEIS 4, identificada no Mapa 4A anexo a esta lei, contígua ao Parque Embu-Mirim fase 1 - PQMB 02, identificado no Quadro 7 e Mapa 5 desta lei, ficará condicionada à doação à Prefeitura de 700.000m² (setecentos mil metros quadrados) para a implantação desse parque assim como à adoção de medidas efetivas para implantá-lo.

Art. 379. Ficam assegurados os direitos de alvarás de aprovação e de execução já concedidos, bem como os direitos de construção constantes de certidões expedidas antes da vigência desta lei de acordo com as Leis nº 9.725, de 2 de julho de 1984, nº 10.209, de 9 de dezembro de 1986, e dos Termos de Compromisso assinados conforme disposições das Leis nº 11.773, de 18 de maio de 1995 (Operações Interligadas), nº 11.774, de 18 de maio de 1995 (Operação Urbana Água Branca), nº 11.732, de 14 de março de 1995 (Operação Urbana Faria Lima), nº 13.769, de 26 de janeiro de 2004, e nº 13.781, de 8 de julho de 2004 (Operação Urbana Consorciada Faria Lima), nº 12.349, de 6 de junho de 1997 (Operação Urbana Centro) e nº 13.260, de 28 de dezembro de 2001 (Operação Urbana Água Espraiada) e, ainda, os direitos de construção constantes de escritura pública referentes aos imóveis objeto de Planos de Reurbanização estabelecidos pela Lei nº 8.079, de 28 de junho de 1974, Lei nº 8.328, de 2 de dezembro de 1975, e Lei nº 8.633, de 26 de outubro de 1977.

19
N° 01-0022 de 2015
Donatario:
MAYASEL
WILLY MUSELA GARCIA
CÓDIGO DE REGISTRO: 10.941

RDS 13-1075/2014 – inclui o Vereador Aurélio Nomura.

Publicação original DOC 05/02/2014, PÁG 141**PROJETO DE LEI Nº 01-00010/2014 dos Vereadores José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT), Toninho Vespoli (PSOL), Ricardo Young (PPS), Goulart (PSD), Natalini (PV) e Floriano Pesaro (PSDB)**

“Cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado Costa e Silva”

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Artigo 1º - Fica criado o Parque Municipal Minhocão na área do Elevado Costa e Silva.

Artigo 2º - A implantação do Parque Minhocão será gradativa, com o progressivo aumento da restrição de tráfego até a completa desativação do Elevado Costa e Silva como via de trânsito, conforme o seguinte cronograma:

I — Até 90 dias a partir da sanção da Lei: estender o fechamento para o trânsito aos sábados;

II — Até 270 dias a partir da sanção da Lei: estender o fechamento para trânsito no período das férias escolares;

III - Até 720 dias a partir da sanção da Lei: restringir o horário de funcionamento para tráfego de veículos motorizados nos dias úteis, exceto feriados e férias escolares, para o horário das 7h às 20h;

IV - Até 1080 dias a partir da sanção da Lei: restringir o sentido da operação do Elevado Costa e Silva para tráfego de veículos, permitindo apenas o trânsito bairro-centro no período da manhã e centro bairro no período da noite, nos horários e dias previstos nos incisos anteriores;

V - até 1440 dias a partir da Sanção da Lei: desativação completa do Elevado Costa e Silva e implantação definitiva do Parque.

Artigo 3º - O Poder Público Municipal, na forma da legislação vigente, incentivará atividades culturais, esportivas e de lazer no Elevado Costa e Silva, por parte da comunidade e de entidades da sociedade civil, assim como garantir as adequadas condições de segurança no local durante os horários de fechamento ao tráfego durante os períodos nos quais o mesmo se encontre fechado para trânsito de veículos.

Artigo 4º - O Parque Minhocão terá gestão democrática e participativo mediante conselho gestor horizontal, bem como controle social popular.

Artigo 5º - O não cumprimento das obrigações e prazos constantes nesta lei implicará na transferência mensal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da rubrica de verba de publicidade do município vinculado à Secretaria Executiva de Comunicação para a rubrica Implantação de Parques da Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias. Às Comissões competentes.”

Segue — juntado —, nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado — sob folha(s)
nº 20 Em 11 / 02 / 15

Carmen Cristina Malavazzi
R.F. 11.197 - SGP-12





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 20
do processo nº 01- 22 de 2015 em 11/02/2015

Carmen Cristina Malavazzi
RF. 11.197 - SGP.12

RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa
Em 11/02/15 às 18h48
RF 11.197
CARMEN CRISTINA MALAVAZZI

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora

concedido Camilo
Para relatar.
Sala da Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa

Em 19 / 02 / 15
[Assinatura]
Presidente

Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias.
Os termos do § 3º artigo 63 do RI.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SETOR DE...
 20/2/15 15:00
 Por Leonardo
 SAÍDA 27/02/15 16:30 Por Livia

REDISTRIBUÍDO
 ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
David Soares
 Para Relatar,
 da Comissão de Constituição, Justiça e
 Cidadania do Partido...
 em 05/03/2015
 Presidente
 Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias,
 nos termos do § 3º da Lei nº 63 de R.L.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SETOR DE...
 Em 03/03/15 18:00h
 POR Leonardo
 SAÍDA: 10/03/15 AS: 16:30 Por Livia

Assina M. Justino S., nesta data documento(s)
 e página(s) 21 a 25 sob folha(s)
25 103 1 15
 Paulo Victor Freire Ribeiro
 RF. 11.305

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**PAR
410/2015

pl0022-15

PARECER Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0022/15.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Police Neto, que pretende alterar a Lei nº 12.152, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências.

A propositura pretende estender o horário de redução da circulação no Elevado Costa e Silva, vedando o tráfego de veículo automotor aos sábados durante as 24 horas.

No que tange ao aspecto formal, o projeto encontra fundamento no artigo 37, *caput*, da Lei Orgânica Paulistana, segundo o qual a iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos Cidadãos.

Em relação à matéria, fundamenta-se na competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal e art. 13, I, da Lei Orgânica Municipal.

Especificamente em relação à matéria tratada neste projeto, tem-se o art. 179, I, da Lei Orgânica do Município, segundo o qual ao Município compete organizar, promover, controlar e fiscalizar o trânsito no âmbito do seu território, inclusive impondo penalidades e cobrando multas ao infrator das normas sobre utilização do sistema viário, seus equipamentos e infraestrutura.

Cabe ressaltar, outrossim, que a propositura objetiva reduzir a poluição sonora no local do elevado, cumprindo a competência constitucional comum a todos os entes federados de "*proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas*" (CF, art. 23, VI), além de incentivar a utilização do transporte coletivo em detrimento do individual,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

pl0022-15

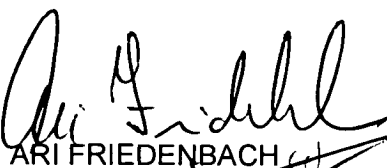
atendendo, neste ponto, ao disposto no art. 174, § 2º, da Lei Orgânica do Município ("Art. 174. (...) § 2º - No planejamento e implantação do sistema de transportes urbanos de passageiros, incluídas as vias e a organização do tráfego, terão prioridade a circulação do pedestre e o transporte coletivo").

Versando o projeto de lei sobre Política Municipal de Meio Ambiente, é obrigatória a convocação de pelo menos duas audiências públicas durante a sua tramitação pela Câmara, nos termos do artigo 41, inciso VIII, da nossa Lei Orgânica.

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, inciso X, do Regimento Interno desta Casa.

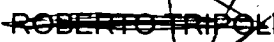
Pelo exposto, somos pela **LEGALIDADE**.

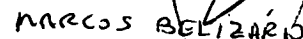
Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, 25/03/15.


ARI FRIEDENBACH


CONTE LOPES


EDUARDO TUMA


ROBERTO TRIPOLI


MARCOS BELIZÁRIO


ALFERDINHO


ARSELINO TATTO

X DAVID SOARES


GEORGE LATO


SANDRA TADEU

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0022-15

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0022/15.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Police Neto, que pretende alterar a Lei nº 12.152, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências.

A propositura pretende estender o horário de redução da circulação no Elevado Costa e Silva, vedando o tráfego de veículo automotor aos sábados durante as 24 horas.

O Plano Diretor Estratégico vigente (Lei nº 16.050/2014), em seu art. 375, parágrafo único, estabelece que "lei específica deverá ser elaborada determinando a gradual restrição ao transporte individual motorizado no Elevado Costa e Silva, definindo prazos até sua completa desativação como via de tráfego, sua demolição ou transformação, parcial ou integral, em parque".

Todavia, não obstante o elevado propósito de seu autor e, no mérito, o projeto encontrar respaldo no Plano Diretor, sob o aspecto formal o projeto não reúne condições para prosseguir em tramitação, pois invade seara de competência privativa do Executivo.

Com efeito, embora a matéria constante da presente proposta seja de competência municipal, uma vez que visa regular o trânsito (organização do trânsito) na cidade de São Paulo, não tem ela condições de prosseguir porque, tratando-se de organização administrativa e administração de bens municipais, somente poderá ser disciplinada por lei de iniciativa do Chefe do Executivo, nos termos dos artigos 37, § 2º, inciso IV, e 111, ambos da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Nesse sentido, confira-se o teor dos acórdãos do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo:

REL.COM
425/2015**"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI
MUNICIPAL - "A visão jurídico-constitucional, na ação direta de**

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0022-15

inconstitucionalidade da lei municipal, também, não se aparta dos aspectos interpretativos político, democrático a liberal, de sorte que o descompasso entre o texto e a Carta Estadual deve analisar o dispositivo irrito em função do sistema organizacional que a esta preside" – ação procedente.

1. Trata-se de ação proposta pelo Prefeito do Município de São Paulo objetivando a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 12.615/98, de 4 de maio de 1998, que impôs à Prefeitura de São Paulo "a obrigação de autorizar a circulação de táxis nas faixas exclusivas de ônibus, correndo por conta das dotações orçamentárias, as referentes despesas destinadas à sua execução... "(fls. 3).

A função típica das Câmaras Municipais legislativas é a elaboração da lei, isto é, normas gerais, abstratas, sendo o Prefeito Municipal incumbido da prática exclusiva de atos administrativos.

Dessarte, sendo tarefa exclusiva da Prefeitura a regulamentação do tráfego e trânsito no perímetro urbano, caracterizando o exercício do Poder de Polícia das vias públicas, tornou-se claro que a Câmara de Vereadores de São Paulo, ao aprovar a Lei nº 12.615/98, adentrou matéria alheia a sua competência.

..." (destacamos. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 059.207-0/1-00).

"Inconstitucionalidade – Ação Direta – Lei Municipal nº 3.233/2003 – Acrescentou letra "E" e o § 1º ao artigo 5º da Lei nº 2.749/1999 – Permitiu o estacionamento de veículos das pessoas residentes nos limites da Zona Azul, mediante autorização colocada no veículo naquele local – Lei de iniciativa exclusiva do Prefeito – Ofensa à Constituição Estadual – Vício de iniciativa – Ação procedente – Inconstitucionalidade declarada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

pl0022-15

A matéria tratada no diploma normativo em questão diz respeito à administração de bens da coletividade e à regulamentação de serviços públicos, de competência exclusiva da Prefeitura Municipal".
(ADIn nº 113.758-0/8-00. Relator Des. Barbosa Pereira. DJ 25/08/05, grifamos)

Assim, o Poder Legislativo, ao dispor sobre matéria cuja iniciativa legislativa compete ao Prefeito, vulnera o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, no art. 5º da Constituição do Estado e no art. 6º da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Pelo exposto, somos pela **INCONSTITUCIONALIDADE**, sem prejuízo do prosseguimento deste projeto na hipótese de recurso provido pelo Plenário desta Casa, nos termos do art. 79 do Regimento Interno.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, 25/03/15.

ALFREDINHO (c)

ARI FRIEDENBACH

ARSELINO TATTO (c)

CONTE LOPES

DAVID SOARES (c)

EDUARDO TUMA

GEORGE HATO (c)

ROBERTO TRIPOLI (c)

SANDRA TADEU (c)

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 08 / 04 / 15
Pág. 116 Col. 22
Conferido

Paulo Victor Freire Ribeiro
Secretário da Comissão
RF 11.335

Segue 1 juntado 1 nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado 1 sob folha
n.º 26 e 775

Em 23/04/15

Gabriel S. M. Ribeiro
Técnico Administrativo
RF 11.317

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PAR

656/2015

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA,
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE
ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA E DE FINANÇAS E
ORÇAMENTOS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 022/15.**

Trata-se do **Projeto de Lei nº 022/15**, de autoria do nobre Vereador José Police Neto, que *confere nova redação aos incisos I e II do artigo 1º da Lei 12.152 de 23 de julho de 1996 que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências.*

A **Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa** manifestou-se pela legalidade do projeto.

A propositura pretende atualizar a Lei nº 12.152/1996, estendendo os horários de redução da circulação no Elevado Costa e Silva, atendendo as demandas dos moradores pela redução da poluição sonora e particulada.

Considerando que o projeto de lei objetiva melhorar as condições de vida da população residente no entorno do elevado, a **Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente** posiciona-se favoravelmente à sua aprovação.

A **Comissão de Educação, Cultura e Esportes**, reconhecendo o mérito da propositura nos aspectos que lhe cabe analisar, também se manifesta **favoravelmente** ao projeto de lei.

A **Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia** reconhecendo o mérito da proposta, também se manifesta **favoravelmente** ao projeto de lei.

Quanto ao aspecto financeiro, a **Comissão de Finanças e Orçamento** nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, posicionando-se com parecer **favorável** à propositura.

Sala das Comissões Reunidas, em 22/04/15

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

GILSON BARRETO

AURÉLIO MIGUEL

NELO RODOLFO

DALTON SILVANO

PAULO FRANGE

JULIANA CARDOSO

SOUZA SANTOS

REL.COM

681/2015



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Processo nº 201-22/15
Gabriel S. M. Ribeiro
RF. 11.317 - SGP-12
fls. 32

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA,
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 022/15**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CLAUDINHO DE SOUZA

ELISEU GABRIEL

MARQUITO

REIS

QUITO FORMIGA

SALOMÃO PEREIRA

TONINHO VESPOLI

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

JOSÉ POLICE NETO

ABOU ANNI

ADILSON AMADEU

AURÉLIO NOMURA
FIORILLO

JAIR TATTO
NUNES

MILTON LEITE

OTA

PABLO

RICARDO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 78 fls. 33
Processo nº 01-22/15
Gabriel S. M. Ribeiro
RF. 11.317 - SSP-12 *js*

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE POLÍTICA URBANA,
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES,
TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E
GASTRONOMIA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
022/15.**

**COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO,
LAZER E GASTRONOMIA**

TONINHO PAIVA

ADOLFO QUINTAS

RICARDO YOUNG

ATILIO FRANCISCO

MARCO AURELIO CUNHA

SENIVAL MOURA

VAVÁ

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 30 / 09 / 15
Pág. 115 Col. 02
Conferido

Andre Marcon
Supervisor de Equipe - SGP12
RF. 11.264

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) rubricado(s)
sob nº(s) 29 e
folha de informação sob
nº 14105/2015

Manoela F. de Fátima
Auxiliar Tec. Administrativo
RF 5.662

- "PL 22/2015, do Vereador JOSÉ POLICE NETO (PSD). Confere nova redação aos incisos I e II do artigo 1º da Lei 12.152, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato – PT) – Em discussão.

Encerrada a discussão. A votos o PL 22/2015. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Segue m juntado 1, nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado 1 sob folha(s)
nº 30 a 76 Em 15/10/2015

Maria de Fátima Moreira
RF. 100.749 - SGP-12



FL. Nº 30
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº -01-22/2015
Nome – Maria de Fátima Moreira
RF 100749

fls. 37

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28/05/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Bom dia a todos. Agradeço a presença das senhoras e dos senhores e também do nobre Vereador José Police Neto, um dos autores da audiência pública do dia de hoje.

Convido para fazer parte da mesa o Sr. Ronaldo Tonobohn, Superintendente de Planejamento da CET e arquiteto.

Esta é a primeira audiência pública conjunta da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia e da Comissão de Finanças e Orçamento que se realiza no dia 28 de maio de 2015.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line. A transcrição desta audiência pública estará disponível ao público no Portal da Câmara Municipal de São Paulo.

A audiência pública de hoje é para discutir a nova redação dos incisos dos artigos 1 e 2, da Lei 12.152, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva e dá outras providências.

Gostaria de informar que, infelizmente, tenho um velório para ir e não permanecerei nesta audiência. Este é um assunto polêmico que necessita de mais audiências públicas com a participação de vários segmentos da sociedade. Não deve ser uma decisão só do Legislativo ou do Executivo.

Passo a palavra ao Sr. Ronaldo Tonobohn, que é a pessoa que tem dados e conhecimento não só referente ao Elevado Costa e Silva, como também de toda a cidade de São Paulo.

O SR. RONALDO TONOBORN – Obrigado. Bom dia a todos.

A CET já vem se debruçando sobre a questão de desativação do Minhocão já há alguns anos, mais de uma década, para falar a verdade. Do ponto de vista de mobilidade e do ponto de vista urbanístico aquilo sempre causou uma estranheza aquele elemento devastador, aquela cicatriz no tecido urbano da Cidade.

Sempre nos perguntamos se era de fato necessário, se resolvia os problemas de mobilidade, se seria a solução que queríamos de ligação de tão longas distâncias e tão alta velocidade e que só pode passar automóvel. Um sistema viário caríssimo, uma obra imensa, de impacto imenso e não pode passar pedestre, ciclista, veículo de carga, ônibus, serve única e exclusivamente ao transporte individual, ou seja, ele atende uma parcela pequena da população.

Diante disso, começamos a questionar a validade da existência do Minhocão e lançamos mão das nossas ferramentas de simulação para estudar a viabilidade da desativação do Minhocão como uma ligação viária.

Desde o princípio, da década de 90, quando começamos a fazer esses estudos, tínhamos uma limitação que temos até hoje do ponto de vista tecnológico: a nossa rede de simulação trabalha em cima da base de dados da pesquisa origem e destino do metrô. Essa pesquisa foi feita para se medir a movimentação de pessoas no dia de maior carregamento, ou seja, funciona para um dia de semana normal.

Então, as simulações que nós temos hoje do impacto ou das consequências da desativação do Minhocão são medidas para o período mais crítico, que é durante a semana nos horários de pico. Temos dificuldade grande de fazer simulações em situações fora desse padrão de viagens.

Já quero deixar claro que para a gente fazer uma simulação consistente em cima dos métodos científicos e com os recursos que temos hoje para horários para que não sejam durante a semana, no caso aos sábados, temos uma dificuldade grande e teríamos de fazer uma quantidade de pesquisas e contagens muito grande porque o padrão de viagens na Cidade é diferente. O comportamento das viagens aos sábados não é o mesmo que durante a semana. Portanto, os motivos de viagens são outros, as distâncias percorridas são outras, os destinos são outros e isso pode requerer da gente quase uma nova pesquisa especificamente para os sábados.

É uma situação que, hoje, partimos do zero. A não ser contagens específicas na região do Minhocão, não temos um padrão de rede, um comportamento de rede viária que nos dê sustentação para uma simulação consistente para isso.

Como visão geral da questão do Minhocão e por isso que nós junto com a CMDU apoiamos a colocação – isso foi negociado conosco no Plano Diretor – da determinação de se rever a função do Minhocão na Cidade porque temos uma leitura muito clara que o Minhocão, como sistema viário, pode ser desativado e não faz falta para a Cidade porque temos hoje já uma rede viária que daria conta das viagens. A diluição das viagens com a desativação do Minhocão se dá pela Cidade como um todo e não é concentrada. O que a gente vai ter em alguns eixos viários é um aumento de 500 veículos/hora na hora pico, que é perfeitamente fácil de absorver nas vias do entorno, mas não causa nenhum impacto severo no sistema viário hoje.

Temos ali, hoje, o eixo da Ermanno Marchetti e aquela região que não existia na época em que o Minhocão foi concebido. Portanto, hoje, temos alternativas viárias para absorver esse tráfego do Minhocão.

Com relação ao que se fazer com o Minhocão, claro, nunca nos debruçamos sobre essa questão porque não é uma atribuição da Secretaria de Transportes. Não é a nossa função dizer se o Minhocão tem de ser desmontado, tem de virar isso ou aquilo, porque não temos nem todos os elementos. Nós temos uma visão que não é definitiva, mas, evidentemente, se o Minhocão for desativado, do ponto de vista da mobilidade, temos a área dos pilares do Minhocão, que são uma monstruosidade de robustos e que ocupam um canteiro central maravilhoso. Esse canteiro central pode ser aproveitado para uma diversidade de situações de mobilidade: instalar melhor a ciclovia, que hoje está sendo implantada, mas o projeto tem de resolver situações de contorno desses pilares, de transitar entre as paradas de ônibus.

Do ponto de vista da mobilidade, teríamos mais recursos de trabalhar a mobilidade na Cidade sem a presença do Minhocão. Isso não quer dizer que a gente possa julgar o mérito

de outras questões, mas do ponto de vista de mobilidade, estritamente, a inexistência do Minhocão oferece mais possibilidades do que aquele elemento construtivo permanecer ali.

É o máximo que podemos avançar do ponto de vista conceitual da existência ou não do Minhocão. Mais do que isso, é claro, a CMDU tem de ter um parecer, São Paulo Urbanismo e tudo mais.

Hoje, temos uma questão que nos preocupa particularmente não só sobre a desativação do Minhocão, como também principalmente ao projeto de lei do Vereador, que é a demanda no sábado que embora tenha um comportamento diferente, em termos de volume veicular, ela é muito semelhante ao durante a semana. Não temos muita diferença do volume de veículos aos sábados e durante a semana.

A única diferença é que as viagens têm destinos e alguns horários um pouco diferentes, mas o volume não é tão diferente, até porque tem volume grande possivelmente de compras que passa por ali, outras atividades que não só casa/trabalho. A gente até pode imaginar que as pessoas no sábado trabalham meio período e voltam mais cedo, mas na verdade, depois desse meio período, tem outras atividades na Cidade. Há shoppings ao longo desse eixo, temos o comércio da área central. Então isso precisa ser estudado com muito cuidado.

De qualquer maneira, a desativação pura e simples do Minhocão implica em algumas soluções que não temos hoje como uma proposta concreta. Por exemplo, quando estudamos a viabilidade da desativação do Minhocão, não existia um elemento que hoje faz parte do cenário e temos de lidar com ele, não existia o terminal Amaral Gurgel travando o eixo Leste/Oeste por baixo, no meio, impedindo a passagem direta da Amaral Gurgel para a São João.

Hoje existe um terminal de ônibus ali, e para não desativar o terminal e para manter a necessidade, a prioridade para o transporte coletivo, naquela região, a nossa avaliação que isso se implicaria em desapropriação na área do entorno do terminal para manter as conexões

necessárias. Isso exige certa cautela, não é só uma questão de projetos, de rever a circulação, mas uma questão de investimentos, também.

Não sabemos ainda o custo que teria essa desapropriação para recompor o sistema viário ali embaixo, para vencer esse obstáculo que existe hoje, quer dizer não é um obstáculo, um terminal de ônibus é extremamente necessário e estratégico para o transporte público, mas ele é um elemento que está no meio do eixo Leste/Oeste e isso precisa ser contornado de alguma maneira. Esses investimentos ainda não estão avaliados. Essa é a nossa grande preocupação.

Existem questões ambientais com relação a isso que não temos capacidade, pela CET, de avaliar. O Minhocão é uma caixa fechada, e se nós aumentarmos o número de volumes no viário embaixo, evidentemente, ali embaixo vai aumentar o volume de emissão de poluentes, gases e particulados, principalmente. Não temos tecnologia para avaliar. Podemos até avaliar, a nossa rede de simulação o quanto isso aumenta de emissão. Mas não temos tecnologia para avaliar como isso se dispersa ou como isso afeta do ponto de vista de saúde pública, à população.

Precisaria de uma avaliação nesse sentido, mais cuidadosa. E mesmo do ponto de vista de ruído, se isso impacta positiva, ou negativamente, também não sei. E a CET não tem essa especialização para avaliar isso, infelizmente, nossa atribuição é muito restrita a questão da mobilidade, e o entendimento do tráfego, das movimentações pela cidade.

E nesse sentido, nossa maior preocupação é de fato, como recompor o sistema viário, para não impactar diretamente, principalmente, em função da existência do terminal ali. Acredito que esses são os elementos principais que temos para trazer para a discussão. Volto a dizer, temos uma dificuldade muito grande para ter uma simulação com rigor, científico para os sábados, por conta da pesquisa feita pelo Metrô que é a base de dados da nossa rede de simulação. Não contemplar esse período, não contemplar essas viagens de sábado, de finais e semana.

No mais temos vários estudos aqui, bem complexos, cheios de números. Enfim não sei se ao longo da discussão interessar saber um pouco mais de detalhes. De qualquer maneira vamos disponibilizar, isso para a Câmara Municipal de São Paulo, não sei, nem se já está com o Vereador ou não, mas vamos disponibilizar esses estudos para a Câmara Municipal de São Paulo para dar um pouco mais de subsídios para a discussão.

Acredito que os elementos principais, à nossa preocupação, são os que coloquei e alguns esclarecimento mais detalhado naquilo que possamos responder enquanto SMT, ficamos a disposição para dar mais detalhes aqui durante a discussão.

Como introdução era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradecer a fala do Ronaldo Tonobohn, e os estudos que irão compor o processo, que também ficará à disposição de todos aqueles para consultas.

Com a palavra a Sra. Yara Góes, do Movimento Desmonte do Minhocão.

A SRA. YARA GÓES – Sou diretora do Movimento Desmonte do Minhocão, e também Presidente da Ação Local Amaral Gurgel. Agradeço as palavras do Sr. Ronaldo Tonobohn, parece, até que o senhor fez o nosso discurso. Foi excelente para, nós do Movimento, é exatamente o que o senhor falo, é que pensamos. Não queremos a desativação gradual do Minhocão. Somos contra o PL 22/15. Porque não fazer como no Rio de Janeiro, na perimetral do Rio? Não houve necessidade de desativação gradual. Simplesmente desmontaram a perimetral, não virou parque para fazer o projeto da perimetral. Não queremos que ele feche aos sábados, porque senão o parque se estabelecerá ali. E não desejamos o parque em cima do Minhocão. O problema todo está estrutura que não resolve o problema da poluição do ar, nem da poluição do ar e nem da poluição sonora. Quanto aos decibéis, aquela pesquisa realizada em 91 a 93, com a desativação dos veículos lá em cima, abaixa apenas 7 decibéis. Quem está de 88 a 108 decibéis, depende do local, da região, depende do dia, essa medição, evidente que é variável. Mas se tiver a 108 decibéis, por exemplo, se baixar 7,

realmente não resolve o problema de poluição de ruído.

E outra coisa, quando acontece os eventos lá em cima, eventos de todo tipo. Então o ruído é bem maior. Chegue ser bem maior que os ruídos dos carros. É um ruído contínuo para comunidade e os ruídos que eles fazem, ou com festas, com eventos e outros ruídos existentes, são ruídos diferentes, se comparando ao ruído do carro, que é contínuo, apesar de fazer todo o mal que faz.

Então a comunidade fica em uma situação muito grande. Até gostaria de tirar os veículos e desmontar o Minhocão. Mas de você tira aos sábados os veículos, o parque vai se estabelecer aos sábados. Não queremos isso. Também tem a questão da segurança. Problema seríssimo. Quem estivesse em cima não poderia jogar coisa lá para abaixo e acertar carros e pedestres; também quem estivesse lá em cima, não poderia jogar pedras nos apartamentos, para dar aqueles problemas. Então deveria ter uma situação, resolvido todo esse problema antes que tivesse pessoas lá em cima.

Eu gostaria de saber o seguinte: se acontecer alguma coisa, como o Dr. Lúcio comentou dos problemas de segurança - inclusive na reunião que tivemos com o Prefeito -, se alguém morrer ou acontecer um caso sério lá, quem será o responsável? Quem autorizou o evento? Como que fica isso?

Então nós gostaríamos que ficasse como está, somos contra o PL 22/15, e gostaríamos que a comunidade ficasse hoje do jeito que está, os carros funcionando, passando aos sábados.

Porque o nosso objetivo é o desmonte do Minhocão, não de forma gradual, mas fazer como no Rio de Janeiro, na Perimetral, que eles fizeram o projeto, foram lá, demoliram a Perimetral e resolveram o problema.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço as palavras da Yara.

Tem a palavra o Sr. Artur Monteiro, do Movimento Desmonte Minhocão.

O SR. ARTUR MONTEIRO – Bom dia aos presentes, à Bancada da Mesa, meu nome é Artur Monteiro, sou do Conselho Participativo Municipal, Distrito República, onde se aloja o Minhocão. A lara também é do Conselho Participativo.

Não vou agradar muita gente, primeiro gostaria de deixar bem claro que o PL que estamos debatendo hoje é cópia praticamente idêntica ao antigo PL 10/2014, que cria o Parque Minhocão.

Eu não entendo por que o Vereador Police Neto, que está aqui sentado à Mesa, não fez um substitutivo ao PL original, preferiu criar outro, para justamente acelerar a desativação do Minhocão. Essa é uma crítica que faço para você.

Com relação ao andamento das Comissões, não entendo por que o Presidente da Comissão de Transportes, que teria de dar o seu aval, teve que se ausentar, não colocou ninguém na Mesa para substituí-lo. Gostaria de ter uma nova audiência do Transporte, para debatermos com o Presidente sobre as necessidades do desmonte do Minhocão para a cidade de São Paulo.

Algo que vocês nunca falam, é que o Minhocão não é um problema local, não é um problema do Centro e de Santa Cecília, o Minhocão é um problema da cidade de São Paulo, que só se resolve no chão. Isso ninguém fala. Como também ninguém fala que o PL que está sendo colocado hoje, é atentatório à saúde pública, é criminal. Esse PL mata as pessoas gradativamente. Isso ninguém fala.

Com relação a algumas perguntas sobre a parte da Comissão do Orçamento: qual vai ser a despesa desse PL para a Prefeitura? Por quê? A Câmara Municipal não pode criar PLs que deem despesas ao Executivo. Eu gostaria de saber do Presidente da Comissão, quais serão os custos desse PL que está sendo colocado? Qual é o montante? Qual é a atribuição desta Comissão em aprovar despesas para a Prefeitura de PLs, ou de arquivar um PL quando existe um custo para a Prefeitura?

Qual vai ser a posição dele, sabendo que o PL 22/2015 é atentatório à saúde

pública e aumentará a retenção de gases na infraestrutura do Minhocão? Qual é a estimativa de gastos com o atendimento em postos de saúde, UBSs, internações, inclusive com medicação? Isso deve ser levado em consideração sim, porque o PL é atentatório à saúde e vão aumentar o número atendimento nos postos e as filas na UBSs. Disso ninguém fala.

Qual é o custo estimado para indenizações futuras, pelos danos causados aos munícipes? Lembrem-se que se isso for aprovado vai gerar um monte de processos aos cofres públicos, não somente ao Executivo, mas também ao Legislativo, porque esse PL partiu daqui.

As despesas com a desativação estão previstas na LOA de 2015 e estarão na PLOA de 2016? Quais os custos indiretos com o remanejamento de sinalização, incluindo placas, propaganda, custos com empregados? Na hipótese de haver eventos aos sábados, quais os custos estimados para a limpeza no local? Na hipótese de haver depredação no entorno, por conta de situações como brigas, de onde sairá a verba para reparos? Qual o custo previsto para dar segurança em cima do Elevado para os frequentadores, como mureta de contenção?

Por que pergunto isso? O elevado foi construído para veículos, não para eventos. Estou esperando ver alguém morrer lá em cima para vir um processo em cima do Poder Público.

A estrutura existente suporta modificações? O custo disso, quanto fica? Sugiro que as Comissões que estão aqui dentro sejam suspensas, até que tenhamos dados suficientes para dar seguimento, não atropelando simplesmente o mecanismo interno da Casa. Se unem, aprovam tudo, depois a gente vem aqui debater. Por que é aprovado primeiro para depois a gente vir debater? A população não merece ser ouvida?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem. Tem a palavra o Sr. José Geraldo S. Oliveira.

O SR. JOSÉ GERALDO S. OLIVEIRA – Bom dia Sr. Presidente, senhores e

senhoras, bom dia, o Elevado Costa e Silva, o Minhocão, quando foi construído, na década de 70, pelo Prefeito Paulo Maluf, era absolutamente necessário para o trânsito na capital de São Paulo. Só que o mundo se modifica e se transforma, hoje estamos vivendo a tecnologia.

Hoje o Minhocão não existe mais de forma correta, a tecnologia não permite a sua constância e permanência naquele local, a tecnologia desenvolveu outros meios de comunicação, de transportes, inclusive e principalmente. O Minhocão se tornou obsoleto, hoje. A única alternativa que temos é o seu desmonte. Temos de defenestrar aquele Leviatã, aquele Belzebu que é o Minhocão, que causa tantos problemas e moléstias à saúde pública dos moradores do entorno.

Quem quer que o Minhocão se transforme numa área de lazer são pessoas que não residem ali, são pessoas que ouvem a BBC de Londres, leem o *Washington Post*, mas nós não, nós residimos ali. Eu moro do lado do Minhocão, moro com a minha família, sofrendo moléstias, inclusive, por causa da sua poluição e do seu ruído.

Não se leva em consideração a saúde pública, colocam um projeto de lei atentatório à saúde pública, os moradores quase morrendo por causa da poluição. Poluição atmosférica mata, senhoras e senhores. Pode não matar hoje, mas mata daqui há cinco, 10, 15, 20 anos.

Querem fazer com que retrocedamos na história, que passemos por aquela época terrível, em 1940, quando colocavam pessoas dentro do cubículo, apertavam um botão e as pessoas morriam por causa da poluição atmosférica que era introduzida ali. Querem fazer isso com os moradores que moram ao lado do Minhocão.

Tenham a santa paciência, senhores e senhoras! Nós moramos ali e temos direito à vida, é norma constitucional, artigo 5º, da Constituição, Sr. Vereador. Nós temos direito à vida, os moradores dali têm direito à vida, não querem de forma nenhuma a permanência da poluição sonora, poluição dos ruídos que existem hoje por causa do Minhocão. Estamos cansados de frequentar hospitais, consultórios médicos por problemas de saúde. É rinite,

sinusite, entre outros. Há pessoas morrendo ou em estado terminal por causa da presença nefasta do Minhocão.

Nós que moramos ali, sentimos na pele. Quem vem circunstancialmente ali não sabe o que se passa. Quem passa de vez em quando, não sabe o que ocorre. Os frequentadores dos domingos não residem ali, eles vêm de outros locais.

Pesquisas são lançadas na mídia, mas não dizem que os moradores são absolutamente contra uma área de lazer em cima do Minhocão. Todos somos contrários ao fechamento do Minhocão aos sábados por motivos de saúde pública. Esse projeto de lei é atentatório à saúde dos moradores. Isso é um absurdo, Sr. Vereador.

Nesta Casa devem ser elaboradas leis para a mobilidade, para a tranquilidade e, principalmente, para a saúde dos moradores e esse projeto de lei faz exatamente o contrário. O objetivo dele vai contra a saúde pública de quem reside ali.

Convido qualquer um dos senhores a me visitar para ver o que sofremos. Diversas emissoras de TV, como Record, Bandeirantes e Globo, já estiveram em casa com aparelhos para medir índice de poluição e de ruído. Foi comprovado, consta na mídia, que esses índices são altíssimos e a saúde das pessoas que ali residem está precária.

Nós, os moradores, somos absolutamente contrários a esse projeto de lei. Temos sim de defenestrar aquele Leviatã, o Belzebu que é o Minhocão hoje. Não no passado, mas hoje ele não se faz necessário. Quem mora naquele local sabe do que estou falando.

Obrigado a todos. Obrigado, senhoras e senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sr. José Geraldo. Tem a palavra o Sr. Francisco Gomes Machado.

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – Bom dia a todos. Sou Diretor do movimento Desmonte do Minhocão. Também sou Diretor de assuntos sociais e comunitários do Conseg Santa Cecília, Barra Funda, Higienópolis e Campos Elíseos.

Trago duas observações que gostaria de fazer. Primeiro, quero saudar o nosso

caríssimo Sr. Ronaldo, que fez uma exposição muito técnica e esclarecedora do assunto. Quero destacar um ponto: alega-se para a proibição do tráfego de veículos, aos sábados, sobre o Minhocão, que ele seria irrisório, isto é, o número de veículos seria muito menor do que durante a semana. O Sr. Ronaldo, tecnicamente, esclareceu que a diferença é mínima, portanto essa é mais uma falácia – para não dizer mentira – dos que estão propondo esse novo absurdo que é esse PL 22/2015.

O segundo ponto que gostaria de dizer é que, no sábado, a *Folha de S.Paulo* publicou, no caderno Cotidiano, uma reportagem sobre o Minhocão. Fomos entrevistados, assim como o Sr. Police Neto. Pasmem os senhores que ele declarou para o referido jornal que é favorável ao desmonte do Minhocão, mas que, como isso vai demorar, vamos fazer um parquinho, uma área de lazer. Está no texto, no caderno Cotidiano, da matéria da *Folha de S.Paulo* do dia 23 deste mês.

Ora, pergunto o seguinte: vamos raciocinar. Todos são pessoas inteligentes e cultas, munícipes conscientes que vieram a este Plenário, às 10h, inclusive várias pessoas faltaram ao trabalho, como eu. Vamos ponderar: quem em sã consciência proporia algo assim. O Sr. Police Neto declarou à *Folha de São Paulo* que é favorável ao desmonte do Minhocão, quer dizer, tem de ser desmontado, tirar aquela cicatriz urbana, como disse muito bem o Dr. Geraldo, esse Leviatã que atormenta a vida de mais de 230 mil moradores e eleitores.

Então, imaginem, alguém chega e diz: “Esta casa velha, com mais de 40 anos de construção e com infiltrações precisa ser demolida”. Basta os senhores fazerem analogia com o Minhocão. Mas alguém aparece, como o Sr. Police Neto, propondo uma reforma: vamos fazer um campinho de futebol, uma piscina? E o que é pior: com dinheiro público, dinheiro dos senhores, que são munícipes, que trabalham, se esforçam e pagam os impostos - muitos deles abusivos. Ele vem e apresenta uma proposta dessas, absurda. O Sr. Police Neto reconheceu, na *Folha de São Paulo*, que é preciso demolir. Mas, antes, vamos reformar. Vamos fazer um campinho de futebol, uma piscina? Quer dizer, gastar dinheiro público em algo que precisa ser

demolido. Então gasta na reforma e gasta na demolição. Esse é o Sr. Police Neto. (Palmas)

Por último, gostaria de acrescentar algo com relação à exposição do Sr. Ronaldo. Ele fala que a diferença do tráfego de sábado para os dias de semana é mínima. Então, proibindo as pessoas de usarem esse meio viário, elas vão se embolar na parte de baixo do Minhocão. Assim, o índice de poluente, gases tóxicos e monóxido de carbono vai se multiplicar ou triplicar junto às mais de 30 linhas de ônibus que passam sob o elevado, que são todos a diesel, e que são mais poluentes que os carros.

Por isso propor a um idoso, a uma criança ou a uma família para inocentemente passear em cima do Minhocão, sendo que debaixo vem aquele bafo da poluição triplicada, que vai agredir a saúde de milhares de pessoas que estão passeando e não estão vendo os gases tóxicos penetrando em seus pulmões. Esse episódio lembra – como bem assinalou o Sr. Ronaldo – certa câmara de gás do século passado. É isso que o Sr. Police Neto está propondo: levar pessoas inocentes para passear, como se não estivesse acontecendo nada, quando embaixo está aquele vulcão de gases tóxicos que sobem e agredem as pessoas. Sr. Vereador, vamos criar juízo!

Acabamos de receber um e-mail do Subprefeito Alcides Araújo dos Santos, pois a associação, que quer fazer a área de lazer sobre o Minhocão, pediu uma audiência com ele, e no final pediram para tirar uma fotografia, como também fizeram com o Prefeito Haddad, e pessoas, as autoridades inocentemente fizeram as fotos e essas fotos estavam sendo exploradas.

No segundo fórum sobre o Minhocão, realizado nesta Casa, o Sr. Luís Eduardo Surian Brettas, Superintendente da Diretoria da São Paulo Urbanismo, representando o Secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo - Fernando de Mello Franco que, infelizmente, não pode comparecer – em relação à exploração política da foto do Prefeito segurando a bandeirinha do negócio da área de lazer, declara, textual - é o Luís Eduardo Surian Brettas transmitindo um recado do Sr. Prefeito Fernando Haddad: "O Prefeito teve uma

foto divulgada, acho que na sexta-feira passada, foto dele segurando uma foto com relação ao parque. A posição não é essa, a posição é escutar todas as vertentes". Quer dizer, ele está lá disposto a receber quem quer que seja, tanto é assim que quinta-feira passada nos recebeu, aliás, muito amável, com ponderações muito inteligentes a respeito do Minhocão. "Escutar quem tenha boas ideias, boas propostas com relação ao impacto que o Minhocão causa na nossa cidade. Quer dizer, nós temos um equipamento que foi construído sem o menor critério, sem a menor análise de impacto. Pode-se dizer a mesma coisa do projeto desse senhor que está na mesa, do Sr. Police Neto, um projeto sem o menor critério, sem a menor análise de impacto. E hoje ele jamais seria construído..."

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero apenas comunicar que o senhor já falou por 10 minutos.

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – Está bem. Estou terminando. Só estou transmitindo uma coisa do Sr. Prefeito, e o senhor precisa ouvir.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Fique à vontade, à vontade.

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – Porque o senhor se ausentou da reunião desrespeitando as centenas de pessoas que estavam no fórum, dizendo que precisava sair porque o senhor tinha que buscar a sua filha no voleibol! O senhor tinha que ter ouvido a crítica dos munícipes!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Seu Francisco, Seu Francisco...

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – E agora o senhor quer me cortar a palavra? Ah!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não estou cortando, só estou comunicando que são passados 10 minutos.

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – Por favor, então não interrompa! Por favor, não interrompa!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Desculpe, senhor...

- Aplausos.

O SR. FRANCISCO GOMES MACHADO – Obrigado. É uma falta de respeito o que ele fez no segundo fórum. Ele deu um recadinho de cinco minutos e saiu correndo, por quê? Porque não quer ouvir as críticas dos munícipes. Isso é demagogia. Ora, o que é isso?

Continuando: "... a menor análise de impacto e hoje ele jamais seria construído. O Minhocão, e todos sabemos disso, não passaria em lugar nenhum, mas ele existe e está lá".

Agora, nós acabamos de receber um e-mail do Sr. Alcides Araújo, que recebeu a mesma comissão, ele tirou a mesma fotografia, não segurou a bandeira, mas manda um e-mail dizendo: "Caro Artur e demais copiados do MDM – Movimento Desmonte Minhocão. Não sou favorável à construção do Parque do Minhocão, muito menos à utilização indevida da minha imagem. Fiquem à vontade para dar publicidade a esta mensagem. Forte abraço. Alcides Amazonas. Subprefeito da Sé".

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Francisco. Tem a palavra Irene Machado para a sua exposição.

Antes, preciso prestar um esclarecimento: nunca me furtei a qualquer debate, tanto é que por diversas vezes recebi o Desmonte e os diversos grupos não só em meu gabinete como também em todas as audiências as quais somos demandados.

Quero dizer ao Seu Francisco que, da mesma forma que já recebi o senhor em nosso gabinete, tenho participado de diversos debates, talvez tenha sido uma única oportunidade em que não consegui ficar até o fim porque em todas as audiências públicas aqui realizadas, eu fiquei sim até o fim. Naquele dia fiz questão de estar na abertura da reunião, até porque não tinha participado da decisão nem do horário nem do dia, para anunciar que tinha uma responsabilidade de pai e preferia não perder a oportunidade de pai, naquele dia, e anunciei no começo da reunião. Fiquei até o limite, fiquei por uma hora e não dei um recadinho e saí. Fiquei das 7h – e não havia começado, fiquei conversando com as pessoas – até o

horário limite, e é como estarei no dia de hoje, como estarei nas próximas audiências, sem nenhum problema. Acho que temos de fazer o debate, temos de receber as informações técnicas e avançar.

Mas, veja, Seu Francisco, as agressões, as ironias também não contribuem para o debate. Estarei aqui da mesma forma que todos, e mesmo recebendo agressões, ironias, sempre acreditando que o resultado do debate é produzir uma cidade melhor. Não vou devolver ao seu senhor esse modelo de ironia, de agressão, pois acho desnecessário. Para construir uma cidade melhor temos de ter o verdadeiro espírito de vizinhança, que muitas vezes não é revelado numa sala. Perdoe-me!

(Aplausos)

A SRA. IRENE MACHADO – Bom dia a todos. Há 45 anos sou moradora da Avenida São João. Convivo com aquele monstro há quase meio século.

Eu nunca falei em público, muito menos num microfone, e eu não sabia que ia poder falar aqui. Então não me preparei para tal, não me preparei com a mesma consistência que os meus colegas.

Algumas pessoas presentes chacoalharam a cabeça ironicamente, rindo do que ele estava falando, porque a grande maioria é a favor do Parque Minhocão, talvez até o senhor, embora eu seja totalmente a favor do desmonte imediato e sei que o senhor também é a favor, eu discordo totalmente do Parque Minhocão. Por quê? Porque o senhor mora no Morumbi e eu moro na Avenida São João.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quem é esse senhor que você está falando que mora no Morumbi?

A SRA. IRENE MACHADO – Você mora na zona Sul, não mora?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Eu não moro no Morumbi.

A SRA. IRENE MACHADO – Mas é na zona Sul, não é? Você não mora na minha região.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para prestar um esclarecimento importante: eu só não moro hoje na Alameda Santos, esquina com a Angélica, aonde morei um bom tempo, a menos de 400 metros do Minhocão, porque me casei e mudei para o ambiente em que minha esposa morava, só isso. Mas continuo proprietário de uma área lá, e ainda acho que voltarei devido o esforço que estamos fazendo aqui.

A SRA. IRENE MACHADO – Esta semana eu me debrucei e estudei o porquê de determinadas pessoas estarem tão interessadas em fazer o Parque Minhocão. Há pessoas interessadas, debruçando-se imensamente, empenhando-se, mas moram no Jardim Europa. E nós estamos falando da região central, de Santa Cecília, que é o bairro em que eu moro, é o quintal da minha casa e eu não vou palpar no Morumbi, não vou palpar na Avenida Europa e não vou conjuminar com empresa de arquitetos renomados para fazer nome em cima do meu quintal. Quintal que vejo da minha janela e quando preciso dormir, descansar, nem no domingo consigo descansar, nem no domingo porque virou área de lazer, camelódromo, virou ponto de tráfico de droga, de eventos culturais barulhentos. Nem aos domingos eu posso descansar.

Faltei no serviço, deixei de trabalhar num dia de chuva para dar o meu depoimento. E agora vocês que estão chacoalhando a cabeça, rindo de nós, moradores? Vão lá e sintam a nossa situação! Eu varro a minha loja três vezes ao dia, três vezes. Sabem o que eu tiro? Uma xícara de chá de pó, e não é poeira, é pó metalizado, são partículas de metal e três vezes ao dia. E agora você vai fechar aos sábados o Minhocão para área de lazer? Que maravilha para quem não mora lá. Os carros todos vão passar lá embaixo e lá embaixo eu vou respirar aquilo? E à noite eu não vou dormir porque são skates, é evento cultural, são traficantes, sexo explícito na minha janela. Eu não posso sair na janela. Aos domingos eu me sinto como um animal, enjaulada! Você sai na janela, há um monte de gente tirando foto: olha que ser estranho, mora no Minhocão! E bate foto da minha janela, da minha privacidade, não tenho privacidade alguma. São 45 anos morando lá, e a cada dia está piorando. Também há venda de cd pirata, venda de roupa, tudo que você imaginar estão vendendo, inclusive drogas e isso

faz muito tempo.

Tenho uma série de filmagens, mas à noite eu não posso filmar, e são as melhores imagens, porque eu já levei pedrada, quebraram meu vidro. Juntam grupos e ficam fumando. O cheiro da maconha chega dentro do nosso apartamento, eu moro no terceiro andar. De manhã respiro aquele ar contaminado e à noite estou quase viciada de tanto cheirar aquela coisa.

Então é muito fácil palpitar para quem mora no Jardim Europa. Falei e vou repetir: os moradores de Santa Cecília não vão palpitar no quintal de ninguém e que não venham palpitar no meu quintal.

Era isso que tinha pra falar.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Lia Zalszupin.

A SRA. LIA ZALSZUPIN – Bom dia a todos. Sou vice-presidente da Associação dos Moradores da Consolação; membro da nova diretoria do Conseg Consolação e membro do Conselho Gestor da Praça Roosevelt.

Desculpe palpitar num quintal que não é o meu, mas é que há problemas que são extremamente parecidos. Os moradores do entorno da Praça Roosevelt, há dois anos, enfrentam os mesmos problemas que vocês aos sábados e domingos. Cultura nesta cidade virou sinônimo de barulho, sinônimo de desrespeito total. (Aplausos)

Qualquer evento “cultural” gera uma poluição sonora desastrosa para os vizinhos, e o que os vizinhos ouvem? Não está satisfeito? Mude-se! Vá morar em outro lugar, e é sair de um imóvel comprado muitas vezes à custa de muito esforço, ou herança de família ou o único lugar que a pessoa tem ou nem é comprado, é alugado porque é ali que pode alugar. Os moradores da Praça Roosevelt são hostilizados e, com certeza, ao redor do elevado, acontece o mesmo.

Então, em primeiro lugar, sou contra o fechamento gradual aos sábados porque aos domingos já acontecem eventos pseudoculturais suficientes naquele entorno, os quais geram

muita perturbação sonora, perturbação na saúde, estado de nervos.

Em segundo lugar, se fosse uma mulher com um carrinho de criança, com um cachorrinho ou um idoso passeando pelo elevado, acho que não haveria problema. O problema são os grandes grupos e suas caixas acústicas, ainda que não seja um evento para perturbar o sossego da vizinhança. E perguntam: por quê? Porque eu posso, porque o espaço é público. Sim, o espaço é público, mas tem de ter um fim social e o fim social pseudocultural invade aos domingos o sossego das pessoas e que dirá aos sábados!

Sr. Ronaldo, o senhor disse que a malha viária suportaria bem o tráfego. Queria saber por quais ruas? O senhor disse que é uma via de alta velocidade, mas ela não é. A maioria do período diurno de uso do elevado, há congestionamento em baixo e em cima. Então não é de alta velocidade. Quais seriam então as ruas que iriam absorver esse tráfego? O senhor disse que há uma via para dominar o trânsito de indivíduos, mas não é o coletivo, a ciclovia é a mesma coisa e pior, pois realmente vai uma pessoa só, num automóvel podem ir duas, três ou quatro pessoas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LIA ZALSZUPIN – Mas perturba da mesma maneira.

Nós somos totalmente favoráveis ao desmonte do Minhocão desde que os estudos viários comprovem que as artérias, ao redor, vão absorver o trânsito porque não é trânsito local, é da cidade toda, da zona Leste até a Anhanguera. Tudo isso tem de ser muito bem estudado, tem de saber quais as vias que absorverão o tráfego. O fechamento aos sábados, não soluciona nada, vai gerar ainda mais problemas.

Obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra Andres Huerta.

O SR. ANDRES HUERTA – Bom dia a todos. Fui convidado pelo Sr. Wilson e quis vir aqui porque agora vou ficar no Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, e é

importante saber os problemas, as coisas que há na cidade.

Minha ideia é o Movimento Desmonte Minhocão, e o PL 22/15 é atentatório à saúde e à segurança dos munícipes porque os usuários de veículos, que usam o Minhocão aos sábados são diferentes dos que por lá trafegam durante a semana. Aos sábados são pessoas que vão ao centro fazer compras ou resolver assuntos pessoais. Impedi-las de usar o elevado prejudicará o comércio do centro. E a Prefeitura tem que oferecer rotas alternativas. Os veículos se acumularão nas pistas debaixo do Minhocão aumentando a poluição atmosférica, sonora e visual, pois suas pistas de concreto funcionarão como tampa de panela, que impedem os gases tóxicos emitidos pelos carros se dispersarem pela atmosfera invadindo os apartamentos, o comércio e os pulmões de milhares de moradores e eleitores.

As próprias pessoas que andarem pelo Minhocão, incluindo crianças e idosos, pensando que estão fazendo algo benéfico à saúde, estarão respirando ar altamente poluído, que vem debaixo, que é ejetado pelos escapamentos dos milhares de carros que se acumularão nas pistas sob o elevado, sem falar nos gases mais poluentes ainda mais nocivos à saúde humana, que são os ejetados pelos escapamentos das mais de 30 linhas de ônibus que circulam em baixo.

Reafirmamos: o assunto Minhocão é um problema de saúde e de segurança pública, e a única solução é o seu desmonte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Dinah Piotrowski.

A SRA. DINAH PIOTROWSKI – Bom dia. Sou diretora do Movimento Desmonte do Minhocão e conselheira participativa da Subprefeitura da Sé, justamente na área de Santa Cecília.

Acho que não sobrou muita coisa para eu falar, a maioria do que eu tinha apontado, que era a poluição sonora, do ar, a invasão de privacidade, os eventos culturais com amplificação excessiva, tudo foi mencionado. Não quero ser redundante. Gostaria apenas de

dizer: desmonte do Minhocão já, por conta de tudo isso.

Acho que através do conhecimento que vamos adquirindo, podemos até mudar de posição. Ninguém é contra um parque, mas um parque suspenso, acho que podemos chegar à conclusão de que não seria o melhor para a cidade. O que temos mesmo de pensar é talvez no desmonte e em arborizar, colocar ciclofaixas e humanizar o chão, que hoje é ocupado por essa estrutura horrorosa.

Ando muito pelo centro, faço questão de andar por baixo do Minhocão. Realmente é uma coisa deprimente, horrorosa, insalubre, enlouquecedora. Então, desmonte já do Minhocão!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. O próximo é Davi Lacerda.

O SR. DAVI LACERDA – Bom dia Vereadores, bom dia a todos. Estou aqui particularmente em defesa da abertura aos sábados ao público do Minhocão.

Ao contrário do que foi dito, eu moro em Santa Cecília, e há gente em Santa Cecília que quer o fechamento do Minhocão aos sábados. Se não houve até agora a fala do outro, por favor, estou aqui. Eu moro muito próximo, eu gostaria que minha fala ficasse registrada.

Por que eu gostaria que fechasse aos sábados? Gostaria porque eu tenho percebido que o fechamento aos domingos, a apropriação do espaço aos domingos melhorou a vitalidade no meu bairro. Uma coisa que era extremamente degradada, uma noção extremamente prejudicada na cidade, tornou-se um ambiente desejado por inúmeras pessoas, e pessoas que também moram ali. Então há possibilidade fazer esporte quando eu não podia fazer em nenhuma região, há possibilidade de correr à noite durante um período por alguns minutos, por três quilômetros, sem interrupção de carros, isso é uma coisa importante para mim, enquanto pessoa, mas também é importante para inúmeras pessoas que ali estão. Não é só importante para as pessoas que vêm durante o domingo, isso também é importante para as pessoas que moram ao lado.

Então gostaria de enfatizar essa questão, quando as pessoas dizem, algumas delas, que se mobilizam para vir à Câmara com discursos muitas vezes encenados, que não é uma coisa da realidade. Isso é uma fantasia muitas vezes. Está vendendo uma ideia de que as pessoas de Santa Cecília não querem aquilo. Eu gostaria do fechamento aos sábados. Então se eu gosto, sei também que muitas outras pessoas – que são meus vizinhos – gostam também porque convivo com eles.

Outra questão, e aí gostaria de enfatizar que essa é uma oportunidade porque o fechamento aos sábados vai nos permitir analisar com mais propriedade o que acontece com o trânsito naquela região. As pessoas que dizem não poder fechar aos sábados se baseiam em especulações, porque tudo o que temos hoje são especulações. Não sabemos exatamente o que vai acontecer com o trânsito. Quando fecharmos aos sábados teremos ideia exata do que acontece com o trânsito naquela região aos sábados. E isso vai nos permitir fazer correções que são interessantes para todos os que moram no entorno.

Conheço a estrutura do Minhocão muito bem. Conheço tanto em cima quanto em baixo. Ontem estive lá para comprar uma estante, outras vezes vou tomar café na Padaria das Palmeiras, que fica muito próxima a minha casa – vocês todos devem conhecer – e percebo muito bem que há um vão no Minhocão muito maior do que aparece na televisão.

Por exemplo, quando as pessoas veem aquela imagem do Minhocão, as moradias todas coladas, aquele é um efeito de ótica. É muito próximo realmente, mas são oito metros, isso é importante de se falar porque estamos na audiência pública e as pessoas que estão longe daqui podem ter uma impressão diferente. Eu que estou todos os dias ali percebo que também há céu e que é possível revitalizar aquele espaço sem a demolição completa.

Outra coisa, quanto às questões da poluição, poderíamos nos unir ao invés de ficar brigando entre demolir, construir um parque, porque muitas vezes há outras razões. Por exemplo, os ônibus tem um fator poluente muito grande tanto sonoramente, quanto em termos de partículas e a estrutura do Minhocão oferece uma possibilidade de termos ônibus elétricos

naquela região, o que reduziria em muito todas essas nossas reclamações.

Quando se fala, por exemplo, da luminosidade. Nós estamos aqui num espaço completamente fechado e conseguimos nos ver, nos comunicar de forma decente, então essas seriam possibilidades de melhorar a nossa qualidade de vida no entorno pensando também no futuro.

Vou fazer uma digressão e queria que vocês me acompanhassem nisso. Trabalho muito com as questões das imagens. Sou dermatologista e trabalho com a questão narcísica. Quanto ao mito do narcisismo muita gente pensa: narciso é quando ele se apaixona por sua imagem e definha. Esse é o mito. Na realidade, o que acontece muito no mito do narciso é que ele não consegue mais perceber a realidade do seu entorno. Então as pessoas que de repente dizem querer desmontar o Minhocão e por isso querem que ele não tenha carro aos sábados, isso talvez seja essa impossibilidade de ver a realidade. Uma nova realidade que se apresenta e as pessoas estão tão apaixonadas por suas ideias que não conseguem perceber que estão contra a própria ideia que defendem. Então estariam contra a ideia do desmonte.

Essa ideia é genuína. É isso o que quero deixar para vocês, ou ela é simplesmente um pretexto ou simplesmente uma fantasia para vender para as pessoas e deixar as coisas como estão. Gostaríamos que pensássemos sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao David. Tem a palavra a Sra. Renata Falzoni.

A SRA. RENATA FALZONI – Bom dia. Sou Renata Falzoni, jornalista, editora de um portal chamado *Bike é Legal*. Pedalo na cidade de São Paulo há mais de 30 anos, há 40 anos exatamente. Acompanhei de perto a construção do Minhocão, porque como arquiteta estudava pertinho do Minhocão e acompanhei a construção. Havia uma polarização muito grande na Faculdade Mackenzie de Arquitetura sobre a eficácia ou não, etc. e tal.

Não sou moradora, mas frequento muito aquela região, pelo menos duas ou três

vezes por semana, a trabalho, raríssimas vezes a lazer, mas conheço ali porque fundei o Night Bikers Club no ano de 89, quando o Minhocão estava sendo fechado à noite. E desde então acompanhei a apropriação do espaço público, que foi totalmente espontânea, um fenômeno muito interessante, pouco estudado e muito pouco falado, especialmente naquela época, porque foi uma coisa sem nenhum tipo de planejamento.

Analizando o que está se falando aqui gostaria que ficássemos no foco. Não estamos no foco da discussão que é a retirada dos carros do Minhocão nos sábados. O que vejo é um pessoal que está falando do desmanche, da destruição do Minhocão polarizando com argumentos legítimos porque são pessoas que moram lá.

Mas por outro lado, se formos dar uma limpada no que está acontecendo, fala-se assim: o Minhocão é barulhento, poluído e perigoso. O Minhocão não é nada disso. O Minhocão é uma estrutura parada, silenciosa, quieta, inerte que está lá. E quem causa todos esses problemas no Minhocão é a circulação de veículos lá em cima. Isso é muito claro. Os veículos desta Cidade são o grande problema. Eles matam um pedestre e meio por dia, poluem, matam 12 pessoas por dia por causa da poluição.

Então o foco desta discussão deveria ser a retirada ou não também aos sábados dos veículos poluidores, cujos motoristas incautos atropelam, cujos carros andam pesando uma tonelada, uma tonelada e meia, emitindo poluição, matando de fato a população. No entanto, as pessoas estão defendendo a manutenção dos carros no Minhocão por quê? Porque a ocupação do espaço como está acontecendo não está de acordo com a cidadania, enquanto deveria ser esse o foco da discussão: como fazer com que a população paulistana se aproprie do espaço legítimo dela, de forma cidadã.

Agora, defender a manutenção dos carros no Minhocão para fugir desse problema, há outra coisa por trás disso, que é um enorme preconceito social que a Cidade brasileira vive. O nosso problema da ocupação do espaço público remete a uma exclusão social muito grande, que não está em questão nunca. Por isso, em minha opinião – desculpe, não estou ofendendo

os senhores -, as pessoas ficam absurdamente defendendo a passagem de carros para defender saúde e segurança. Não dá para entender qual a lógica da manutenção de carros no Minhocão para manter paz, segurança, não poluição e tudo o mais.

Quer dizer, vamos desmontar esse tipo de argumentação e encarar os fatos. Toda vez que a cidade de São Paulo é apropriada pelas pessoas traz junto um problema de falta de educação, de falta de inclusão social e de falta até de cidadania para se criar a cidadania. Essa é a questão que deveríamos discutir.

Voltando ao fato da discussão de hoje, proponho que pensemos assim: o Minhocão em si está lá. Ele não faz barulho e não é ele que mata. Os carros em cima dele são desagradáveis. Acompanhei uma medição de barulho. Às nove horas estava em 80 decibéis. Quando os carros foram retirados, caiu para 10 decibéis. Ficou aquela paz e as pessoas começaram a se apropriar do Minhocão. Ninguém mediu, na minha frente, o ruído produzido por banda e outros. Esse é o problema: como vamos reapropriar o espaço público com cidadania. Já pedalei em 28 Países no exterior. Em todos os Países do mundo existe uma escola de cidadania onde as pessoas se apropriam com civilidade do espaço público.

Proponho que se questione: vamos tirar os carros que são o grande problema do Minhocão, sim, neste momento e vamos fazer um debate bem argumentado dos estudos a respeito do que significa retirar ou não a estrutura. Particularmente, sou favorável a uma adequação de um parque, com parcial retirada, com parcial passagem de luz, com uma integração do ponto A ao ponto B para uma enorme ciclovia em cima, um espaço ocupado com cidadania e valorização muito bem feita e estudada do espaço que vem por baixo e não a gentrificação. É levar em consideração aquelas pessoas que estão em situação de risco. Não estão falando que esse é o grande problema daquele lugar, que é uma grande exclusão social. Os moradores são os zumbis que estão lá. Temos de incluir essa população e ninguém está discutindo isso. O problema não é o Minhocão e sim a ocupação das pessoas quando não há carro, porque o problema desta Cidade está mesmo no carro. Carro-dependência tem cura. É

pior que droga e começa com uma retirada do carro.

Por isso, desculpe, hoje os carros estão lá. Quando são tirados, não acontece nada. O pessoal gritou, gritou, gritou que as obras da ciclovia da Avenida Paulista iam parar a Cidade e elas estão lá. As obras da ciclovia estão acontecendo, a Cidade não está parada e quem estava se incomodando com o tráfego foi para outros lugares. O mesmo vai acontecer no Minhocão: retiram os carros às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos e não será o caos. As pessoas vão começar a utilizar o transporte público, vão andar a pé, de metrô, enfim, vão mudar. E os comerciantes vão perceber que eles não precisam dos motoristas passando de carro e tapando a fachada das suas lojas. Os comerciantes precisam de consumidores a pé, com disponibilidade de sair e chegar à frente de seus estabelecimentos. Isso está provado, não estou inventando. Isso aconteceu em vários lugares do mundo.

Proponho que voltemos ao foco da discussão: a retirada dos carros também aos sábados e como vamos fazer com que a apropriação do espaço público desta Cidade, não apenas do Minhocão, mas em todos os lugares, aconteça de forma cidadã.

É isso que tenho a falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sra. Renata.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Federação Unidas dos Municípios, Trabalhadores e Empreendedores distrito da Sé. Órgão Institucional da União Global do Trabalho Sustentabilidade e Cidades. Quando estava instituindo essa Lei 12 152, debate, a demolição, já naquela época, do Minhocão. Uma verdadeira obra, uma verdadeira aberração, não só aqui, para os Municípios da Sé, mas para todos os Municípios da Cidade de São Paulo. Já denunciei no Ministério Público, naquela época para investigação, de quase 40% de obras superfaturadas feita pelo ex-prefeito Paulo Maluf. E apresentei, na Lei do nobre Vereador José Eduardo Martins Cardoso, que aos domingos seria interditado até as 23h30. E um artigo proibindo qualquer equipamento de som, festas sonorizadas, que impactar no silêncio e na segurança dos moradores do entorno. Fizeram essa lei, aqui também, considerada uma

verdadeira aberração, que nesse determinado tempo, contribuiu com a violência, o tráfico de drogas, e o vandalismo em apartamento dos moradores do entorno. E naquele mesmo ano, determinamos ali a construção de um túnel sustentável, subterrâneo, pegando a Consolação até a Av. Pacaembu. Resolveram manter aquela aberração ali hoje, causando maior transtorno, inclusive de saúde, à população do entorno.

Voltando ao assunto da Copa do Mundo, não tem nada a ver, mas observamos a casa caindo. Participei, antes do começo do mundial da Copa do Mundo aqui no Brasil, apresentei uma tese a qual foi aplaudida por todos, que seria a destinação de 30% dos ingressos a crianças de 6 a 17 anos, que esses ingressos seriam distribuídos às entidades aqui na Cidade de São Paulo, para reabertura do Mundial. Depois comecei a investigar. Sabe o que fizeram com 35% dos ingressos? Desviaram os ingressos da Copa do Mundo, superfaturados, vendendo até 50 mil reais cada ingresso para turistas. Apresentei a denuncia na Interpol, por meio da Organização Internacional de Futebol, da Uni Global e Trabalho, e dá para ver o resultado aí. A casa caindo. Grampearam o ex-governador do Estado de São Paulo José Maria Marins e mais uma máfia de dez. E se eles abrirem o bico, denunciar, a casa vai...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, ...

O SR. LAERTE BRASIL - E se viu o resultado aí, a casa caindo, não é? Grampearam o ex-governador do Estado de São Paulo, José Maria Marin...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – ... Laerte, conclui para podermos escutar os outros também, por favor.

P - ... E mais uma máfia de 10.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Laerte.

P - E se eles abrirem o bico lá e denunciarem, a casa vai cair aqui, que tem muita gente envolvida aqui no Brasil, hem! A casa cai aqui também.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Obrigado, Laerte.

P – mas ai é essa turma aí que distribui dinheiro roubado para o Exército, através

do Comandante do II Exército, que, enquanto os políticos ladrões fazem a operação terrorista de Estado na área política...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, ...

P – ... Eles fazem na área militar. Mas aí...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte, conclui, por favor.

P - ... Mas a casa vai cair, porque vou denunciar esse boneco daqui a 30 dias...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está bem.

P - ... E vou desmantelar essa máfia e desmentir essa farsa macabra do Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Laerte.

P – Era o que eu tinha para dizer. Obrigado aí pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamar Alexandre Moreira para fazer uso da palavra.

O SR. ALEXANDRE MOREIRA – Bom dia, bom dia a todos os Vereadores. Vou falar aqui como participante do Movimento São Paulo sem o Minhocão. Gostaria de fazer só algumas observações.

Livrar o Minhocão dos carros, acabar com ele é uma coisa importante. Acho que ir tirando ele aos sábados, domingo, etc. é uma coisa que é necessária, está no Plano de Desenvolvimento e precisamos tomar uma postura em relação a esse Elevado.

Ele tem uma história trágica, ele nunca foi querido, nunca; ele nunca resolveu o problema. Tivemos uma audiência há pouco tempo com o Prefeito e, ao falar que passam 70 mil carros e atingem a 230 mil moradores, ficou meio evidente que não tem sentido manter lá, porque ele não funciona como artéria de ligação Leste-Oeste – a maior das pessoas usa a Marginal. Se tirar de lá esses carros, não vai fazer diferença, a Cidade vai se adaptar – vai ter suas crises -, mas a Cidade, como falou Renata, tudo, está mudando de modelo: estamos abandonando o carro individual. Então, é assim, se livrar desse problema do carro individual em São Paulo é uma coisa necessária. Hoje a velocidade média na Cidade é de 12, 14 km/h.

Podia não ter sinal, derrubar o Minhocão, botar os carros e não ter sinal, porque se ia conseguir atravessar, porque a velocidade dos carros, na média de São Paulo, é de 12, 13 km/h - é ridícula!

Então, assim, acho que existe um erro grave na lei, de não considerar os problemas de apropriação de espaço público – conforme Renata falou.

Então, o que está acontecendo no Minhocão é que você vai tirar o carro e está criando outro problema muito maior, e esse outro problema, por todas as questões de quem cuida a eventos não é a mesma lei que tira o carro, então pode ter evento, como a lei é igual para a Cidade inteira, então o cara faz evento até às 9h da noite.

E toda a situação física que tem o Minhocão prejudica muito quem mora lá. É uma situação de agressão tão grande quanto o carro. Então não adianta tirar o carro, colocar outro problema e não resolver o problema do Minhocão.

Quanto à questão de que o Minhocão é inerte – como falou Renata Falzoni -, não é inerte! Ele é uma estrutura física que rebate o som. Portanto, ele produz som, ele produz poluição sonora, não é?

Outra coisa, David falou na questão narcisista do Minhocão. Quando você tem uma verruga com câncer, você faz o quê? Você procura retirar.

O Minhocão tem esse significado na Cidade, ele é uma **estrutura fisicamente cancerosa**. E não tem essa coisa de: vamos medir. Ah, tem 5 metros aqui, 8 metros lá, passa o sol, não sei o que.

O simbólico do minhocão é de agressão do chão da cidade. É de negação do chão da Cidade. Não adianta dourar uma pílula. No muro de Berlim, ninguém botou um monte de vasinhos e deixou lá para guardar de memória. Não! Todos guardaram nos bolsos um pedacinho do muro derrubado!

E o Minhocão tem esse caráter: funciona como uma barreira física visual e simbólica da Cidade.

Nesse sentido, acho que tirar os carros é fundamental, mas tem que vir acompanhada da maneira de como fazer essa transição e, de preferência, tirando o restante dos carros o mais rápido possível, ainda que se tenha que tomar uma atitude mais incisiva.

Tiramos os carros, e está cheio de bicicletas. Muitas pessoas acham isso ruim. eu acho ótimo, porque estou vendo a Cidade. Se não posso mais parar em determinado lugar, vou de ônibus ou táxis, mas não entulho mais a Cidade de carro.

A Cidade tem que voltar para o cidadão que anda a pé, no chão, e não a 6 metros de altura. Por mais romântica e bonitinha que pareça a ideia do Parque, temos que pensar em tirar os carros todos de lá, desmontando aquela estrutura. Se a deixarmos onde está, estaremos somente dourando uma pílula.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Alexandre.

Chamo o Sr. Wilson Elias e, depois, o Sr. Antônio de Souza.

O SR. WILSON ELIAS – Boa tarde.

Queria dizer que minhas palavras já foram pronunciadas pela maioria das pessoas.

Quero apenas dar meu depoimento, sendo breve, sem redundâncias.

Minha grande preocupação, como morador do entorno, é com o que está acontecendo, hoje, na Praça Roosevelt e ao seu redor, a respeito da ocupação e de como os espaços públicos vêm sendo ocupados.

Sou totalmente a favor de estarmos nas ruas e andarmos, mas a grande questão é que não estamos preparados para isso.

Fiquei surpreso quando alguém trouxe uma reportagem sobre o Alcides Amazonas, dizendo que era contra o parque por lá, pelo menos, foi isso o que entendi.

Acho que ele está bastante escaldado pelos problemas que está enfrentando em outros parques em outras regiões, onde foram fechados e, depois, houve decreto no sentido de que fossem reabertos. Isso é uma grande preocupação para todos, porque o que temos é uma ocupação imbecil desses espaços.

Nós temos debaixo de nossas janelas, nas ruas em que passamos, todo tipo de ilícitos que já foram aqui elencados exaustivamente.

Quero reforçar a minha grande preocupação e o meu arrependimento de que um dia votei para o desmonte da Praça Roosevelt.

Aquele desmonte trouxe um transtorno muito grande para a região, e o que não tínhamos passamos a ter: drogas a vontade, pessoas dormindo nas calçadas, enfim, a praça virou uma região quase inadministrável.

Temo por um parque superior no Minhocão debaixo das janelas das pessoas, que hoje reclamam dos carros passantes – mas são passantes -, e os outros ficam. E fica realmente aquilo que com certeza não gostarão.

Com relação a desmonte do Minhocão, é meu voto. Concordo que é uma cicatriz, que temos de pensar em alternativas. Alguém disse aqui que essas alternativas surgirão naturalmente. Isso não acontece, porque as pessoas se amontoam.

Há um projeto de se construir uma via leste-oeste em cima da linha de trem. Essa é uma alternativa interessante, e esquecer a questão de festinhas de fim de semana, madrugada, porque uma coisa é um evento programado, outra coisa são aquelas turmas que chegam não sei de onde e ficam, a noite inteira, fazendo barulho, e não há quem consiga coibir uma situação dessas. Essas pessoas, sim, prejudicam muito mais do que os veículos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sr. Wilson. Tem a palavra o Sr. Luiz Berti.

O SR. LUIZ BERTI – Bom dia a todos. Moro aqui na rua Augusta, esquina com a rua Caio Prado, e o meu escritório fica na rua Parintins. O Elevado é a via que utilizo na volta para casa, porque geralmente costumo estender o meu horário de trabalho depois das 21h30. Uso o Elevado de forma civilizada.

Não há mais o que falar, muito já foi dito. Acho que o fechamento do Elevado aos

sábados pode gerar consequências muito positivas para a Cidade em termos do fechamento do Minhocão completamente, a longo prazo.

As pessoas que vêm da rua Cardoso de Almeida, da Estação Marechal Deodoro, para acessar a ligação leste-oeste farão caminhos alternativos, e pessoas que vêm de mais longe virão por outras vias, então não enxergo que isso gerará fluxo mais intenso embaixo do Minhocão, como já falaram.

E acho muito interessante a perspectiva de uma área de lazer contínua e extensa, que acabe integrando os integrantes da sociedade, de interesses e origens distintos, que virão de longe, desde que seja estabelecido de forma educada.

Como a Sra. Renata falou, a questão principal é a cidadania. A senhora da Subprefeitura da Sé disse que um evento cultural implica em barulho geralmente. De forma geral, sim, porque sempre foi considerado barulho o que a juventude faz em termos musicais.

Hoje temos o *funk*, que é considerado uma abominação; nos anos 60, 70, o *rock n' roll* era uma abominação; nos anos 90 a música eletrônica era uma desgraça sonora. Esse choque de gerações sempre existirá, então é preciso tomar medidas para atenuar isso e conseguir integrar da melhor maneira possível as diferentes gerações, os diferentes pontos de vista, de forma a construir algo positivo, não simplesmente ficar usando de opiniões obtusas e agressividade, querendo impor ponto de vista, elevando tom de voz, etc.

Enfim, é uma discussão muito rica.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Antônio de Souza.

O SR. ANTÔNIO DE SOUZA – Parto do princípio de que política é a mais nobre das artes do ser humano, e tem de haver um trabalho voltado para o coletivo, não para o singular.

Então, peço a todos que baixem a bola um pouco, e que façam mais com o coração do que com essa forma doentia de se expressar aqui. Como disse o colega, o câncer é a

consequência de um desarranjo celular, e a nossa sociedade está doente, por isso precisamos melhorar enquanto pessoas e aprender a conviver e respeitar o coletivo. Enquanto não fizermos isso, nada funcionará no nosso país.

A partir dessa premissa, temos de tomar um cuidado muito grande e sermos extremamente responsáveis, compromissados com a coletividade, pensarmos e refletirmos sobre a situação em que estamos vivendo no País, procurando encontrar caminhos e soluções extremamente coerentes, para que possamos tomar decisões sábias e não cometermos estupidez, como fizeram no Rio de Janeiro, por exemplo.

O CET está presente, acho que ele poderia fazer um estudo, fechar aos sábados, aos domingos, e não permitir que haja nenhum evento nesses dias porque quem mora lá está num sofrimento atroz, com um grau de ansiedade que passou dos limites da condição de vida saudável das pessoas. Então temos de ter respeito por essas pessoas.

A minha sugestão é fechar no fim de semana e medir a poluição sonora, a poluição geral da região; dessa forma, nós começaríamos a entrar num princípio técnico, em que poderíamos tomar uma decisão mais séria, porque não tem sentido ficarmos brigando, temos que parar com isso.

O Minhocão em funcionamento teria de ser obrigado a buscar tecnologias, mas nem se buscam tecnologias e ainda querem acabar com o que já existe. Se o problema for melhorias para o Minhocão, podemos resolver, porque temos inteligências, nós temos a USP, nós temos *startups* aí caminhando. Convida uma *startup* para criar uma situação de melhoria da... Se for esse o problema.

Agora, por outro lado, como pano de fundo é toda essa ação: a paralização do Minhocão vai interessar e vai expulsar muita gente dali, porque por trás disso tudo, se pensarmos neste país grande, que tem interesses, vai virar uma especulação imobiliária. A quem está interessando isso? A muita gente da especulação imobiliária que já acabou e continua destruindo a Cidade em nome do dinheiro, simplesmente do dinheiro.

Nós não podemos, através do nosso pensamento... Eu gosto de andar automóvel, outros não gostam. Eu adoro andar de bicicleta, tenho minha bicicleta. Caminho, circulo. Mas nós temos que pensar no direito coletivo, não no direito individual.

Portanto eu sou inteiramente contrário à desocupação do Minhocão atualmente, seguindo essa linha. Acho que nós temos que usar a inteligência para parar, vamos parar por um mês o Minhocão e vamos ver o resultado disso. É uma medida simples: para o Minhocão por um mês e vamos ver as consequências disso na saúde, no transporte. É uma coisa simples, banal, em vez de, de uma maneira inconsequente, estúpida, absurda, arrogante, produto da doença deste país, e derrubar, paralisar. Isso é fora do comum, não tem coerência, não tem cabimento. Não existe equilíbrio nessas conversas, gente! É uma conversa neurótica, está ultrapassando os limites.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - PSD) – Obrigado, Antonio. Vou chamar o Vítor Leal e depois o Fábio Fortes. O Vítor Leal representa o Greenpeace.

O SR. VÍTOR LEAL – Bom dia. Sou Vítor, do Greenpeace. Quero começar falando que defender o desmonte do Minhocão ou defender o Parque do Minhocão é defender o fechamento do Minhocão no sábado. Não consigo ver de que outra forma você quer que não tenha mais carros no Minhocão e defender que eles continuem passando por lá aos sábados; para mim é um contrassenso absoluto pesar dessa forma. (Palmas)

Não é verdade que o fato de fechar o topo do Minhocão, a parte de cima, vai provocar um fluxo muito maior de carros embaixo. A verdade é que isso vai fazer com que as pessoas procurem outros meios de transporte. Tem mais de 30 linhas de ônibus lá, tem linha de metrô, tem ciclovias e muitas outras formas de chegar ao centro e de caminhar por ali.

Finalmente quero fechar com duas coisas. Primeiro, como a Renata Falzoni comentou, ter carros ali é o problema e não dá para imaginar que tirar carros pode piorar a poluição. Não consigo entender esse argumento.

Também quem reclamou – e eu acho justa a reclamação – que tem barulho, som alto em momentos complicados, mas quando os carros estão passando o barulho é muito pior, aí não se ouvia som nenhum, só o som dos carros. A verdade é que não dá para ser a favor de melhorar a poluição sonora, a poluição, a quantidade de material articulado, carbono etc. e ser a favor de deixar o Minhocão aberto no sábado durante o dia inteiro.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - PSD) – Agradeço ao Vitor. Fábio Fortes, que preside o Conseg de Santa Cecília.

O SR. FÁBIO FORTES – Bom dia.

Quero parabenizar o Athos Comolatti, que inseriu a discussão no contexto de algo que realmente nos interessa, que essa estrutura é uma aberração na cidade de São Paulo.

Para avançar nesse debate comunitário, democrático, é essencial avaliar o custo de todas essas operações, da manutenção insana que tem sido o Elevado durante todo o período da sua existência, quanto custa isso por ano, quanto custa desmontar e sobretudo quanto custou pelo menos uma *high line*.

Posto isso, é importante avaliar uma situação de desajuste econômico em que as pessoas estão desempregadas, desesperadas, passando fome e a gente aqui discutindo a questão do Elevado Costa e Silva. O Ari Friedenbach falou no nosso Conseg, mandou 300 mil reais de emenda para comprar uniformes para a Guarda Civil Metropolitana, então se vê o estado de penúria das finanças públicas desta cidade. Acrescentar a despesa de mais um parque parece uma insanidade total. Os parques existentes na Cidade parece que não têm a devida acomodação para que as pessoas os utilizem com segurança.

Vejam que a Cidade hoje é o paraíso das cracolândias. Para fazer hoje um evento tem uma série de procedimentos: comunicar à CET, Subprefeitura da Sé, Polícia Militar. Mas para vender e consumir drogas, se apropriar do espaço público não precisa de nada, basta ter o consumidor e o vendedor. Vai lá e se apropria da Dino Bueno, da Barão de Piracicaba, da

Cleveland. Enfim, eu poderia me alongar e falar em cerca de 84 pontos hoje pautados. São 84 pontos de venda de drogas na Cidade que funcionam sem alvará de funcionamento.

Então os senhores que têm essa disposição, se vale a pena o morador, o comerciante serem expulsos dessa região, que o façam. O que vai acontecer ali? As alças do Elevado Costa e Silva já está repletas de usuários de *crack*, e não há nenhuma ação efetiva. A Polícia Militar, por causa da ação do Ministério Público e da Defensoria em 2010, ficou algemada. A GCM tem orientação para ficar pajeando. Pasmem os senhores, eu vi 26 viaturas. Toninho, eu não estou vendo mais a GCM aqui na região. Eu saí do seu Conseg, tenho passado todo dia. A GCM sumiu da Barão da Itapetininga, onde tinha um posto permanente. Hoje tem 26 viaturas na região de Campos Elíseos e, o que é pior, não garantem a segurança.

Chegamos ao ponto de moradores nos pedirem o fechamento, liberar o carro inclusive não domingo por uma questão de segurança. As pessoas jogam coisas, vão fazer eventos lá em cima. Se domingo é o dia de as pessoas descansarem, as pessoas chegam com uma poluição sonora bastante elevada, independentemente da preferência, se é *funk*, se é samba. O fato é que as pessoas teriam o domingo, mas não descansam. Então a abertura dele ao sábado também vai impor aos moradores uma condição de não descansar.

Quem advoga abrir aos sábados, quem advoga fazer um parque, nenhum deles mora em área contígua daquela região.

Então, eu sugiro a eles que, pelo menos um ano, dois anos convivam ali e façam uma reflexão do que estão exatamente advogando. É preciso fazer essa reflexão.

E tem a questão do custo. Falam que a Renali custa 200 milhões de dólares, quer dizer, será que é essa a prioridade? Ou essa é uma discussão eleitoreira para algumas pessoas pegarem essa bandeira e ficarem fazendo esses debates fúteis na sociedade, enquanto outros debates deveriam estar acontecendo para discutir ausência de creches, geração e oportunidades de trabalho e emprego, a cidade que está sendo dominada por dependentes químicos.

Então, vamos ousar, regulamentem a questão. Vamos criar os espaços para que as pessoas possam consumir a sua droga e tal e uma série de coisas. Agora, o que não dá é para fingir essa hipocrisia, porque isso não existe, porque o que estamos vivendo é uma política de cinismo. E me parece que essa discussão aqui na Câmara também é muito cínica, porque se ela quer que aconteça, faça lá em Santa Cecília.

Vamos chamar todos os moradores daquela região, todos os comerciantes, aqueles que estão lá há décadas, há anos. E vamos ver como eles se sentem para que as pessoas possam fazer também um juízo de valor mais perto da realidade e não perto do romantismo, do que seria ideal.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado ao Fábio Fortes.

Tem a palavra o Sr. Atos.

O SR. ATOS – Bom dia.

Eu gostaria de manter o tema. Falou-se muito sobre o parque, mas o tema de hoje é o PL 22/2015, que fala sobre a desativação do Minhocão para os carros. Esse é o tema de hoje, não está se discutindo o parque nem o desmonte. Esse PL modifica uma lei de 96, feita pelo José Eduardo Cardozo, atual Ministro da Justiça, ou seja, apenas atualiza uma situação que está estática há 20 anos, pelo menos.

Muita gente reclama do barulho debaixo e em cima do Minhocão, mas eu não vi, com exceção do Davi, nenhum comentário de que uma das maiores fontes de barulho no Minhocão são os ônibus a *diesel*, não só em relação ao barulho, mas à poluição. E se as pessoas estivessem, na verdade, preocupadas com o barulho iriam pedir há muito tempo ônibus elétrico. Isso eu ainda não vi, especialmente da parte das pessoas que defendem o desmonte.

Quanto à questão de saúde, dizer que parar os carros faz mal à saúde, isso realmente é um contrassenso total. Hoje mesmo coincidentemente saiu na *Folha*, *O Cotidiano*

um estudo do estado de São Paulo, do Governo Alckmin, que a Grande São Paulo tem de reduzir em 26% as viagens de carro para ter ar aceitável. Então, realmente eliminar o carro de sábado você está ajudando, mesmo que se crie alguma dificuldade.

O Professor Saldiva também escreveu especificamente sobre o Minhocão. Foram feitos estudos na sede na nossa associação, que fica no segundo andar, num apartamento do Minhocão. Sintetizou o estudo, depois de dizer que todos os índices de poluição, de barulho, de partículas, estão muito acima, duas ou três vezes a mais do que deveria estar naquela região.

Ele escreve o seguinte: "Tomo a liberdade de expressar-me como cidadão e como médico. Não há justificativa moral para imposição dessa sobrecarga de fatores ambientais à população no entorno do Elevado Costa e Silva. Argumentos associados à fluidez do tráfego, CET/Prefeitura. não deveria se sobrepor a saúde, a qualidade de vida do ser humano. Portanto, seria imperioso que argumentos de saúde fossem incorporados a discussão sobre futuro intensidade de utilização do Elevado Costa e Silva." Essa é a fala do Dr. Paulo Saldiva. Ou seja, dizer que desculpe o estudo, eu sou engenheiro. Isso é conversa para boi dormir. Dizer que não se sabe como calcular. Alguém já mediu o trânsito lá em cima no sábado? É só colocar um contador. É fácil fazer. Nós cedemos o apartamento para os senhores colocarem sensores. Filmam, vocês tem sistema de radar para tirar a multa de todos. Não tem contadores automáticos? Vocês não gastar nem uma pessoa. É colocar o sensor, vão ver que de sábado à tarde o volume de carro é bem menor, em cima. É simples. Não precisa fazer nenhum estudo da NASA para chegar a essa conclusão. É simples. A solução é simples. Estamos pedindo um sábado para as pessoas. E dizer que não são os moradores que querem isso, é mentira. Nós, na mão, coletamos sete mil assinaturas. Não moram lá... Sr. Geraldo, se o senhor ver, pedimos uma coluna de onde mora, 90% moram na região. Agora se o senhor não quer aceitar. Tudo bem. É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Atos, aqui é uma audiência pública aqui

todos terão direito a fala nem precisa dar contestação. Aqui queremos construir esse ambiente de passividade para uma decisão saudável e eficiente a ser tomada.

Com a palavra o Sr. Daniel Guth.

O SR. DANIEL GUTH – Boa tarde a todos. Quero falar também na condição de morador da região. Parece-me que a questão geográfica fala mais alto, apesar de que muitas falas aqui colocaram o Minhocão na condição de cicatriz da cidade. Não cicatriz de um micro bairro. Sou morador do Centro, Bexiga, sou morador vizinho a Vila Itororó, e convivo com outra cicatriz que é a 23 de Maio, que nos roubou um rio importante da Cidade de São Paulo, e sofro as mesmas consequências, de quem sofre com o Minhocão, a questão do tráfego intenso de automóveis na 23 de Maio. Meu irmão é morador contigo do Minhocão. Convivo com a casa dele também e faço uso diário da ciclovía aberta à população, que passa por baixo da estrutura do Minhocão e aí agradeço o Tonobohn e a CET pela infraestrutura do viário implantando, tão importante, apesar da ciclofobia do Fábio Forte, que teima em ser contrário. Agradeço muito. Eu era usuário da Alameda Barros, agora embaixo de Minhocão passa a revitalizar importante área, e acredito que o projeto como um todo, não só de fazer circular pessoas ali, mas de requalificar com iluminação, com jardinagem e tudo mais, vai dar um novo uso por baixo do Minhocão, apesar do ceticismo de muita gente.

O foco dessa audiência pública, na verdade muito claramente é a questão do fechamento aos sábados. Eu fui chamado para isso. Não fui chamado para discutir o futuro do Minhocão. Venho aqui representando a associação dos ciclistas urbanos de São Paulo, que é a Ciclo cidade, onde sou diretor de participação e vim discuti uma medida que é fundamental que batalhamos por um ano e meio, para ser incluído no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, que é o desestímulo do veículo individual motorizado especialmente na questão do Minhocão o fechamento dele no prazo, não tem prazo determinado no Plano Diretor Estratégico, mas ele vale para os próximos 16 anos. Portanto, a medida de retirar o uso do Minhocão aos sábados como uso viário, é absolutamente convergente com o que diz o Plano

Diretor Estratégico.

Se há uma resistência por essa medida que se discutisse lá atrás. Plano Diretor é Lei da Cidade, rege o crescimento da Cidade, o Plano Diretor está estabelecido, portanto, o Minhocão, como viário será desativado. Desativar aos sábados é uma medida tão fundamental quanto desestimular o uso do carro. O Tonobohn deixou muito claro no início de que há teorias e estudos da própria CET, inclusive foi encomendado anos atrás, pela Emurb, um estudo que justificava quando da desativação do Minhocão como viário, a malha viária da cidade se justificava e absorvia a quantidade de automóveis que hoje passa por lá. Portanto, desativá-lo para o viário, devolve-lo ao uso das pessoas é uma medida necessária. As outras dimensões de uso, elas na verdade escondem um profundo higienismo e um profundo preconceito que as pessoas têm com relação ao uso dos espaços públicos da Cidade de São Paulo.

Não se resolve segurança pública blindando carros. Não se resolve segurança pública subindo muros e colocando grades, cercando, e colocando câmeras na cidade como um todo. Resolve segurança pública indo na raiz do problema. Não se resolve mobilidade urbana abrindo mais avenidas, abrindo novos viadutos, novos tuneis. Mas indo para a raiz do problema. Que é discutir os conceitos principais do que a queremos estimular. Qual cidade nós queremos construir, com relação de vizinhança e de convívio social que queremos construir. Justificar a manutenção dos carros e o viário do Minhocão como ele está hoje, a partir de uma noção torpe e destorcida do que é segurança pública é um absurdo. Senti, praticamente em um circo, quando as pessoas defendem a manutenção do carro, e a manutenção da poluição e de todos os malefícios que o carro causa, a partir de uma noção de que as pessoas não podem conviver em sociedade. Nós, ciclistas, como defendeu o Vitor Leal, como defendeu a Falsone, como muitos aqui defenderam, somos favoráveis ao fechamento do Minhocão, sábados como viário, como medidas importantíssimas de desestímulo a esse modal que hoje representa um terço das viagens da cidade, mas detém 80% do espaço público viário disponível. Portanto, é uma questão de equidade social, de justiça, e faço aqui valer meus direitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Daniel, e encerramos a participação. Vou trazer a mesa. Já tinha solicitação do Colega Ari Friedenbach, para fazer uso da palavra, nobre Vereador Paulo Fiorilo, fará uma sugestão.

Com a palavra o nobre Vereador Ari Friedenbach.

O SR. ARI FRIEDENBACH – Serei breve, mesmo porque não tem muita coisa a falar. Sou favorável ao desmonte do Minhocão, diante de uma solução viária. Não podemos imaginar que o transporte público da cidade de São Paulo hoje dá conta de absorver todo mundo que anda de carro. Então é uma necessidade os carros hoje na estrutura que nós temos.

Creio que também é uma necessidade pensarmos em alternativas viárias, não vi o estudo apresentado pela CET, ainda, mas vi alguns estudos a respeito de que não há como simplesmente proibir o tráfego do Minhocão e a avenida embaixo absorver isso.

Penso também que é um problema sério se pensarmos no Parque do Minhocão, tema que tenho debatido bastante aqui com o Vereador Police Neto, por que: primeiro é a questão da poluição embaixo, pois a degradação urbana da Avenida São João vai continuar cada vez pior. Creio que seria muito importante para a cidade de São Paulo, para os seus cidadãos, nós desmontarmos o Minhocão com uma solução viária (Palmas) e aí sim revitalizar aquela parte de baixo que está absolutamente degradada. Ainda que a ciclovía traga algumas melhoras sim, mas se conseguirmos tirar aquela cicatriz da cidade de São Paulo e tornar a Avenida São João uma área bonita, com os prédios históricos que temos ali, seria uma solução muito importante.

Agora, creio que essas coisas têm que acontecer passo a passo, nós temos que ter uma estrutura para absorver esse trânsito que é uma importante ligação sim entre a zona Leste e a zona Oeste, da cidade de São Paulo.

É só isso o que eu queria colocar.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado Vereador Ari.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, eu não pude acompanhar toda a audiência, mas queria deixar duas sugestões para avaliação posteriormente: a primeira, um pouco o senhor já abordou, seria para que a segunda audiência pública pudesse ser feita na região. Creio que há espaço, é possível, facilita o acesso de todo mundo, aos que são favoráveis e aos contrários. A retirada ou não do Minhocão é um projeto que está em pauta, que é o fechamento aos sábados. Estou deduzindo que é isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Exatamente.

O SR. PAULO FIORILO - Nós votamos em primeira, imagino que a discussão aqui gire em torno do projeto. Então que se faça a discussão lá.

Sugiro também que convidemos a Polícia Militar. Eu estou numa dúvida cruel quem é o responsável pela segurança nesta cidade. Podemos levar a polícia para fazer a discussão – eu não estou falando só do Minhocão, mas de todos os cantos da Cidade.

Vim de uma reunião da zona Leste e o pessoal está reclamando que estão roubando os professores, assaltando, roubando os carros do lado das escolas. Bom, aí é assim, nós estamos vivendo uma esquizofrenia, o poder Público, quem tem responsabilidade.

Quero deixar a sugestão porque poderíamos fazer um debate na sua totalidade, inclusive para quem mora, vive, trabalha, tem seu comércio lá e vive a situação que vive.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado Vereador Paulo.

Tem a palavra o Sr. Tonobohn, para as suas considerações; depois farei o encerramento.

O SR. RONALDO TONOBORN – Bem rapidamente, Vereador, quero dizer para dar um pouco mais de subsídio para essa discussão. Hoje, num dia de semana, na hora pico,

passam no Minhocão cerca de seis mil veículos. O volume do sábado, no início da tarde, nós contamos - sim, fizemos contagem, a CET tem uma grande especialidade nisso – que é 17% inferior a esse volume médio de seis mil veículos.

O problema é que a contagem em si não é suficiente. A maneira como essas viagens se distribuem, as origens e os destinos, são diferentes do padrão de viagens durante a semana. É essa a nossa dificuldade, porque a base da nossa rede de simulação que é a pesquisa OD do Metrô não mostra o padrão de viagens, não mostra as origens e os destinos aos sábados.

É nisso que nós estamos aprofundando um pouco mais os estudos e alguns cenários que foram colocados, a pedido do Sr. Prefeito, que estudássemos.

Então, devemos levar mais uns 20 dias, talvez 30, para concluir esses estudos, avaliar a quantidade de dados que teremos de levantar.

No mais, concordo com a Renata. Voltando a citar o que o Athos acabou de mencionar, foi publicado ontem pela Cetesb um estudo dizendo que a região metropolitana de São Paulo para sobreviver, para poder respirar, tem de reduzir 26% das viagens realizadas hoje por carro.

Então, essa é a questão que está colocada: como fazer isso e como fazer de maneira civilizada em uma Cidade, como está sendo colocado, que ainda não sabemos conviver. E acredito que a opção pelo carro, essa opção individual, é fruto da característica de nossa sociedade, de não saber conviver, de não saber partilhar espaços. Então, acho que há uma questão muito mais profunda aí para ser discutida e que levará mais tempo.

Mas, do ponto de vista estritamente funcional, já temos algumas avaliações do que deve ser feito para melhorar as condições de quem caminha a pé, para melhorar as condições de quem usa bicicleta, se tirarmos o fluxo de veículos ali.

Quanto à questão ambiental, estamos estudando - e, evidentemente, isso levará um pouco mais de tempo -, não a adoção de veículo elétrico na frota de ônibus, mas estamos

testando veículo elétrico autônomo, porque o trólebus requer um investimento muito mais alto e uma rede que precisa de uma manutenção mais severa.

Estamos testando, hoje, ônibus à bateria que ainda deve levar uns cinco anos para entrarem na frota. Quer dizer, isso acontecerá, mas ainda levará um tempo. Mas a ideia é que comecemos a substituir a frota, na rede estrutural, por ônibus elétricos autônomos e não trólebus.

Acho que esses são os subsídios que temos para colocar para discussão. Concordo que temos de refazer essa discussão, mais para frente, com um pouco mais de profundidade.

No mais, agradeço muito o convite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço todos aqueles que se manifestaram.

Farei uma breve fala, que será um convite para o próximo encontro. Jamais falei que era favorável ao desmonte. Na realidade, não concedi nenhuma entrevista à *Folha*. Participei de um debate em que falei que o Minhocão nunca deveria ter sido construído. Portanto, quem assistir ao debate que fiz com Sérgio, um técnico de transporte, constatará que em momento algum falo do desmonte ou da demolição. Isso está lá no site da *Folha*, à disposição de todos. E há uma disposição minha, e tenho visto uma disposição de todos os Srs. Vereadores, para entender a noção precisa do que hoje, de fato, o Minhocão representa para a Cidade; que elemento é esse que entusiasma as futuras gerações a usar ou não o carro. O esforço que estamos fazendo para termos uma gradual desativação dele é porque precisamos enfrentar esse modelo de carro-dependência que nos trouxe ao esgotamento. A fórmula como faremos isso é o debate que fizemos hoje, com falas mais duras, com falas mais agressivas, que também são naturais pelo modelo que aceitamos, absolutamente individualista, a partir dos anos 30/40. Aceitamos esse modelo e alguns estão dispostos a rever. Outros ainda não. Sou daqueles que estou disposto a rever modelos. Revi o meu modelo

de circulação na Cidade. Não uso carro para 80% da minha circulação, uso bicicleta, transporte público coletivo. Não porque alguém me obrigou, porque reconheci que essa era a fórmula mais adequada para me deslocar para determinados trechos. Isso não quer dizer que não uso carro. Uso carro porque parte dos deslocamentos com a minha família ou faço com carro, ou não consigo.

Portanto, não satanizo o carro, mas reconheço que podemos prestar contribuições à Cidade sim, se soubermos também observar o que estamos oferecendo a ela. Mais do que isso, acho que o debate de como ocuparemos espaços públicos também é um desafio posto neste momento, não só aos sábados quando fechamos, se o projeto como desejo for aprovado, mas aos domingos que não temos a regra ainda. Isso é absolutamente importante, definir a regra que controla ruído não só para as pessoas, mas prioritariamente para os carros ou para as motos é essencial.

É essencial, portanto, que esta Cidade para as pessoas seja medida antes de se acusar a necessidade da mudança. Aqui antes de fazer a mudança, que me parece, todos querem, começamos um processo de acusação. De tirar do outro algum efeito por esforço que ele está fazendo para mudar a realidade que não é boa. Portanto, estamos diante de uma realidade que não é boa, mas me parece que alguns que querem a mudança pregam a não mudança. Juro que não consigo entender. Se nós estamos pregando de fato a mudança, a mudança será ter no projeto de lei, sem dúvida nenhuma, com a contribuição que vamos ter de Vereadores e da sociedade, as regras de ocupação desse espaço, com a capacidade de mediação que nós temos em São Paulo, mas não do arbitrio de um ou de outro, por mais próximo que seja a minha casa, por mais distante que seja, porque ela é uma relação de vizinhanças e de cidadãos e, portanto, temos de ter essa capacidade que talvez revelada no Minhocão melhore a Roosevelt, melhore o Ibirapuera, melhore a todos.

Estou dizendo isso pela disposição absoluta para esse debate, mas estou convencido de que se não dermos o primeiro passo, o Minhocão continuará com 70 mil

veículos, a cidade carro dependente morrendo. Quem nos trouxe um estudo que quero poder disponibilizar, vai ficar no processo, da questão de saúde, foi a Defensoria Pública. Eu não inventei o estudo que anunciava que a redução da circulação de carros ali em cima era benéfica à saúde. E não como vêm trazendo alguns que dizem que estamos tentando por as pessoas em algum lugar que elas não devem estar. O carro nunca deveria estar ali sobrepondo a vida das pessoas. Isso nós queremos enfrentar verdadeiramente, os carros não podem sobrepor a vida de cada um de nós, por mais velocidade que queiramos dar a eles.

E nesse enfrentamento queremos contar com vocês, sabendo das diferenças de opinião. O que não dá aqui é aqueles que querem promover a mudança, se agredir porque o ponto final da mudança me parece que não estou convencido de que o seu é melhor. Prefiro acreditar que você me ajuda a fazer a mudança do que ser meu adversário para nenhuma mudança realizar.

Então saio daqui muito satisfeito com o nosso debate. Quero agradecer de fato todos os que vieram. Vamos realizar pelo menos mais um debate na expectativa de que a CET nos traga alguns resultados que ampliem as informações do sábado. Estou convencido de que podemos escrever a melhor lei para o sábado e ela vai ser um canal absolutamente indutor do que devemos fazer até o final do ano, ou quem sabe começo do ano que vem, já com os estudos do IPT de qual a fórmula de desativação definitiva de circulação de carros no Minhocão e, portanto, oferecer à cidade de São Paulo algo que não seja a carro dependência e uma via elevada que serve só ao carro e, portanto, aponta uma Cidade que já se esgotou. Precisamos criar a Cidade do futuro e não ficar lambendo as feridas da Cidade do passado.

Boa tarde a todos e muito obrigado.

A Procuradoria Chefe,

A pedido.

Em 17/03/2017

rufer
MARIA DE FATIMA MOREIRA
Assistente Parlamentar

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO		
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO		
EM	17/03/17	AO 14 HS
POR	<i>Karol</i>	
SAÍDA	1763/PAS 15 H	ASS: <i>Karol</i>

Segue 5 juntado 5, nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado(s) sob folha(s)
nº 77 a 103 Em 06/04/2017
Inamar Alves de Sousa Jr. *[Assinatura]*
RF. 101.204 - SGP-12



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 77

do Processo nº 01-22/2015

Inamar Alves de Sousa Jr.

RF: 101.204

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: PRAÇA FRANKLIN ROOSEVELT (CONSOLAÇÃO)

DATA: 02 DE ABRIL DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na qualidade, circunstancial de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da Audiência Pública. Lembrando que foram convocados e convidados para essa Audiência Pública os Srs. Vereadores: Camilo Cristófar, Dalton Silvano, Eduardo Matarazzo Suplicy, Flavio Riva, Paulo Frange e Sousa Santos. Lembrando que todos, aí agradeço pessoalmente, concordaram com a audiência pública sendo realizada nesse espaço. Algo que não é usual na Câmara Municipal de São Paulo, mas todos os Srs. Vereadores, por unanimidade concordaram que a audiência pública, saísse do espaço restrito e muitas vezes até difícil, acesso da população, durante a semana, segunda a sexta nos horários em que a Câmara Municipal de São Paulo costuma realizar suas audiências públicas lembrando que a Câmara Municipal de São Paulo realiza, costumeiramente suas audiências públicas das 14, 15 horas até as 18hs. Horário, que muitas vezes a população não consegue estar presente, então quero aqui agradecer aos nobres Colegas Vereadores que concordaram com que a audiência pública fosse realizada nesse espaço.

Lembro que essa audiência pública teve ampla publicidade, conseguimos publicar nos jornais de grande circulação não só por uma obrigação da Legislação, que determina a publicação de jornais da grande circulação, mas em diversos jornais, rádios e até a TV, acabou por noticiarmos nos últimos três dias a realização da audiência no dia de hoje. Na manhã do dia de ontem, programas da radio Jovem Pan, Bandeirantes noticiavam nosso encontro, e maneira gratuita que para nós é muito bom, porque normalmente quando a Câmara Municipal de São Paulo usa a publicidade institucional, paga por ela e a maior parte do que conseguimos no dia de hoje, foi utilizar a publicidade institucional, na realidade os serviços de utilidade pública das rádios, das TVs e, portanto não gastar nada.

Mais do que isso, vocês estão sentados em cadeiras que foram oferecidas pelo movimento popular de moradia. Na realidade, não custou nenhum centavo para a Câmara Municipal de São Paulo. Essas cadeiras são do Movimento Popular que se reúne no Ipiranga, portanto ninguém gastou nada com isso. Nem o som. O som que está aqui, também não se gastou nenhum centavo, foi oferecido pela mesmo movimento popular de moradia. Não só nos deu o sistema de som, como veio instalar. Nos ajudou inclusive na instalação do som. Acho que isso mostra quanto a Roosevelt, o Parque Minhocão pode reunir pessoas da mesma cidade com propósitos iguais curtir a cidade. Em uma perspectiva de lutas distintas, aqueles que estão no Movimento Sem Teto do Ipiranga, ainda lutam pela sua primeira oportunidade de residência. Talvez, muitos que estão aqui em nosso entorno já estão com seu segundo, terceiro imóvel, portanto muitas vezes pode ser uma diferença.

Mas o que importa hoje, é discutir o uso do Minhocão, os horários que ele está aberto à sociedade, de que forma que ele está aberto. Hoje o debate tem um objetivo importante enquanto audiência pública que é escutar a sociedade. Durante muito tempo as decisões eram tomadas sem a participação da sociedade, por sorte a nossa Constituição estabelece o mínimo de participação no caso da definição dos horários do Minhocão, são duas audiências públicas. Acho que duas audiências públicas pode parecer pouco, mas quando a gente consegue realizá-las em um ambiente em que as pessoas costumam utilizar esse espaço, ela tem um conteúdo todo especial.

O dia de hoje a ideia é exatamente essa. É avaliar, debater e discutir o PL 22/15, que confere nova redação ao incisos II e III do Art. 1 da Lei 12152, de 23 de Junho de 1996, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Elevado Costa e Silva. A gente continua com a Legislação que chama ele de Elevado Costa e Silva, porque é de 96, portanto ela definiu que aos domingos, não teria funcionamento e que a partir das 21hs30 até as 6hs30 da manhã não teria funcionamento para carros. Portanto aberto para as pessoas. O que discutimos no dia de hoje, são os novos horários e os novos usos que o Parque Minhocão já tem um bom tempo.

Toda audiência pública precisa de um mínimo ajuste que vamos realizar no debate, de uma, duas, ou até três horas. Reservamos para o dia de hoje, no máximo três horas, até às 19 horas. Quando aquelas luzes se acenderem podemos continuar aqui desde que esgotado todo nosso debate. Se antes disso não tivermos mais inscritos, encerramos antes disso, então até as 19 horas, portanto, das 16, que iniciamos até às 19hs, debate vai e deve acontecer.

Por conta de uma experiência no debate a que venho acumulando na Câmara Municipal de São Paulo, desenhei para o dia de hoje uma formula que inova. Vamos ter as inscrições para pronunciamentos de até três minutos. Já estão abertas as inscrições, e permitindo as pessoas que não querem falar três minutos se inscrevam para falar até 15 segundos. Dizendo o seguinte: não quero ninguém em cima do Minhocão, ou quero as pessoas em cima do minhocão e horário que acho adequado esse. Porque? A gente vem notando que muitas das vezes quando se exige a fala de três minutos às pessoas não vem falar. E, portanto, estamos criando esse mecanismo da pílula que você sobe lá e diz o seguinte: não quero mais ninguém no Minhocão, ou quero gente no Minhocão, porque a gente vai estimulando a participação das pessoas, mesmo de maneira não tão elaborada. Até porque temos que abrir a participação da sociedade na forma com que ela quer participar.

As vagas aqui na frente não estão ocupadas, porque elas seriam ocupadas pelos colegas vereadores que ajudaram a gente fazer essa audiência. Não há crítica. Eles ajudaram a realizar a audiência. Vou levar o resultado da audiência para eles. O que importa hoje é a participação da sociedade, se as cadeiras daqui da frente continuarem vazias, as que estão ao lado de vocês se estiverem vazias, é a nossa derrota. Se elas estiverem ocupadas como, já estão agora, a vitória é garantida.

A audiência pública tem o objetivo claro de discutir o horário de funcionamento do Parque Minhocão e é bom que venha, porque aí leva nossa voz para dentro do Minhocão inteirinho. Portanto, dizendo a muita gente, em torno dele, que aqui estamos discutindo pública e republicanamente os horários que o Minhocão deve estar em funcionamento. Não cabe ninguém dizer que o debate não é público, aberto, a todos. Quem quiser desce e vem conversar com a gente.

Aproveito para agradecer a cada um dos funcionários da Câmara Municipal de São Paulo, que no dia de hoje cumpre, fora da Câmara Municipal de São Paulo, o seu expediente, portanto ao Sido e toda a equipe que esta aqui com a gente que gosta de estar fora da Câmara Municipal de São Paulo, podem imaginar que para eles é um insucesso estar aqui, não é não. o pessoal gosta de estar aqui, sabe que é bem bacana poder ter a oportunidade de estar aqui fora da Câmara Municipal de São Paulo, realizando isso.

Passo a palavra ao Sr. Mario Vaz Nogueira.

O SR. MARIO VAZ NOGUEIRA – Muito obrigado, Srs. Vereadores, tenho algumas anotações aqui, não vou me alongar, vou compartilhar minha experiência enquanto morador do lado do Minhocão. Sou estrangeiro e há seis anos me mudei para um apartamento que fica no entorno do Minhocão, durante esses seis anos eu assisti ao aumento da organização do Minhocão pela população do bairro e pela população de São Paulo em geral. E ao longo desses seis anos eu vi um bairro relativamente degradado para o qual eu tinha mudado, tinha fumadores de crack na minha esquina, passar para um bairro relativamente da moda, com novos frequentadores e com novos comércios. Então, para mim, os dois fatos não estão separados e acho que é impossível, é ingênuo separar esses dois fatos.

Eu próprio usei o Minhocão centenas de vezes pra correr, isso há alguns anos, portanto, não reparem, estou falando a verdade, e continuo a usar para andar de bicicleta, para passear e uso também como vista. Volto a lembrar, o Minhocão fica na altura da minha janela.

Eu sou do campo, cresci no campo, então para mim o Minhocão, mais do que Parque, ele sempre foi uma praça. O Minhocão é uma praça aonde as pessoas namoram, aonde as pessoas confraternizam, aonde as pessoas conversam e fazem exercício. Aí quando surgiram essas regras, eu me perguntei: por que limitar o direito das pessoas namorarem, confraternizarem, fazerem exercícios? Aí fui ler as regras e vou expressar a minha opinião como morador do lado do Minhocão, sobre as regras e propostas.

O minhocão é inseguro porque tem anteparos baixos. Bom, eu nunca caí do Minhocão, e nunca vi ninguém cair. E do que eu pesquisei, o único acidente que teve do tipo foi em 2015: foi um carro que caiu, um carro. Portanto, tirem as suas conclusões.

No Minhocão, querem acabar com o comércio! Estão jogando cocos nas janelas, foi o que li. Gostaria de saber que epidemia de cocos nas janelas é essa porque eu nunca tive coco em minha janela.

Ruídos, ruídos noturnos. Tive sim ruído entrando sim em minha janela, no entanto, nunca passaram dos horários normais previstos nas regras condominiais. O que me incomoda sim, Vereador, é o ruído dos carros passando com som alto e acelerando na São João. Isso sim é o que me incomoda, durante a madrugada. Já teve um caso, exceção à regra, em que um rapaz estava tocando gaita no Minhocão, de madrugada. A minha vizinha de cima, adiantou-se à Prefeitura, mandou que colocasse a gaita num lugar indiscreto, e assim acabou o caso, não teve mais problema.

Falando sério, Sr. Vereador, se os anteparos são baixos, o razoável é elevar os anteparos. Se há ruídos e se há comércio que incomoda, o razoável é policiar mais, multar as pessoas e melhorar a iluminação no Minhocão. Fechar ou restringir o uso do Minhocão por causa dessas razões, pra mim, é como um médico internar um doente que está resfriado, não faz sentido.

Vou contar uma história para o senhor. Uma noite estava em minha casa e escutei gritos vindos da São João. Cheguei à janela e percebi que uma mulher estava sendo violentada por um homem, na São João, lá embaixo. Eu ia pegar o meu celular e chamar a polícia. Não foi necessário porque as pessoas que estavam namorando, fazendo exercícios no Minhocão, chegaram ao anteparo, chamaram a atenção do homem, chamaram a polícia e a mulher saiu em segurança de toda essa situação. Foi pra isso que o Minhocão serviu.

Transformar o Minhocão num deserto noturno, em minha opinião, vai aumentar a insegurança na região, vai tornar a região menos atrativa tanto para moradores quanto para visitantes. Ou seja, os moradores e visitantes vão perder; São Paulo vai perder mais do que vai ganhar.

Como morador, eu digo, tenho certeza de que as regras que estão sendo discutidas estão erradas porque se baseiam no pressuposto errado de que moradores, de que os utilizadores do Minhocão estão separados ou são inimigos. Não são. Os moradores são utilizadores do Minhocão.

Também lhe digo, como morador, eu nunca me incomodei com pessoas passando à noite pelo Minhocão, passeando lá, nunca trocaria nenhum incomodo pontual que tenha tido, durante a noite, por um deserto em minha janela.

Por favor, chegue lá na Prefeitura e diga pra não tirarem a minha praça!

Muito obrigado!

(Palmas prolongadas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem! Começar com um depoimento da Terrinha é sempre bom. Não dá nem pra discutir aonde o gajo deixou a gaita! (Risos)

Tem a palavra Francisco Júnior.

O SR. FRANCISCO JÚNIOR – Boa tarde. Sou morador do Minhocão, morei quatro anos. O nosso companheiro, Vereador, falou a verdade.

O Minhocão melhorou muito, o Minhocão fecha nove e meia, as pessoas saem de suas casas para caminhar, relaxar. Como o Centro é muito estressante, muitas crianças, os pais saem de suas casas, nós precisamos sim de lazer. Felizmente, pouca *maioria* é contra o Minhocão.

Eu participei do Conseg Santa Cecília - com o Covas e a Pat, o nosso Presidente era o Geraldo. Teve nova eleição para o Conseg, e o Presidente do Conseg é o Delegado. Eu participei do Conseg e vi que muitas pessoas eram contra o Minhocão, mas era um núcleo pequeno. Se a gente melhorar a qualidade do Minhocão, mantiver o horário, seria ótimo. O Minhocão fecha às nove e meia e abre às seis e meia da manhã. Aos sábados, às duas e meia e só domingo, às seis e meia. Nesse dia todo há crianças, bicicletas, animais.

Sou a favor do Minhocão, tem que manter o lazer. São Paulo não tem lazer, precisamos de lazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

Tem a palavra Alessandra Haro.

Lembro a vocês que podem sugerir alterações no horário. Se nós estamos discutindo o horário do Minhocão, é importante manifestar o horário mais adequado para impedimento e liberação de veículos e a liberação para as pessoas. Isso é absolutamente importante.

Os estudos realizados pela CET apontam que a compatibilização do horário do Parque Minhocão ao horário de restrição do rodízio talvez seja a forma mais adequada. O esforço que

fazemos, no dia de hoje, é pra oferecer à Câmara uma ideia de legislação que possa compatibilizar o horário das 20h para o fechamento do Minhocão ao horário que hoje temos para as restrições de circulação no rodízio de veículos.

O que se discute hoje é: será adequado fechar o Minhocão às 21:30h ou às 21h ou o horário que daria à população possibilidade de acessar o Minhocão a partir das 20h. Essa questão é fundamental: Minhocão aberto para as pessoas a partir das 20h.

A SRA. ALESSANDRA HARO – Boa tarde. Sou moradora do bairro de Santa Cecília. Moro num apartamento que todas as janelas dão para o Minhocão. O Parque Minhocão hoje é uma área que toda a minha família utiliza, eu utilizo tanto durante a semana à noite quando nos finais de semana.

Gostaria de lembrar que, anos atrás, o Minhocão foi fechado para os carros no horário da noite, e também durante o dia no final de semana, por uma questão de saúde pública. Ou seja, os carros que por ali passam trazem mal às pessoas que ali residem, por questão de poluição ambiental, de poluição sonora, dentre tantas outras coisas. Quem mora perto do Minhocão sabe o quanto ele gera de pó, de poluição.

Com o passar do tempo, automaticamente, de uma forma muito natural, as pessoas começaram a ocupar esse espaço. Não foi um órgão público, uma associação, uma instituição que falou: vão lá, podem utilizar, é um parque. Essa foi uma coisa absolutamente natural, é bom a gente lembrar. As pessoas começaram a subir no Parque porque ali é dos poucos lugares público em que se pode ter lazer de graça, onde você pode andar de bicicleta, de skate, onde você pode tomar um ar depois de um dia corrido. É importante que a gente lembre sempre disso. Não é um parque que foi feito por alguém. Todos nós o fizemos, dia a dia, noite a noite! (Palmas)

Como moradora do bairro de Santa Cecília, como moradora de frente para o Parque Minhocão, sou absolutamente a favor de que o horário baixe para 20h porque um local público, quanto mais pessoas por ali circularem, mais seguro ficará.

A Praça Roosevelt é um grande exemplo de um lugar em que havia muito problema de Segurança, não era ocupado por pessoas. Pouco a pouco, de novo, a própria população sem auxílio público, começou a ocupar esse lugar que hoje é muito mais seguro do que antes.

O Parque Minhocão quando eu vejo, todo dia, de noite, quando vejo as pessoas habitando aquele lugar, fazendo parte daquele lugar, vejo que esse lugar está cada vez mais seguro.

Então, enquanto moradora, quero agradecer a palavra e dizer que sou a favor do Parque, a favor de que o horário baixe para 20 horas.

Sou a favor de uma cidade para as pessoas!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, Alessandra.

A questão importante que Alessandra nos traz é a questão da espontaneidade. Se existem parques que precisamos mostrar o endereço para as pessoas encontrarem, o Parque Minhocão ninguém precisa apontar o endereço. Todo mundo sabe aonde está o Parque Minhocão, todos sabem o horário de funcionamento. Em minha opinião, infelizmente, a partir das 21h todos os dias da semana. Aos sábados, 21h30min; aos sábados a partir das 15h; e domingos e feriados, o dia todo.

O esforço que se faz hoje é debater regras para o horário de funcionamento do Parque. Portanto, as manifestações devem – como Alessandra nos traz – tratar do novo horário que é possível neste momento.

Lembrando que a CET, há dois anos, em audiência pública na Câmara, quando anunciou a redução do horário aos sábados, anunciou também a possibilidade de redução dos horários nos dias de semana. Essa é a principal motivação que nos reúne. Não estamos aqui desafiando ninguém, nem a lógica, estamos dizendo algo que tecnicamente é possível e, portanto, o debate é necessário pra se saber o melhor tipo de ocupação, e se tecnicamente é viável.

Chamo agora Davi Lacerda, morador da Santa Cecília.

O SR. DAVI LACERDA – Obrigado, Police. Sou morador de Santa Cecília. Moro há três quarteirões do Minhocão.

Vendo tanta gente aqui, quero agradecer porque este dia não é sem importância. Este dia é quando a Câmara de Vereadores se volta pra gente, morador, e quer saber a nossa opinião sobre esse espaço público, e este é o melhor espaço pra poder falar sobre a abertura de outro espaço público. O que estamos fazendo aqui é importantíssimo, é simbólico.

Em relação ao que se pretende fazer com os horários do Minhocão, que a Promotoria quer fazer, que o Conseg quer fazer, o que eles querem? Querem impedir os moradores de usar a região como lazer, todas as noites, e que durante os finais de semana só use por um curto período. Sou dermatologista, e a hora que querem impor o uso do Parque é a hora que o sol é mais intenso. Isso não faz sentido, isso não é seguro para as pessoas, do meu ponto de vista técnico.

Do meu ponto de vista como morador, o que eu vejo? É importante que quando pensamos em leis, que tenhamos em mente o que já é usado. O que já é usado? Aquilo ali é usado como parque. Aquilo ali, na hora que fecha, o primeiro beneficiário, o primeiro a chegar e usar de maneira saudável é o próprio morador de sua frente. É ele que começa a fazer esporte, é ele que tem a oportunidade de sair com seu cachorro, é a família que tem a oportunidade de sair com seu filho. É pra essas pessoas que aquele lugar se abre. Essa é a primeira parte.

Segunda: quando se tenta proibir alguma coisa, vocês acham que o delinquente, que o bandido vai ser impedido? O Conseg diz que não há policiamento suficiente. Então como vai impedir o bandido de estar lá em cima? Ao mesmo tempo, ele quer impedir o morador, que usa o local civilizadamente, de usar aquele espaço público. Não faz sentido. O que eles querem? Querem tornar nós, moradores, delinquentes! É pra isso que serve? É pra nos intimidar? Pode ser! Porque essa é uma consequência real da medida que estão tomando. Temos de ter cuidado. De repente, noutro dia, se você está lá em cima, passeando com seu cachorro, com sua bicicleta, se não gostam da sua cara, eles podem ir lá e dizer: vou *botar* a polícia atrás de você! Como tentaram fazer para que nós não fizéssemos a manifestação que ajudou a contribuir para esta audiência. Então essas coisas são importantes.

Dizer que a grade é baixa, ninguém nunca caiu, como disse aquele morador, como eu sei e como todos sabem!

A prova do tempo desfaz qualquer tentativa de nos enganar, sejamos sábios! Nós somos pessoas sábias. A gente vai-se deixar enganar por um artifício burocrático, feito para outros interesses? Não! Então não vamos fazer isso, e é por isso que estamos aqui.

Se querem uma melhor qualidade pra quem mora ali do lado, ponham cercas verdes; se querem diminuir o barulho, faz com que os corredores de ônibus tenham ônibus elétricos.

Em relação à segurança, pode-se colocar patrulhamento com bicicletas, sem apito, sem motocicleta, sem barulho a mais para os moradores. Esse patrulhamento pode servir de educação, pode evitar alguns excessos.

Falando em educação, por que não se propõe colocar placas onde se diz se estamos no Parque Minhocão, por favor, respeite os moradores, os vizinhos. Isso ajuda, isso é importante. Eu, médico, percebo que muitas vezes as coisas que são óbvias, elas não são evidentes na hora em que estamos falando numa consulta. Então, para o usuário que está ali é importante saber isso.

Então, eu queria colocar como morador de Santa Cecília, sou morador, apoio o Parque Minhocão e queria que a pessoas que também tenham esse desejo que levantem seus cartazes. Temos muitas pessoas aqui, mas quantas pessoas apoiam o Parque Minhocão? Isso é muito importante, é um espaço que precisamos e vamos defendê-lo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, Dr. Davi. Chamo a atenção para uma parte importante da fala do Dr. Davi, que na realidade temos um promotor e não a Promotoria que é contra as pessoas no Minhocão. Peço que todos que estão de frente para mim olhem para esquerda e imaginem aquela visão quase sem carro do nosso lado esquerdo. Estão vendo aquilo? Saudável, gostoso, está todo mundo feliz dentro dos possantes. Agora olha do outro lado, está feio? As pessoas estão tristes do outro lado, imaginem o que estão pensando as pessoas do nosso lado esquerdo, elas estão absolutamente felizes em estar nos carros, mas do lado direito não.

Então, um pouco dessa leitura de fazer essa audiência no parque nos permite esses novos olhares. Olhares de quem está no Parque Minhocão consegue sentir, mas quem não veio tem uma grande dificuldade de sentir a diferença real das coisas. Agradeço muito ao morador médico, Dr. Davi, que nos traz uma informação importante, até para a pele o Minhocão faz bem, o Parque Minhocão faz bem. (Palmas)

O Acácio, morador do Centro, nos trouxe uma contribuição grande, fala de três pontos objetivos. Ele escreve que ele tem vergonha de falar em público, mas deixou registrado o apoio ao Parque Minhocão a qualquer hora do dia ou da noite. Está claro aqui o esforço que ele faz, não quer falar, mas deixou o esforço escrito. (Palmas)

Vou chamar a Carolina Felix de Simas, que é moradora e pediu 30 segundos, o microfone está à disposição para sua fala.

A SRA. CAROLINA FELIX DE SIMAS – Meu nome é Carolina, sou moradora do Parque. Você falou que o Parque continua um parque para as pessoas e que continue com o mesmo horário de funcionamento. Acho que é uma iniciativa que deu certo e espero que continue dessa forma. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom, está aí, ela é moradora do Parque. Então, ninguém mais tem dúvida onde a Carolina mora, ela mora no parque que é o Parque Minhocão. Obrigado, Carolina.

Vou chamar o Elton Tadeu, também morador, que pediu para falar 30 segundos.

O SR. ELTON TADEU – Boa tarde, moro na Praça Marechal Teodoro já há sete anos. Adoro o Parque, adoro os jardins verticais que só foram possíveis de serem feitos por causa do Parque. Sou a favor do fechamento às 20h e acho que vamos lutar juntos que vamos conseguir. (Palmas)

A SRA. JOANA D'ARC – E também o espaço público é uma forma de inibir a violência, e tem o prazer social de estarmos juntos e socializar o que nos pertence, o espaço que nos dá essa liberdade e não podemos perder. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Joana, Elton, pela manifestação. Lembro que continuamos com as inscrições para três minutos e para 30 segundos. Vamos chamar a próxima que é a Leila de Lacerda, moradora da Santa Cecília, tem até três minutos para o uso do microfone.

A SRA. LEILA DE LACERDA – Boa tarde, sou a Leila. Estou aqui como moradora da Santa Cecília, sou estudante de arquitetura e urbanismo e estou aqui como moradora de São Paulo. Venho dizer e reforçar, como estudante de arquitetura e urbanismo, que isso vem em mente a espontaneidade que se deu, que já falamos, a ocupação do parque. No momento em que ele foi fechado, as pessoas foram lá e ocuparam livremente, sem que alguém falasse se pode ocupar. Então, isso demonstra a dificuldade que temos em São Paulo de espaços públicos como esse. E o Minhocão é um lugar oportuno que demonstra que já dá essa possibilidade, essa vivência, esse lazer, esse estar na rua, sair de casa.

Gostaria de levantar os pontos urbanísticos, que é o olhar para a rua. Falar que o Minhocão não é segura, é para mim ridículo no sentido de que temos muitos olhos no Minhocão e quem faz a segurança daquele parque, que virou essa praça também são os próprios moradores. Eu que sou moradora da Cidade, venho dar um role na Roosevelt, volto para casa na Santa Cecília, pego o Minhocão e vou super tranquilo, muito melhor do que andar por baixo, muito mais seguro, porque sei que está todo mundo olhando, se acontecer alguma coisa, a galera está lá.

É claro que o Minhocão tem que mudar, a gente ocupou o Minhocão e estamos pedindo um local, um espaço livre, estamos pedindo para usar esse local. É uma necessidade, é mais do que pedir. Tem que mudar, tem de colocar infraestrutura, tem de aumentar os beirais. Agora, restringir é uma política conservadora, muito de encarar o problema como limitante, limitar o uso. Não é assim, isso não vai funcionar porque foi uma ocupação espontânea. E vamos continuar ocupando se for necessário. Agora, limitar o horário para 10h às 16h, falando para mim que é a melhor para a pele? Vocês estão tirando com a nossa cara! Não! Melhora, cobra infraestrutura e ainda quer limitar os portões para dois? Nem tem para os pedestres acesso suficiente e só dois portões?

Então, temos lutar para manter o parque, porque não vamos sair do parque, vamos continuar usando o parque no horário que a gente quiser. Ninguém tem problema em usar o parque, temos de exigir infraestrutura, que se tenha mais saídas e tenha segurança. Não é fechar porque não tem segurança. Eu fico revoltada de ver essa coisa linda que foi ocupar o parque, sendo limitado, cortado pela raiz por pessoas que não é essa vivência e o quanto de melhoria trouxe para o bairro de Santa Cecília, esse bairro que eu moro e para os outros bairros. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Leila. Ela pede mais saídas, mais entradas, mais segurança, portanto, mais gente. Tem a palavra Iarlei Rangel Sena.

O SR. IARLEI RANGEL SENA – Boa tarde, sou morador da Vila Buarque, de frente ao Minhocão e sou integrante do grupo Esparrama. Moro aqui há 12 anos, antes do grupo Esparrama existir e antes da gente desenvolver essa pesquisa com dois espetáculos e com patrocínio da Prefeitura para desenvolver um projeto de 18 meses sobre o Minhocão. A gente queria discutir algumas coisas aqui.

Primeiro agradecer. Acho que é importante o Parlamento estar junto com a gente nessa discussão, acho muito importante inclusive a ideia de que o movimento por moradias está ajudando nessa discussão, porque a gente precisa refletir que qualquer uma das escolhas para o Minhocão, tanto com relação ao desmonte, quanto com relação à transformação do parque, que já é um parque, ela incide na questão da moradia no entorno do Minhocão.

O Minhocão não foi ocupado naturalmente, a atitude de ocupação que houve nele foi por uma carência, esta região é carente de área de lazer, de área de prática de esportes e, portanto, de prática de saúde. Praticar esportes é praticar saúde. Esta região é carente, foi por isso ocupada, não foi natural e não é só por beleza, é por necessidade.

As pessoas que ocuparam isso há algumas décadas estão sendo expulsas daqui desta região, por conta da especulação imobiliária: seis ou oito empreendimentos subindo no entorno do Minhocão, expulsando gente pobre daqui.

Isso já foi discutido em outras audiências públicas. Eu peço novamente para que a Câmara tenha o cuidado de fazer uma proteção social com relação à especulação imobiliária que está expulsando os pobres desta região. (Palmas)

A Cidade é para as pessoas, mas para todas as pessoas, não só para quem tem condições de bancar a Cidade. (Palmas)

Outro apelo que faço é que a gente se informe para falar, a Câmara tem muito essa capacidade de poder informar aos cidadãos. Não sei se todos sabem do histórico do porque estamos aqui discutindo isso: estamos aqui porque o Ministério Público tem um inquérito aberto por um conjunto de Consegs que aqui defende o desmonte do Minhocão, usa de todas as armas para tentar restringir, cada vez mais, o uso do parque. É uma manipulação política e legítima, mas política, para se desmontar a ideia do parque. A gente não concorda com isso, porque a gente não acha que se deva utilizar de artifícios para discutir o uso público que já foi dado ao Minhocão.

Então, informações técnicas como essa da CET que corroboram com a ideia de que a gente pode fechar o Minhocão mais cedo é muito importante, porque baseiam a gente em dados técnicos, não só com dados de desejo que também são legítimos.

Acho que seria interessante também a gente retomar toda essa articulação do porque estamos aqui. Se for possível fechar às 20h, isso não vai trazer nenhum malefício para a Cidade, que se feche às 20h. Se tecnicamente a gente pode, que se feche às 20h. (Palmas)

Só para fechar a minha fala, estão utilizando de terrorismo de informação com a gente. Assim que lançaram um decreto da subprefeitura proibindo eventos no Minhocão no começo deste ano, alguém foi até o nosso prédio, chamou a nossa síndica e falou: você está sabendo que é proibido o Esparrama se apresentar? Você está sabendo que a Prefeitura vai te multar? Você está sabendo que se acontecer algum acidente vocês vão ser multados e talvez tenham de fechar o condomínio porque não vai ter como pagar a multa? O Esparrama já está sabendo disso, se eles não avisaram vocês então eles estão usando de má fé. A gente imagina quem fez isso, não se pode comprovar ainda. Mas se sabe quem é o tipo de gente que faz esse tipo de atitude.

Terrorismo de informação não vai fazer com que a gente não use mais o Minhocão. A gente ocupou, por necessidade, a gente vai continuar ocupando esta cidade, porque a gente tem necessidade de cidade. (Palmas)

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixa eu agradecer ao Iarlei e aí eu vou ficar de pé, porque encheu muito e alguns daí de trás não estão me enxergando, vou falar por três minutos, um pouquinho do que nos traz aqui é importante.

À provocação do Iarlei fiz questão de não falar antes para ser provocado, porque achei que seria mais adequado. Um: não tem nenhuma informação pública de ausência de segurança em cima do Minhocão por conta do parapeito ou do guarda-corpo que tem 1,10m, igual a todos os outros da Cidade inteira, ou melhor, a maior parte deles é menor do que o do Parque Minhocão.

Esse é o primeiro elemento para a gente desfazer a mentira que é repetida por várias vezes. O Minhocão não teve um incidente a não ser o lembrado pela terrinha de um carro que caiu. As pessoas não caem do Minhocão, aliás, se caíssem, o Minhocão estava fechado há muito tempo. Segundo, é verdade, as pessoas buscam o Minhocão por ausência de alternativa, mas tornaram o Minhocão uma grande alternativa. Acho que isso nos reúne aqui: o Minhocão era uma ausência de alternativa que se traduz hoje numa excelente alternativa para a Cidade e isso ninguém pode afastar do espaço que tem o seu resignificado. Talvez, isso faça do esparrama um exemplo da Cidade, transformou a Cidade sim e faz parte da nossa vida hoje. Outro elemento que é fundamental, que é o quanto as pessoas usam de desinformação para prejudicar o indivíduo. Imagina numa manhã de domingo você tentando acessar o Parque Minhocão e alguém lhe dizendo que ali não tem segurança e sabendo que seu filho está com uma bola embaixo do braço ou se não está com o skate esperando aquele momento que ele esperou durante quase 15 dias pra subir no Minhocão e se divertir por uma ou duas horas.

Eu falo isso para que a gente não corra o risco de errar com os outros. A gente pode errar com a gente, nos enganar, enganar os outros não, aí não vale. Então, o pouco de trazer a audiência para cá, e aí eu vou contar para vocês, o nosso desejo era fazer a audiência pública em cima do Minhocão e não foi a primeira vez que a gente tentou. Chega um certo momento que a gente prefere não desafiar para realizar. O nosso desejo era fazer lá em cima e vocês sabem disso. A gente já teve audiência convocada e em cima da hora o mesmo promotor impedindo que ela fosse realizada lá. Seriam 200 ou 250 pessoas se manifestando no microfone o desejo de continuar lá. Eu resolvi ser mais claro e objetivo do que o desejo de estar lá em cima, que é realizá-la. Realizar em qualquer espaço aberto como esse nos permitia escutar e muitos outros escutarem. Então, é importante o que o Esparrama nos traz porque quem abre a janela para o Minhocão para deixar o lúdico de verdade sente na pele a diferença de quem sai depois do espetáculo. Para mim o Parque Minhocão é um espetáculo todo o dia.

Tem a palavra o Sr. Esla Peter. Espero não ter errado. É mais um gringo para falar.

- Orador estrangeiro.

O SR. ESLA PETER – Boa tarde, eu sou ex-morador de Santa Cecília infelizmente. Eu amo Santa Cecília e ainda venho aqui sempre para passear no Parque Minhocão. Agora, estou morando na Aclimação. É um bairro lindo, silencioso, tem um dos melhores e mais antigos parques da Cidade. Sabe o quê: o parque da Aclimação fecha às 20h, Parque da Luz fecha às 19h, Parque Buenos Aires fecha às 19h, Parque Água Branca fecha às 19h, Aclimação não deixa patinadores e skatistas entrarem. Então, cadê as nossas opções de lazer? Cadê? Nós estamos sentindo uma carência de espaço. Também quero acrescentar o ponto sobre o corrimão. (palavras ininteligíveis) da Cidade, é o mesmo autor do corrimão do *High Line* em Nova York que por sinal é o lugar mais visitados, uma das cidades mais visitadas no mundo. São oito milhões de visitantes por ano. Ninguém caiu ainda.

São Paulo é sortuda com espaço de lazer, comparada a cidades como Mumbai, Cairo, Nova Deli. A possibilidade de fechar uma estrada, fechar a Paulista, fechar qualquer avenida grande e usar como espaço de lazer durante os finais de semana é uma solução para o mundo inteiro. Todo mundo pode copiar, pode emular, pode nos imitar. Eu já disse o que eu quero dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou chamar mais dois de 30 segundos, as pílulas.

Sra. Giulia Grillo.

A SRA. GIULIA GRILLO – Boa tarde. Moro na Freguesia do Ó e uso o Minhocão sempre. Muitas vezes, estou triste em casa, pego a bicicleta e venho passear no Minhocão, e fico muito feliz. Adoro ver as pessoas andando, adoro ver o pessoal com os cachorros, e eu não gostaria que me tirassem essa alegria da minha vida. Quero ser feliz no Minhocão. Só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Obrigado. Sra. Moema Beduschi.

A SRA. MOEMA BEDUSCHI – Boa tarde. Estou em São Paulo há muito pouco tempo, uns três meses só. Vim de Santa Catarina, onde quando abria a janela dava de cara para o mar. E hoje, meu marido e eu estamos morando num apartamento de frente para o Minhocão. Quando abro a janela, dá a sensação de que estou vendo o mar. Por isso, tenho esse desejo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Felipe Morozini, morador do Parque Minhocão.

O SR. FELIPE MOROZINI – Boa tarde. É muito emocionante a gente estar aqui discutindo esse assunto. Moro há 17 anos na frente do Minhocão e, há 17 anos, o espaço não era usado pelas pessoas. Lembro-me de que, aos domingos, passavam umas dez pessoas, no domingo inteiro. Todo domingo, sinceramente, eu fico muito emocionado quando abro a janela do meu apartamento e vejo como um espaço para todos.

Na minha opinião, é o espaço mais democrático da Cidade. E, que fique claro: não nos foi oferecido nada para a gente ocupar esse espaço.

E agora houve o problema bem recente de tentar restringir o horário para as pessoas. A gente está caminhando num tempo com o Minhocão que achei que a discussão era de fechar para carro. O CET já apontou que é possível fechar para carro. Então, parece-me óbvio fechar às 20h todos os dias.

No urbanismo, fala-se muito da presença de mulheres e crianças: lugares onde há muitas mulheres e crianças são lugares seguros. Hoje em dia, o Minhocão abre para as pessoas à 21h30min; 22 horas é um horário quase de criança estar na cama. Se você fechar às 20 horas para os carros, tenho certeza de que 10 para as 20 horas, cada alça estará cheia de crianças, porque elas vão brincar pro 1h30min, 2 horas, e, quando der 21h30, elas voltarão para casa.

Para mim, é fundamental entender que o parque nasce do desejo dos moradores de ter paz. Eu, como morador, também não gosto de barulho aos domingos, mas respeito a Cidade que se manifesta do jeito que é. O que me incomoda mesmo são os 6 dias em que o Minhocão fica aberto para os carros. Quando a associação Movimento Desmonte do Minhocão reclama e fala que não quer as pessoas aos domingos, para mim isso é muito sério. Ele não entendeu que só se incomoda aos domingos porque durante os 6 dias há somente carros. Então, se começarmos a diminuir o horário para os carros, aumentará a paciência e o humor das pessoas e o Minhocão será muito mais frequentado.

Em relação aos fins de semana, eu, como morador, não aceito tirarem um segundo das pessoas nesse período. Eu gostaria de pedir isso, se vocês puderem ter clareza, porque essas pessoas estão aqui discutindo o seguinte: só queremos andar sobre uma rua. Discutem-se as melhorias, como iluminação, mas iluminação é feita para carro. Então, você não vê a pessoa de longe. Talvez postes baixos como esses, com luzes brancas, melhorem a segurança. Em vez de tentar restringir, talvez iluminação. Também penso muito em banheiro, pois a gente acaba tendo que usar o banheiro do metrô.

Era isso. Desculpem-me por me estender. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nenhum segundo a menos, e as crianças ocupam o Minhocão para nos dar alegria. Quem sabe daqui a algumas semanas as crianças não subirão o Minhocão às 20 horas para nos dar mais alegrias. Obrigado, Felipe Morozini. Tem a palavra Annabella Andrade.

A SRA. ANNABELLA ANDRADE – Boa tarde a todos e a todas. Sou ativista, ciclista e amo o Minhocão. Hoje se estamos aqui é por um esforço coletivo. Todo mundo quer o Minhocão, quer andar no Minhocão a partir das 20 horas. Ele é para a saúde das pessoas, e tudo o que estão alegando infelizmente é infundado.

O promotor público alegou que as pessoas podem cair de lá. Um dos integrantes do Parque Minhocão teve a paciência de fazer a medição de mais de 30 passarelas, e todas elas têm a mesma altura do Minhocão. Então, isso já caiu por terra. A gente tem isso, está publicada na nossa página essa questão.

Outra questão é que temos um Conselho Comunitário de Segurança que manipula os poderes e infelizmente não conseguimos que a polícia suba lá, a não ser quando eles ligam. Então, é questão de clientelismo.

Outra coisa. Vou fazer uma denúncia. É bom que todos saibam que a gente tem um Conselheiro Participativo, que é ninguém menos do que um corretor de imóveis com carteirinha do Creci. Aos estrangeiros que não sabem o que é Creci, é Conselho Regional dos Corretores de Imóveis. Então, a gente tem essa pessoa dentro do Conselho Participativo, que foi eleito por voto popular e que está fechando com quem?

Com as construtoras, essa pessoa faz reunião no Sinduscon, é lindo, loiro, com nespesso e ar condicionado, então essas são as pessoas que querem que o Minhocão vá pro chão.

Então não tá aí fora e consegue. Quem manda na Cidade somos nós. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Quero agradecer à Anabela. Mas preciso fazer uma breve intervenção. Foi falado da eletrificação, que é uma preocupação que todos têm. A região central ao longo dos últimos 30 anos tem uma ocupação muito mais popular do que tinha na origem de qualquer região central de qualquer cidade. E ela dá um perfil de múltiplo funcionamento da região central, absolutamente importante.

Qualquer proposta de uso do Minhocão ou de finalidade dele que foi escrito dentro da Lei 16.050, que é o Plano Diretor da Cidade aponta para essa preocupação, tanto é que criou uma área que é área de impacto do parque ou de qualquer intervenção que seja feita no Minhocão, para que ela não expulse as pessoas que até hoje estão no entorno dele.

É importante porque o Centro foi esvaziado, mas só falta, no momento, só falta a ação pública no momento que a região central pode ser reocupada você expulsar as pessoas que sobreviveram no Centro no momento mais conflituoso que o Centro teve. É injusto com qualquer família que sobreviveu no Centro no momento de esvaziamento do Centro, no momento que o Centro não se prestava ao que a gente vê hoje, serem expulsas do Centro por uma ação pública. Aliás, o setor público tem de ser responsável pelo equilíbrio dessa expulsão, não pela vocação natural de tirar as pessoas daqui.

Portanto, parte do que traz a Anabele, parte ponderável do que falou o lalem, de maneira muito precisa nós não podemos aceitar um Centro que expulse as pessoas no momento em que começamos a enxergar que ele fica bom. Não faz sentido, quando o Centro recupera um pouco da sua vitalidade, nós imaginarmos que isso vai servir para poucos; que as lajes que servem há 15, 20, 50 ou 60 metros para famílias, vão servir a cem, 200 ou 300 metros para uma ou duas pessoas.

Temos de ficar muito atentos ao movimento que costuma acontecer em regiões que se recuperam que não é a mais valia, é a exploração objetiva. Temos de estar muito atento a isso, para que não permitamos ao parque Minhocão, ou a qualquer coisa que se lance em cima dele, uma ação diferente daquela que se quer hoje: o parque recheado de pessoas, pessoas de todos os cantos da Cidade, mas, especialmente aqueles que sobreviveram no Centro abandonado e hoje fazem um Centro reerguer.

Em parte ponderável daqueles que estão aqui, que como o Felipe falou, daqui a 15, 20, 25 30, 40 ou 45 anos, esses temos de ter um olhar todo especial, foram aqueles que seguraram o Centro de pé e hoje fazem as crianças voltarem ao Centro. Como a Anabele e muitos falaram aqui: o Centro aberto às pessoas, o Minhocão aberto às pessoas a partir das 20h pode trazer um novo ambiente. Que esse seja para as famílias que já estão e para muitas outras que virão. Lembrando que as pesquisas da USP mostram que temos mais de 4 milhões de metros quadrados absolutamente ociosos na região central.

Portanto, não venha me falar que falta espaço no Centro para expulsar quem está não. Tem muito espaço mau usado que pode ser muito bem ser utilizado pelas pessoas que aqui não estão. E, portanto, o Centro e o Parque Minhocão estão de abraços abertos a novas famílias,

sem tirar nenhuma da que está aqui. (Palmas)

Ana Paula Camargo, por favor. (Palmas)

A SRA. ANA PAULA CAMARGO – Boa tarde a todos. Queria trazer alguns dados para vocês sobre saúde mental. Sou da área da Saúde, sou psicóloga especialista em Saúde Pública e em Educação.

Tenho um relatório da Organização Mundial da Saúde, de 2015, que trouxe, que o Brasil, nosso país, está em quinto lugar no mundo em número de pessoas com depressão, isso os diagnosticados, porque a gente sabe que tem um preconceito enorme das pessoas procurarem uma ajuda formal quando estão com sintomas de depressão. Pior ainda, esse mesmo relatório traz que esse número aumentou 20% de 2005 para 2015, que foi a segunda edição desse relatório. Então o mundo não está nada bem. Isso também não é novidade. A gente não precisa de nenhum relatório para saber disso, infelizmente.

Uma segunda coisa que o relatório traz, com relação ao Brasil especificamente, é que nosso país lidera em número de pessoas com transtorno de ansiedade no mundo; é o primeiro país no mundo em número de transtorno de ansiedade. Tem 9,3% de brasileiros com transtorno de ansiedade diagnosticados, fora os que não procuram ajuda, não diagnosticam, não cuidam adequadamente e não entram nessa estatística.

Por que eu estou trazendo isso? Porque uma das recomendações do próprio relatório da OMS é que os gestores públicos privilegiem, priorizem em suas políticas públicas espaços de convivência como essa praça revitalizada, como o Parque Minhocão, por exemplo. E para mim é um contrassenso total ler esse tipo de coisa do desmonte dizendo que tem que restringir ou que tem que fechar o Parque Minhocão para pessoas. De que máquina do tempo esses caras vieram, de onde eles vieram e o que eles estão falando sem nenhum dado concreto?

É muito fácil a gente ficar olhando para o próprio umbigo da especulação imobiliária e ficar trazendo esse tipo de coisa, e ficar manipulando o poder público e trazendo esse tipo de situação. Então eu estou aqui junto com meu marido para falar que a gente apoia o uso do Parque Minhocão por pessoas a partir das 20h e não a partir das 21h30. Eu acho um absurdo a gente ter um parque como esse, um espaço público como esse no centro da Cidade... A gente mora na Eduardo Prado, em Campos Elíseos, a três quadras do Minhocão, e a gente sabe o quanto é importante fazer exercício, caminhar, sair de casa, e isso tudo não pode ser tirado da gente.

Que bom que tem todo esse pessoal aqui falando sobre isso, ouvindo isso; que bom que a gente está mobilizada nesse sentido. E a gente não pode esmorecer, porque o País está num momento em que estão querendo tirar tudo da gente, e a gente tem que vir e ocupar, porque senão a gente perde mais espaço. É por isso que estou aqui e que bom que vocês estão aqui, e que bom que a gente pode contar com políticos decentes para estar com a gente nisso, porque nós estamos num momento muito difícil. A gente tem que se mobilizar, senão vão tirar tudo da gente.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer à Ana Paula Ciriaco Camargo, que vem trazer informação poderosa de quem é vizinho, está a três, quatro quadras.

Eu vou confessar uma coisa para vocês. Eu nasci em São Paulo, na Aclimação, já morei muito próximo do parque Minhocão, acho que em dois ou três meses estou voltando para a Angélica esquina com a Barros. Então o Parque Minhocão vai ter um vizinho com cadeira na Câmara Municipal, para lutar não só na Câmara, mas lutar em cima do Minhocão, portanto me recebam de braços abertos, porque eu quero voltar a ter os bons amigos do Parque Minhocão não só no debate do Parque, mas no convívio no Parque.

Jivago Gonçalo.

O SR. JIVAGO GONÇALO – Boa tarde a todos. Obrigado a cada um que está aqui presente.

Tive o privilégio de nascer e ser criado nesta região e há muito eu usufruo desse espaço público que é de todos. Acho que isso é importante a gente ter em mente.

As pessoas - algumas do Conseg, que não me representam, e acho que a maioria que está aqui – que tentam desmontar tudo que a gente tem... Eu me lembro de ter curtido festas maravilhosas aqui no Buraco da Minhoca, e eles conseguiram fechar. Agora eles querem

fechar esse outro espaço e, se puderem, eles fecham tudo.

Eu sou contra o Minhocão para os carros. Sou a favor do Minhocão para as pessoas. Sou a favor da Cidade para as pessoas também. E eu gostaria muito de poder utilizar o Minhocão até muito antes do que eu tenho podido utilizar. Se eu pudesse entrar lá às 19h, eu estaria sem dúvida. Eu sou um dos primeiros que estava com a minha bicicleta, para usar o Minhocão me proporcionou poder voltar a andar de skate, porque me senti seguro para andar de skate lá, me proporcionou reaprender a andar de patins, porque também me senti seguro. Lembrei que essa era uma via que a gente podia utilizar. Não só mais uma via para os carros.

As vias, quando discutimos mobilidade urbana, é importante levar em consideração que é para a mobilidade de todos e não só para a mobilidade daqueles que têm a propriedade do veículo. Eu tenho veículo, adoro deixar ele encostado em casa porque prefiro andar a pé, prefiro andar de bicicleta, de skate, de patins e na medida em que isso vai se tornando mais difundido, mais pessoas vão utilizando menos medo temos de sair de casa com os nossos patins, bicicletas, skates e sermos atropelados, ofendidos, xingados ou empurrados para um lado como se a via não nos pertencesse.

Sim. A via nos pertence. Quer dizer, a via não é só para quem tem carro, não é privativa, exclusiva. E nesse sentido queria que a gente lembrasse sempre disso: vamos ocupar as vias. Esse é um ato político também. E ocupar como podemos, se ocupa a pé, ótimo, e quando o carro buzina falo não, espera. Tenho o direito de estar aqui tanto quanto você.

Quando alguém fala: aqui não é lugar de andar de patins. Eu falo: onde é? Quer dizer, em alguns lugares não se pode ou vou ter de ir até o Ibirapuera de carro para andar? Não. Quero andar aqui. Quero andar no Centro da Cidade onde tive o privilégio de nascer e crescer, onde tenho amigos, encontro os meus amigos nos finais de semana e onde tenho a oportunidade de ver o Esparrama, por exemplo. Lembro que um dia estava triste e estava passando assim, eram quatro da tarde e sentei ali para ver aquele espetáculo. Nunca chorei tanto e nunca me senti tão bem por estar ali, por assistir, por ter o privilégio de participar disso. Lembro quando eles chegaram, abracei e falei, cara, obrigado. É muito bom estar aqui com vocês. É muito bom compartilhar isso com todo mundo.

Então queria agradecer a presença de todos que estão aqui, que vieram provavelmente como eu e acho que todos, pedir que o Minhocão seja aberto às 8h se possível, ou antes. Que no sábado e domingo não tenha um segundo a menos, como o Felipe falou. Quer dizer, o máximo possível para aproveitar o Minhocão. Espero que a gente possa. E é isso. Desculpem o meu nervosismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Leandro. Não está. Então vamos para o próximo, Sr. Antonio Pedro Porto dos Santos. Na fala do Antonio Pedro já temos uma hora da nossa audiência e vamos encerrar as inscrições. Há mais ou menos umas cinco ou seis pessoas para falar e o pessoal da Escola de Gestão Ambiental está devendo as inscrições ainda, portanto, se inscrevam porque vou cobrar no final a inscrição dos alunos da escola.

Com a palavra.

O SR. ANTONIO PEDRO PORTO DOS SANTOS – Boa tarde, obrigado por terem vindo e obrigado pela oportunidade de falar aqui, acho isso importante. Eu utilizo o Parque Minhocão há 27 anos praticamente. E antigamente era bem triste porque eram poucas pessoas que se arriscavam a sair de suas casas no domingo, o dia principal em que tínhamos o acesso e tinha dois, três amigos que chutavam bola comigo lá no Parque Minhocão.

Hoje sou ciclista e o Parque Minhocão tornou-se além de um trajeto um espaço de lazer, um espaço que dá para sentar, relaxar, ficar tranquilo e pensando como ciclista, refleti sobre uma questão. O Parque Minhocão como estrutura viária é absolutamente inútil, porque se pegarmos as diretrizes de mobilidade urbana do mundo, a preferência tem que estar com o pedestre. Em segundo lugar com o ciclista, patins, patinete, qualquer tipo de transporte ativo. Depois dos modais ativos vêm os modais de transporte coletivo. Depois dos modais de transporte coletivo vêm os modais de transporte de carga, porque a Cidade tem que ser abastecida e só depois é que vêm os modais individuais como o carro e a moto.

O que a gente vê durante a semana é que ele é exclusivamente usado por carros e motos. Não tem espaço para pedestres, ciclistas, ônibus ou caminhão de carga. (Palmas)

Então, quando a gente fala que é viável fechar o Minhocão, na verdade, estamos dizendo que é viável abrir para nós o utilizarmos da forma mais útil possível, ou seja, com a nossa presença ocupando o parque, seja como caminho para bicicletas e pedestres, como um espaço de lazer. Isso é extremamente possível porque, se olharem embaixo do Minhocão, verão que lá há uma linha de metro que vai para a zona Leste, ou seja, não é preciso ir de carro por cima do Minhocão. Tem um corredor de ônibus fantástico que facilita muito a vida de quem vem para o centro de ônibus.

A questão da segurança é muito engraçada porque há muitos anos tinha uma passarela que, em minha opinião, é mal feita e tenho medo de andar na passarela, no Minhocão eu nunca tive medo. Lá no final do Minhocão, na travessa Matarazzo, tem um gradil muito baixo. Eu gostaria que fosse refeito aquele gradil. Antigamente, era usado para os ladrões assaltarem, porque as pessoas não tinham para aonde correr e eram encurraladas naquela passarela. Aquele gradil é realmente baixo, mas nem por isso a passarela tem que ser fechada. Pelo contrário. Temos que ter por onde passar, transitar. São desculpas que estão utilizando.

Para encerrar, um amigo meu que não conseguiu vir, que mora na Consolação e frequenta o Minhocão, Jorge Queiroz, que é documentarista, pediu para eu perguntar: qual foi o alerta de bomba que as pessoas fizeram para atacar no Minhocão para eles fazerem esse toque de recolher? Porque isso que eles estão tentando fazer é impor um toque de recolher, querendo por medo numa população que está sendo feliz.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jose Police Neto) – Quero agradecer ao Antônio Pedro que nos traz uma informação importante, os 27 anos de bom convívio, mas muito mais do que isso é essa leitura objetiva do que é a mobilidade, que estabelece uma hierarquia, a qual parte do uso mais eficiente, eficaz e efetivo, portanto, começa com o deslocamento a pé, passa pelo ciclista, que ganha um tempo no seu deslocamento; percorre o transporte coletivo; depois, passar pelo abastecimento, portanto, carga para que as pessoas possam ter produtos à sua disposição e, depois, quando chega no transporte individual. Ele lembra muito bem que o Minhocão sempre que está utilizado pelo motor é o motor de última escala no uso modal.

Quero, então, agradecer a leitura precisa do Antônio Pedro. Obrigado.

GUTE SIMON – Boa tarde, gente. Eu sou Gute. Sou morador da Consolação. Sou um assíduo frequentador do Minhocão.

É no minhocão que trago os meus amigos que não são de São Paulo, justamente, para mostrar essa maravilha que a gente vê. As pessoas tomaram posse. Quase que raquearam a lógica da Cidade. Então, pegaram um espaço que não estava sendo utilizado, estava totalmente ocioso, e começaram a usar com suas famílias, para o lazer e para o convívio.

Então, sou muito fã, usuário, gosto muito do Minhocão e também sou uma das pessoas que ajudaram a fundar a rede Minha Sampa, uma rede de mobilização e alerta pela cidade de São Paulo. Já vamos fazer três anos. Começamos o nosso trabalho com uma mobilização muito grande, chamando toda a sociedade para participar. O que resultou na abertura da Paulista. A gente foi um dos protagonistas, junto com outros movimentos, conseguiu fazer o que parecia impossível que era ocupar a avenida mais importante e mais simbólica da cidade para criar um novo espaço de lazer, nessa cidade tão carente disso e, principalmente, de espaços de encontros, onde a gente convive e pode olhar um no olho do outro.

Então, fizemos isso há três anos.

É muito engraçado analisar que quando temos um ganho, uma conquista, achamos que a linha do tempo é assim, que só vai sendo conquistas e mais conquistas, mas quando a gente olha para o presente, percebemos que essa linha é meio tortuosa e que temos as conquistas, os avanços, mas, também, tem um ganho, uma conquista. Você acha que a linha do tempo é assim, ela vai só sendo conquistas, conquistas e, quando olhamos para o presente, percebemos que ela é meio tortuosa. Têm as conquistas, têm os avanços, mas também o retrocesso está sempre ali na cola, querendo nos segurar. Por isso que ficamos tão espantados ao vermos essa notícia, nessa altura do campeonato, dizendo que o Minhocão

teria os seus horários restritos. Somos totalmente contrários a isso. Acreditamos que isso seja um contrassenso.

Então, iremos, sim, nos mobilizar e não vamos deixar com que esse outro lado que, um pouco, é movido pelo medo... É uma resposta às nossas conquistas, a esse nosso grito de que a Cidade pertence às pessoas. Acho que esse medo, que esse outro lado está provocando, vem dessas pessoas que sempre acharam que a Cidade vinha com o propósito do seu próprio lucro. Não. A Cidade está aqui e a proposta é a serviço de quem vive nela.

Então, estamos contra a restrição dos horários do Minhocão e a favor de um debate mais amplo, onde todas as pessoas participem dessa construção, como está sendo feito, hoje, aqui, de forma maravilhosa. Esperamos que todas as pessoas participem dessa construção do que queremos e qual será o futuro desse Elevado. É isso.

Vamos que vamos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Gute. Gute definiu: é o Elevado da vida. Pronto. Não tem de falar mais nada.

Agradeço ao Gute e peço autorização para usar o termo “vamos raquear o Minhocão”. Agradeço, também, àqueles que cantam e encantam a Santa Cecília. Agradeço aos Filhos da Santa.

Pietro Sargenteli.

O SR. PIETRO SARGENTELI – É muito importante dizer o seguinte: sou morador aqui. Moro em frente ao Minhocão há seis anos e, obviamente, venho observando todos os progressos e alguns pequenos egressos, no que diz respeito aos moradores de rua.

Enfim, o que eu preciso dizer é o seguinte: impedir as pessoas de usarem esse espaço é um abuso, é uma falta de respeito com as pessoas. O espaço é nosso. Ele foi tomado, ou ocupado - vamos usar a palavra ocupado – por livre e espontânea vontade e não vamos parar de usar, não vamos sair de lá. É importante que usemos passos, com uma política, para ganharmos espaço e marcarmos posição. Mas a posição nossa é de cidadã. Sinto-me um cidadão. A partir de Felipe Morosini, meu chapa, moramos ali, de frente um para o outro... Queremos fazer muito por esta Cidade, por esse espaço, que é onde me sinto cidadão. Então, não vamos permitir. Isso é um abuso, é uma falta de respeito com os moradores.

Eu apoio o Parque Minhocão e não vamos recuar. Não pode piorar a situação. Não pode diminuir tempo. Tem de haver segurança. Precisamos do apoio dos políticos e dos cidadãos. Sejam cidadãos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos voltar a mais duas de 30 segundos.

Raquel Coutinho de Souza. (Pausa) Está aí a Raquel? (Pausa) Então, venha para cá.

A SRA. RAQUEL COUTINHO DE SOUZA – Boa tarde. Sou moradora recente, mas queria só expressar que a experiência que eu tenho, vendo de minha janela todo mundo ocupando todos os dias, é incrível. E eu sou a favor do Parque, sou a favor da extensão do horário. Acho que tem de fechar para os carros às oito e aos sábados também, se possível, estender o horário. Mas eu acho que se temos, aí, um Prefeito que é gestor, ele deve saber que gestão se faz em uma organização e organização é feita por pessoas. Então, ele tem de ouvir as pessoas e ele tem de nos ouvir. E se somos a favor, é isso aí. Vamos lutar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Abel Coutinho, 20 h. João Roberto da Roda está aí? Vem para cá.

Tem a palavra o Sr. João Roberto da Roda.

O SR. JOÃO ROBERTO DA RODA – Eu tenho certeza que, neste momento, o Sr. Prefeito João Doria tem que ouvir a nossa voz, porque o Parque Minhocão é um patrimônio público e esse patrimônio público tem que ser considerado. É tudo nosso. S.Exa. não pode fazer o que quer - claro que S.Exa. acha melhor - porque o Parque Minhocão é nosso. É um lugar público, é um lugar onde todos nós nos divertimos. Tanto nós quanto os nossos filhos podemos estar ali nos divertindo. Não é possível que o Poder Público possa impedir de nós estarmos ali, fazendo aquilo que nós gostamos. Não há poder que possa contra nós. Nós somos o poder. O poder está nas nossas mãos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Ricardo G. Monteiro(?).

O SR. RICARDO G. MONTEIRA(?) – Boa tarde a todos. Eu estou aqui como professor de biologia, educador. Depois que começaram a fazer essas novas ciclovias, começando a de *bike*, um transporte bem mais sustentável, como muitos falaram aqui, eu sou a favor da abertura mais cedo também do Parque do Minhocão.

Hoje ao vir para cá vi um monte de pessoas se divertindo, com seus animais de estimação e, nos corredores, estavam mais cedo também, praticando suas atividades físicas. Não podemos, de forma alguma, aceitar retrocessos. Temos que ocupar a Cidade, ocupar um espaço que é nosso, ocupar a rua por direito e não aceitar que ela seja aberta somente para carros. Temos que compartilhar o espaço e ocupar o Parque do Minhocão, que é um espaço tão bom para todos. Eu moro na Pompéia e venho sempre quando são fechadas as noites, para andar de bicicleta. É uma via segura, uma via boa para quem pedala, para quem pratica esporte, para poder desfrutar desse momento.

Quanto aos argumentos do Conseg, falar que faz barulho, atrapalha, de maneira alguma eu vi, à noite, o pessoal fazendo barulho, somente usufruindo. Havia bandinha lá, mas tocando em tom baixo, não incomodando ninguém. Falar que vão derrubar é pura especulação imobiliária, para tirar um direito da população.

Como o nosso querido Fernando Haddad falou, a Cidade é nossa, e temos que torná-la mais humana, mais compreensível e com menos intolerância, para ocupar os espaços que são nossos mesmo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Rani(?) Guerra.

O SR. RANI(?) GUERRA – Oi gente. Boa tarde. A gente acabou de fazer um espetáculo hoje à tarde, “O Minhoca na Cabeça”. O restante do elenco está ali à direita. Aí ficou mais claro, mais nítido ainda uma das coisas que mais incomoda, quando se fala em Minhocão e quando se fala desse espaço público. Começa a afetar as pessoas, começa a dar um medinho, de haver tanta gente na rua trocando ideias, tanta gente na rua pensando diferente, de um jeito que a galera quer que a gente pense, que é sempre opressora, massacrada, dentro de uma caixa. É muito bacana ver as pessoas abandonando ali o conforto de um sofá, de uma Netflix, aquela troca de informação, para ir para a rua, pensar junto.

Então o querido conselho saiu pela culatra, porque agora não é mais só nove e meia. A gente vai reduzir para oito. Olhem que engraçado. A gente nem tinha tocado muito nesse assunto. A gente só queria andar, viver livre ali e trocas nossas ideias e ver as pessoas. Vocês chamaram atenção. Que bom, porque agora a gente não vai parar. Todo mundo aqui tem essa função. Comuniquem e chamem mais pessoas. Multipliquem, sejam multiplicadores e vamos fazer nós o nosso próprio levante. Não vamos ficar esperando o conselho atacar, para a gente ser só um reagente. É hora de a gente pautar o que a gente precisa, e a gente precisa desse pensamento na rua. É na rua que a gente se faz diferente, com o outro que é mais experiente.

Viva o Minhocão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado. O Esparrama(?) decidiu: Parque Minhocão 20 horas já.

Tem a palavra a Sra. Caroline Souza de Andrade.

A SRA. CAROLINE SOUZA DE ANDRADE – Boa tarde. Eu sou moradora aqui da Santa Cecília. Também sou estudante de Geografia. Eu queria dizer que ocupar as ruas, ocupar as praças já é, em si, um movimento político, seja consciente ou não. Quando você sai à rua e ocupa o seu espaço, você está mostrando para as autoridades como você quer usar a Cidade, como você quer que seja garantido o seu direito de usar a rua, de ter nela segurança também. Eu montei um texto pequeno, de algumas falas de gente que estuda o assunto, que pensa nas crianças como um lugar seguro para elas desenvolverem suas capacidades culturais e lazer: Para todos os estudiosos da infância e do desenvolvimento infantil, a brincadeira é a experiência mais importante na vida de um homem e de uma mulher. Ao longo da vida, todo cimento sobre o qual se constrói nossa formação e nossa cultura foi adquirida nos primeiros anos de vida, brincando. A sociedade deve organizar-se em espaços públicos, tornando um lugar habitado, e qualquer criança possa sentar e brincar sem medo. Compreendemos que a criança é parte fundamental da Cidade. Pensar nas infâncias, na educação e na construção de

espaço de convivência e de diálogo pode ser um caminho para cidades mais inclusivas, educadoras e igualitárias. Ao mesmo tempo, vivemos um momento político grave, no qual ocorre um golpe coordenado por setores conservadores, que trazem uma concepção política que vai à contramão dessas questões. Pensar na possibilidade de uma Cidade educadora é abrir espaço para o novo, aquilo que emerge da organização e participação popular.

Temos, em nosso País, inúmeros coletivos e movimentos que estão trabalhando essas agendas com proposição distinta, que precisam coexistir, garantir políticas, estratégias que fundam uma nova cultura política. Quando pensamos no espaço público como um lugar de democracia, convivência e diversidade, o que tem acontecido, no Brasil, nos últimos meses, é o encurtamento do espaço público, e a grande estratégia do movimento contemporâneo é construir suas bandeiras coletivamente, a partir de culturas, diferentes identidades e criar estratégias de luta, para romper com essa cultura política, que está(?) pós(?) transformá-la. A única forma de pensar em políticas públicas hoje passa por pensar de maneira situada, trabalhar, fornecendo as capacidades locais e criando novos espaços e instâncias, que potencializam as riquezas daquele lugar, ou seja, trata-se de articular com o que existe. Uma cidade educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece e promove e exerce um papel educador na vida do (inaudível) assumindo, como desafio permanente, a formação integral dos seus habitantes como coautores, que são agentes pedagógicos, capaz de apoiar o desenvolvimento de todo o potencial humano. A partir de políticas públicas e ações que estimulam o vínculo e o reconhecimento das populações com o território, uma cidade que educa deve assegurar a todos o acesso aos bens culturais produzidos em uma determinada localidade, que sejam aqueles consolidados por museus, centros culturais e equipamentos urbanos de cultura em geral, sejam nas narrativas estéticas, protagonizadas por diferentes grupos sociais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Está aí mais uma boa forma de compreender o Minhocão, o Minhocão educador, aquele que, do encontro das pessoas, promove socialização de conhecimento, e assim a gente avança.

Tem a palavra a Sra. Paula Nunes.

A SRA. PAULA NUNES – Boa tarde. É um prazer falar com os senhores sobre essa questão tão urgente, que é a ocupação dos espaços públicos e a utilização deles não atrelada ao consumo. O Minhocão vem atender a uma demanda da região central, de um espaço para o lazer, um espaço para a promoção da saúde e para convivência. Isso está claro. Principalmente não está atrelado a ir ao *shopping* ou ao consumir, colocar a mão no bolso e gastar dinheiro. (Palmas)

Faz parte de um projeto de nação contrária a essa ideia de conviver, da cidade para as pessoas. O projeto que a gente defende, que a gente está aqui falando, que a gente está se levantando é da Cidade para a pessoa, que coincide num projeto de cidade, num projeto de nação, que vai de encontro a esse pensamento que está rolando agora, dessa onda conservadora, de que voltem para as suas casas e instalar(?) o medo das pessoas. Não, somos fortes. Vamos às ruas. Nós vamos mostrar que a Cidade é para a gente. Eu sou professora de Yoga de um projeto dos moradores da região, o *Street Yoga*, e está aí. É a prova vivia de que é um lugar que agrega, aonde as pessoas chegam e a gente convive. Ali a gente troca e exerce o nosso papel de cidadão, não só contribuindo com o PIB do País, mas convivendo. Somos pessoas trocando entre nós, de forma poética, de forma qualquer, que não seja consumindo. Isso é muito importante. Quero reiterar isso. Essa é a minha contribuição. Eu já fui moradora da Santa Cecília. Hoje eu moro na Pamplona. A Paulista está aberta diante de mim todos os domingos e eu posso ver a qualidade de vida, a praia do paulistano e está andando, está tomando sol, gerando endorfina. Está pensando e está fora da caixinha. Eu sou a favor do Minhocão às 20, e ocupar, e as melhorias vêm num segundo momento. A gente vai continuar nas ruas, convivendo, vivendo, olhando no olho. Alguém falou isso - eu achei bonito - estando entre nós, aqui, humanos, não máquinas. A Cidade é para as pessoas de novo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Paula Nunes trazendo o FIB, Felicidade Intensa Bruta.

Tem a palavra a Sra. Carol Marinho Martins, moradora de frente.

A SRA. CAROL MARINHO MARTINS – Oi, pessoal. Além de advogada, eu sou produtora cultural e também faço parte do conselho participativo. Sou moradora bem de frente ao Minhocão, e eu estou numa posição diferente da maioria das pessoas aqui, porque eu não sou usuária. Em oito anos que eu moro na frente, se eu subi três ou quatro vezes, foi muito. Não é pelo fato de eu não usar, de repente, ou morar longe ou nem estar aí que eu não vou defender o uso. Há muita gente que nunca nem subiu ali e que é contra. Eu acho isso um completo absurdo. (Palmas)

Eu sempre falo. Quando começam a falar alguns argumentos que usam para defender ou o desmonte ou o fechamento do Minhocão, eu acho completamente absurdo. O último deles foi: “Mas se você quer andar, vai para o Parque da Aclimação, vai para o Parque do Ibirapuera ou vai para a Água Branca”. Se me falassem que eu tinha que atravessar a Cidade para poder andar, não a ver. É a mesma coisa se falar para uma pessoa que mora perto da Roosevelt: “Não, você pode andar de patins lá”. Não faz sentido.

Em relação a barulho e esse tipo de coisa, eu moro bem na frente da alça de acesso da Marechal. Aí eu me lembro de que havia *food truck* e mandaram tirar, porque fazia barulho. Havia Carnaval e mandam tirar, porque havia barulho. Tudo faz barulho. Eu não entendo onde essas pessoas vivem. A gente vive em São Paulo. “Ah, mas de madrugada, há muita gente gritando”. Sim, gente, é óbvio que há gente gritando, mas, por exemplo, há muitos moradores de rua que ficam ali na Praça Marechal. Então, a gente vai fazer o quê? Vai fechar a praça? Há ônibus que faz barulho. Vão proibir o ônibus? Então, eu acho que até a minha decisão, de concorrer à vaga no conselho participativo, foi porque as coisas começaram a ser decididas e eu falava: “Mas quem decide esse tipo de coisa?” A mesma coisa acontece com o Conseg, Conselho de Segurança, quando eu comecei a falar para as pessoas que haviam armado toda essa coisa política, usando o direito como se fosse a verdade absoluta. Eu comecei a conversar com as pessoas e falei: “Mas quem sugeriu?” Disseram: “O Conseg da Santa Cecília, junto com o Conseg da Consolação”. Pessoas perguntam: “Mas quem são as pessoas que fazem parte? O Conseg não me representa”. Só que a gente tem que começar então a fazer parte disso. Então, além de falar da audiência pública do parque, eu acho que fica mais um convite para aqueles que se interessam em discutir. Gente, são incrivelmente chatos esses conselhos. É igual a fazer parte de um condomínio. Para tirar uma síndica que roubada do condomínio, eu e outros moradores fizemos o quê? Reclamávamos e reclamávamos. Não adiantou e a gente foi lá, se candidatou e eu virei síndica do prédio. Então, foram os piores dois anos da minha vida. Então, é isso. Vai haver reunião. Hoje acaba aqui a audiência. Na terça-feira, já há uma reunião do Conseg. Se os senhores entrarem lá no grupo do Parque Minhocão, vai estar lá, e a gente tem que começar a ocupar. Então, para quem interessa, para quem quer, não é entrar na briga, é encher. Eu descobri que o meu papel, na política, é encher. Então, vamos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Os senhores entenderam? Para problemas de depressão, mau humor ou qualquer coisa assim, Parque Minhocão, que resolve qualquer problema. Parque Minhocão é solução.

Tem a palavra o Sr. Igor Nascimento de Andrade.

O SR. IGOR NASCIMENTO DE ANDRADE – Boa tarde. Primeiro obrigado, por estar todo mundo aqui, lutando por um mesmo interesse. Eu fico me questionando toda vez que colocam um tipo de política proibicionista. Isso me lembra até aquela música, que questionando até se a grade do condomínio é para trazer proteção ou se é para formar uma prisão. Esse tipo de atitude que vem dos Consegs, quando veio do Ministério Público isso, me deixou chocado, porque é uma coisa natural o que acontece no Minhocão, que estão tentando, de alguma forma, restringir, e eu fiquei me questionando sobre quais são as motivações para isso. Eu cheguei umas três talvez... Ou é interesse, preguiça ou medo. Pode ser interesse, de repente, porque a gente observa que há um pequeno grupo ali que já encontrou até vínculo com construtora. Enfim, vale a pena depois entrar nesse detalhe, para poder entender. Pode ser preguiça política também, preguiça de pensar talvez, pensar em mais segurança, como tornar o lugar seguro, como, de repente, colocar uma infraestrutura melhor para essas pessoas que

estão lá ocupando ou até pensar como é resinificado esse espaço. Isso já aconteceu naturalmente. Então, isso pode ser um pouco de preguiça também. Por último, acho que isso pode ser medo, medo de alguma coisa que não conhecem ainda.

Eu acho que a gente não pode nunca deixar essas coisas acontecer. Acho que todas as falas aqui foram nesse sentido, e a gente não pode deixar esse espaço ser ocupado, que não seja pela gente.

Então a gente não pode aceitar tudo isso sem questionar, questionar qual a real motivação, quem está atrás disso; questionar porque esse esforço é tão forte pra fechar, mas não é tão forte pra regular, pra criar um comitê gestor, de fato, como a gente sempre quis. (Palmas) Por que ouvem um grupo tão pequeno, que chega a ter talvez uma dezena de pessoas, no máximo, não chega a duas dezenas, são pouquíssimas pessoas, são 18 pessoas, é ridículo. Por que não às milhares de pessoas que por lá passam, todos os dias, por que não as pessoas que estão interagindo no *Facebook*, na Internet, em todo lugar? Por quê?

O que eu vejo é vida, é interação humana, que não pode ser proibido, que tem de ser estimulado.

Obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Obrigado, Igor.

Tem a palavra Eliana Barbosa, depois falará Isadora Arruda.

A SRA. ELIANA BARBOSA – Oi, sou acadêmica. Sou linha de frente do ativismo, faço parte da Associação Parque do Minhocão, desde que ela nasceu.

Na verdade, Police, eu não preparei uma fala. Eu tenho perguntas. A gente entende que o Conselho de Segurança tem o seu papel, mas não tem papel deliberativo, ou seja, não decide. O que eu queria saber é a posição da Câmara. Há um cronograma pra efetivamente regulamentar o artigo do Plano Diretor que trata do Minhocão? Se Deus quiser para parque, mas lá há dois cenários. Queria saber se está na agenda e qual a interferência prática do Conseg e do Ministério Público para impedir a regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou responder pra Eliana, antes de passar a palavra, porque talvez seja uma pergunta que todos se fazem: por qual caminho a gente vai?

A gente discute, mas eu pergunto: todos conhecem o texto do Plano Diretor? (Pausa) Vou falar a vocês porque assim a informação fica mais objetiva.

O Plano Diretor da Cidade trouxe um artigo - e nele eu atuei bastante - pra que o Parque Minhocão fosse uma realidade. Então como é um Plano que dirige a cidade até 2020, 2030, mais precisamente até 2029, o que conseguimos escrever, cravar no Plano que dirige a cidade? Até o encerramento desse Plano alguma coisa sucederá o Elevado Costa e Silva.

Nós tínhamos então uma tarefa que era debater uma forma de desativação do uso exclusivo para o carro, do uso individual, em substituição do que a gente teve - desde o começo da década de 70 - que era apenas o uso do carro individual.

Sempre militei pelo Parque, nunca escondi de ninguém, mas nem todos militam. Então o Plano Diretor diz que tem de ter uma alternativa. O que fizemos, a partir de então, foi trabalhar numa desativação gradual. Então há um trabalho objetivo na desativação gradual.

Qual foi o primeiro processo? Em 2015, a gente conseguiu transformar em Parque onde não tem carro. Por quê? E aí o Igor foi perfeito: a gente quer um Conselho Gestor para o Parque porque se reduz a pressão externa, e sim a pressão passa a ser interna.

Ninguém aqui está dizendo que não quer pressão no Parque, a gente quer, mas quer a pressão legítima daqueles que querem estar no Conselho Gestor do Parque. O que não nos parece justo é o Parque sofrer pressão de outros que não o querem com bom uso. Aí o Igor foi preciso.

Então o que nós fizemos? Aprovamos em 2014 - e o Prefeito Haddad sancionou -, e a gente, no ano seguinte, conseguiu aprovar: quando não tem carro, é Parque. Agora estamos lutando para o fato ser Parque quando não tem carro, e tenha um Conselho Gestor. E o que hoje nós fazemos foi restringir um pouquinho mais. Ano passado, em 2016, a gente conseguiu uma restrição aos sábados. Não sei se todos lembram: o Parque só se instalava aos domingos, feriados e nos dias de semana, a partir das 21h30 até às 6:30h. Ano passado, expandimos o

Parque a partir das 15h do sábado até às 06:30h da segunda-feira. O que nós trabalhamos hoje? Hoje é o projeto de lei nº 22, que foi apresentado num ritmo de paulatinamente irmos discutindo. Porque ninguém tem sabedoria absoluta, portanto, esse é um debate permanente: não tem carro, é Parque. Não tem carro no sábado a partir das 15h, é Parque a partir das 15h. Hoje discutimos ampliar um pouco mais: às 20h nos dias de semana, e aqui escutamos que, a partir das 20h, podemos ter crianças subindo durante a semana no Parque. Ganha em muito o Parque Minhocão.

Então o que estamos fazendo para regular o dispositivo do Plano Diretor é gradativamente dar aquele uso que nós compreendemos – e nós, quando eu falo, sou eu enquanto Vereador e vocês, enquanto sociedade – o melhor uso para aquele espaço. É isso que estamos fazendo, com todas as dificuldades.

Eu não posso esconder de vocês que, num certo momento, me causou estranheza o Ministério Público – e não é o Ministério Público como um todo nem a Promotoria como um todo - anunciar falta de segurança por conta do guarda-corpo ou de defesa de 1,10 m, que é igual ou maior do que 90% dos outros locais em que passam carro junto com pessoas. No Viaduto do Chá passa carro junto com pessoas, há um risco maior, há carros e há pessoas, nem por isso moveu-se uma ação para limitar a circulação de pessoas.

No nosso caso, no nosso Parque Minhocão caminha infelizmente, quando não tem carro, só as pessoas porque podia ter pessoas junto com os carros, mas não tem, não gera esse risco. Mas quando só tem pessoas, o risco é muito menor e não muito maior.

Então o esforço que estamos fazendo para a regulamentação gradativa da decisão definitiva é testar o uso. Qualquer decisão sem testar uso, a gente pode errar. Eu acho que o uso que o Minhocão tem tido nos permite notar o acerto que é o Minhocão aberto para as pessoas.

Todos que se manifestaram aqui – e não é que os contrários não tenham sido convidados – eu sou daqueles que faço esforço hercúleo para trazer vozes contrárias a minha, sempre, e sou até provocador. Quando você provoca, as pessoas vêm, de fato. E digo a vocês que estou tendo dificuldade para que as pessoas contrárias se expressem publicamente e republicamente. Porque se expressar escondido, ir ao Conseg e impedir que o policiamento suba ao Minhocão pra acontecer violência no Minhocão, e depois dizer que vai fechar, desculpe, pessoal, eu acho que é covardia! Usar a violência gerada em cima do Minhocão porque o Conselho de Segurança não oferece auxílio para haver Segurança no Minhocão, aí é covardia com quem, muitas vezes, sofre violência em cima do Minhocão! (Palmas)

Se o Conselho é de Segurança, ele é de segurança também para o Minhocão. Portanto, não pode restringir subir ao Minhocão a segurança porque eu não quero as pessoas lá, porque você põe em risco as pessoas, portanto, se aproxima de uma ação criminosa.

Então pra gente ser muito objetivo, o que nós queremos, todos queremos o Minhocão com as pessoas e com a segurança que todas merecem. Ninguém do Parque Minhocão quer mais segurança do que outros, nem estamos pedindo isso, nunca vamos pedir, queremos segurança igual, mas também nem um centímetro menos porque se a gente resignifica o Minhocão pra cidade inteira, não é justo a gente ter menos do que todos os outros têm. Ou alguém aqui deixa de pagar imposto por que tem menos ou mais? Não!

Se somos todos iguais, há uma exigência a ser feita ao Conseg. E aí precisamos conclamar todos a participarem das reuniões do Conseg porque para o Minhocão é importante ter segurança que tem em todo canto ou que falta em todo canto, portanto, que haja um equilíbrio, e aí não é mais nem menos. Porque hoje a segurança do Minhocão é feita pelas pessoas que vão lá pra cima, essa é que é a maior verdade e aí é injusto a gente continuar assim.

Hoje, a segurança do Minhocão que é a segurança da falta do coco na janela das pessoas, porque todo mundo fala que tem muita violência no Minhocão, mas nunca vi uma janela quebrada no Minhocão. Nunca vi. Nunca ninguém me ligou e falou: “Vereador, você é um louco. Você está defendendo reduzir o horário de circulação do carro e minha janela está quebrada toda semana, porque sobem delinquentes, marginais, para jogarem coco na minha janela.” Nunca recebi. Durante todo o período que milito pelo Parque Minhocão uma reclamação de que uma janela foi quebrada. Só falta quebrarem a partir de amanhã, porque a gente falou isso aqui. (Risos)

É verdade. Só falta quebrarem a partir de amanhã, porque a gente falou hoje aqui. Mas, até hoje, não, da mesma forma que ninguém caiu do Minhocão. Têm aqueles que quiseram cair do Minhocão e caíram. Encontraram a ioga, encontraram tanta coisa bacana que não caíram do Minhocão e nem se jogaram.

Então, isso é importante termos na nossa perspectiva. Por quê? Foi difícil a ocupação do Minhocão? Foi. E eu vou dizer porque foi difícil. Porque a gente não encontrou outros espaços. Ao encontrar o Minhocão, foi um esparrama de felicidade. É verdade. A gente encontrou o Minhocão e a gente não quer sair de lá. Falo isso porque frequento a feira debaixo do Minhocão, uma das primeiras feiras noturnas que São Paulo teve e para mim aquilo era uma das coisas que mais me enchiam de felicidade. Adoro pastel. Mas, por que só tem de se comer pastel na hora do almoço? A feira do Minhocão permitia a você jantar pastel, coisa que a gente nunca soube, não é? Jantar pastel, não. Você só pode comer pastel com garapa próximo da hora do almoço. Então, são coisas que só São Paulo, ou melhor, só o Minhocão nos dá.

Mas, vamos continuar. (Palmas)

Francisco Oliveira, venha aqui. Depois é o Wellington. O Wellington é o aluno da escola? Está aí? Boa. Sim, acabou de pedir um último aqui, está inscrito, Pedro.

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA – Oi, gente, boa tarde. Meu nome é Francisco Vinícius, eu moro aqui no Centro há 17 anos, sou da Rede Sustentabilidade. Moro aqui há 17 anos em Campos Elíseos e nunca encontrei uma alma aqui que fosse contra o Parque Minhocão. Eu gostaria muito que o pessoal viesse aqui para a gente debater e para a gente entender por que ser contra o Parque Minhocão. As colaborações aqui foram muito boas hoje.

Mas, eu queria trazer alguns pontos que ninguém falou. Primeiro, muita gente trabalha de dia e o Minhocão é o único espaço que esses atletas têm para se exercitarem. Gente que corre a São Silvestre, lutador, skatista, ciclista. Então, vão à noite ali porque trabalham de dia.

Outra coisa, referência histórica. Se a gente destruir o Minhocão, a gente vai perder a referência histórica. O Maluf veio, cometeu um erro e construiu o Minhocão. Agora, vamos transformar o erro dele em acerto, gente. Vamos voltar a ter orgulho do Centro de São Paulo, porque a gente tem muita rotatividade. Muita gente vem aqui e acaba vivendo um ano, dois anos e sai, porque é muito barulho, é muita loucura, nem todo mundo aguenta o ritmo aqui do Centro de São Paulo. Mas, a gente que aguenta, vamos ter um parque aqui e vamos ter orgulho de novo do Centro. Bom, era só isso que eu queria falar, gente. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom, agradecer e pedir desculpa para a Isadora Arruda, era a fala dela e eu errei ao chamar, mas agora é você, Isadora.

A SRA. ISADORA ARRUDA – Boa noite, o meu nome é Isadora, eu sou estudante de Arquitetura e Urbanismo, morei em São Vicente por 15 anos e estou em São Paulo há um.

Eu, inicialmente, era contra manter a estrutura do Minhocão. Sim, porque é aquela coisa, o estudante está dentro da faculdade e fica pensando: “Ah, mas não tem mais utilidade”, “Ah, a São João embaixo leva para os mesmos lugares”. Não sou ciclista, não faço atividade física, mas amo. A primeira vez que eu fui lá, eu falei: “Agora eu estou entendendo porque as pessoas defendem tanto esse espaço”.

Mas, além da questão do urbanismo, o que eu penso é o seguinte: uma coisa que eu acho que ninguém falou aqui, uma máxima constitucional é: o poder emana do povo. Se a gente quer o Minhocão lá, ele tem que ficar, porque nós estamos clamando, as pessoas estão sedentas de espaço público para poder utilizar. Eu acho um saco ir para a academia, mas eu corro no Minhocão numa boa, entendeu? E nem que eu não queira correr, nem que eu queira sentar lá e conversar com os meus amigos. Eu tenho direito de usar um espaço público para isso.

As políticas públicas têm que aprender a ouvir a população. Eu não consigo falar que o Sr. Doria é um gestor. O Sr. Doria é um empresário, e está vendo a Cidade como um plano perfeito de seu empresariado. A partir da hora em que uma pessoa como S.Exa. disse que, existem empresas amigas da Cidade, como uma Cyrela da vida, chega a ser uma piada. É uma empresa que obviamente se pudesse, passava o trator em tudo e construía tudo de novo para lucrar. Dizer que há planos melhores para um espaço como esse ou que é inseguro, porque, como foi dito, um guarda corpo tem um metro e dez, sendo que a norma da ABNT diz que

noventa centímetros é o mínimo adequado, chega a ser ridículo. Eu acho que as pessoas não podem deixar fechar os espaços públicos que a gente usa, como, por exemplo, a própria Roosevelt, onde a gente está aqui agora, que também tem esse plano estúpido e ridículo para favorecer, sei lá, oito prédios, porque os moradores se incomodam. Hoje a gente está aqui, todo mundo está, aproveitando, e como aproveitam. Eu acho que deviam abrir até mais cedo o Minhocão. Há pessoas que poderiam estar utilizando até mais cedo, mas sim vamos fazer abrir às oito horas. Eu prefiro pegar o Minhocão para ir para São João, quando eu vou embora, porque eu moro na Freguesia a ir para o baixo ou por um outro caminho. Para mim é melhor, é mais seguro. Por mais que digam que o Minhocão é seguro, eu já cansei de ir quase cambalhotando até lá, e nunca aconteceu nada comigo. Entendeu? Não é um guarda corpo de um metro e dez que vai fazer uma pessoa mudar de ideia ou não, se ela quiser cometer uma ação contra si mesma. Não é isso o que vai mudar. Não é barrando as políticas de segurança, como foi dito, para gerar violência, que vão fechar o Minhocão. As pessoas precisam. São Paulo está há muito tempo precisando de espaços para as pessoas viverem e conviverem. Eu sinto que as pessoas estão carentes umas das outras, e o Minhocão é o espaço onde a gente se encontra. Eu acho o máximo passar lá. Eu acho o máximo estar lá. Por que as pessoas *glamourizam* a Paulista aberta ao domingo e acham um absurdo o Minhocão funcionar? E qual é o problema das pessoas fazerem barulho? As pessoas falam, andam e conversam. É o que foi dito. Não é o Minhocão não funcionar que vai parar o barulho, porque passam ônibus ali a madrugada inteira. Entendeu? O espaço tem que ser nosso, e as pessoas têm que colocar na cabeça o que eu já disse antes. O poder emana do povo. É a gente que decide. A gente tem que se mobilizar mais e ser um pouco menos apático dentro de uma Cidade que a paga tão caro para viver. O que a gente tem de retorno? Quando a gente quer uma coisa que é tão simples, que é o que foi dito também, de sair para não gastar dinheiro, sair para viver, sair para fazer Yoga, sair para andar de bicicleta, por que a gente não pode fazer isso? Entendeu? Que sim, que abram o Minhocão às oito, que, por mim, abriria as seis. Não há utilidade viária nenhuma. Então, que abram cedo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a Isadora.

Tem a palavra o Sr. Wellington Labs(?), da Universidade de São Paulo.

O SR. WELLINGTON LABS – Boa tarde a todos. Eu sou estudante de gestão ambiental. É a primeira vez que eu venho a uma audiência pública. Acho eu falei em nome dos meus colegas, quando eu digo que é muito inspirador estar aqui, porque, em meio a tantos retrocessos que a gente vê, nesses dias, como jovem e como estudante, que, às vezes, perde a esperança, é bom ver tantas pessoas lutando por um direito, que é o uso do espaço público, que é um espaço das pessoas.

A gente esteve acompanhando, anotando e revendo os argumentos que cada uma das pessoas falou. Não faltaram argumentos que mostrassem que as pessoas querem é uma cidade saudável, e uma cidade saudável onde as pessoas têm segurança de sair às ruas, onde as pessoas gostam de estar na rua e não uma cidade cinza e uma cidade poluída.

Isso não é o que as pessoas querem. Espero muito que esse movimento prospere e que vocês se mantenham nessa luta que é boa para todos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E nós já vamos fazer o pedido enquanto Câmara, de que vocês continuem acompanhando todas as audiências que a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizar e que critiquem quando ela não tiver o espírito dessa. Fundamental isso, porque, muitas das vezes, as audiências são realizadas dentro da Câmara e não tem uma única manifestação em cima do projeto.

Tenho mais duas inscrições só, então vou pedir a vocês que, na fala do Pedro Niti, que quem quiser se manifestar, inscreva-se na fala dele, pois depois da fala dele, não aceitaremos mais inscrições, porque estamos nos encaminhando para o fim. Então é importante que quem ainda quer falar, inscreva-se na fala dele.

O SR. PEDRO – Boa noite, vou falar um pouco no improviso. Moro aqui em Santa Cecília, sou arquiteto, urbanista, só para pensarmos no que é uma cidade. Porque nós estudamos muito a cidade e ficamos nos questionando o que faz uma cidade ser boa e o que faz uma cidade ser ruim. Essa comparação é boa porque vemos que o Minhocão é uma semente, é uma

possibilidade da Cidade se reverter e se tornar boa. Por quê? O que é uma cidade ruim? É uma cidade degradada, é uma cidade insegura, barulhenta, poluída. Isso tudo vemos em São Paulo. Falta de espaço, falta de liberdade, opressão.

E aí podemos pensar que o Minhocão representa o oposto disso, ou seja, uma cidade – vamos dizer assim – na última fala disseram: 'saudável'. Então o que seria? Que tenha liberdade, que tenha encontro, que tenha criança, que tenha brincadeira, que tenha teatro, que tenha arte, que tenha ioga. Vocês podem perceber que até a fala fica mais fluida e fica mais viva quando falamos do que acontece no Minhocão.

Então temos de buscar a cidade da liberdade, a cidade da cor, a cidade da vida, a cidade da luz, a cidade da planta, a cidade da flor, a cidade da arte, a cidade do grafite, a cidade da pichação. O oposto da cidade que não desejamos. E por que não desejamos? Porque é a cidade que degenera, que degrada, que deprime, que faz um luta contra o outro, enfim, podemos pensar assim: a cidade desejável e a cidade que não desejamos, que é a cidade da morte. Enfim, acho que é legal essa comparação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. A cidade da vida! Encerradas as inscrições, durante essa fala tivemos mais quatro inscritos e é com eles que nós concluiremos, depois que o Atos fizer o uso da palavra. Então foram quatro inscritos, Atos a palavra está com você, lembrando que depois dele, vem a Eva, a Kelly, o Nicanor e a Ana Maria Franco. Atos, por favor.

O SR. ATOS – Boa noite, eu sou um pouco diferente dos outros porque não sou morador, nunca morei ao longo do Minhocão, mas, por alguma razão, eu adoro esse lugar e tenho, há muitos anos, acho que uma década, um sonho de que isso se torne, efetivamente, uma área de lazer, de esporte.

E, felizmente, o Vereador José Police Neto abraçou essa ideia. Acho que já faz uns 4 anos que estamos nessa tocada. O grupo, no começo, era pequeno, e agora o negócio pegou mesmo, ou seja, fico muito feliz que muita gente realmente, não só frequenta, mas também apoia publicamente o parque Minhocão. E acho que tenho de agradecer, paradoxalmente, esse pessoal que é contra, porque toda vez que esse pessoal inventa alguma coisa contra nós, o número de apoiadores explode.

Nós nos divertimos muito, por exemplo, porque queríamos fazer lá, o Police queria fazer no próprio Minhocão, criando monte de confusão, a gente ia fazer lá no Pergolado também, e desceram: "Não! Não pode! Não pode, não pode". Mas aqui está cheio. Não importa. Esse pessoal é irrelevante. Eles só querem ganhar no tapetão. Não vão ganhar. Se acham espertos. Não são. Acho importante valorizar a figura pública também de um vereador, porque as coisas funcionam na prática por meio da política, então se você tem alguém que conheça os membros da política, a gente não vai em frente.

Então é isso. Estamos bem tranquilos. Meu maior prazer é ir ao Minhocão e ver as pessoas felizes e tranquilas. É isso. Para mim é uma carga assim gloriosa. O meu pessoal do Vida junto, Felipe, Venâncio. Então têm varias pessoas que são – minha esposa está aí também, meu filho estava também. Então é isso. Agradeço a todos. Surgiu também a ideia de unir a Praça Roosevelt ao parque Minhocão, espero que um dia possamos ver uma passarela ligando, fisicamente... ininteligível. Acho que os arquitetos tem um projeto interessante a desenvolver, uma coisa assim, com a engenharia não é difícil, mas como estética é.

É isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O importante é seguinte. O Minhocão mostra hoje que ele trás, ele dá felicidade. O Minhocão não dá felicidade mesmo. Quem entusiasma, quem ai para cima, quem brinca, quem vê as pessoas, quem tem o bom encontro. Ele trás para a gente, mas ele é uma oportunidade, quando a gente convida outras pessoas para a gente dar essa felicidade para outros quando a gente convida a passeios no Minhocão. Difícil ter uma Maratona, uma corrida na região central que não se convida o atleta a passar em cima do Minhocão. Essa é uma boa referência. Se tem corrida no Centro, passa no Minhocão.

Mais que tudo, acredito que a abertura da janela para - Santa Catarina que veio aqui, falou que costumava a abrir a janela dela e ver o mar, agora ela abre a janela dela, não perdeu muito para o mar, porque ela ganhou o Minhocão. Então essas coisas vão nos dando a dimensão

precisa do que o Pedro Nich nos trouxe, que é a cidade boa. Cidade boa é a cidade que a gente faz. Princípio básico, a gente tem que fazer a cidade boa, e tem de fazer a cidade boa todos os dias. E tem gente que não reconhece a cidade boa. Ai gente tem de ser tolerante para ensinar para alguns como é fazer cidade boa. E fazer cidade boa, é fazer com gente. É fazer com gente, fazer com os nossos melhores companheiros. Assim faz cidade boa. Fazer com a magrela, fazer com o nosso melhor amigo, fazer com os amigos que estão ao nosso lado, fazer com a família, com os filhos, com os avós, fazer com todo mundo ... (Pausa)

Parece que te chamei?

O SR. _____ - Boa noite vizinhos! Somos gringos. Somos Canadenses. Nós dois. Nós morávamos na Rua das Palmeiras, Santa Cecília, Marechal agora, ao lado de maior espaço verde fechado no Centro de São Paulo. Agora moramos no finalzinho da Frei Caneca. Usamos o Minhocão, três, quatro, até cinco vezes por semana. Andar de bike, passeio com cachorro, corro lá com eles, fazemos passeio embaixo do sol. Muito gostoso. Vim de Toronto. Uma cidade cheia de verde, de parque que não tem muro, não tem cerca. Sinto muita falta disso. Espaço aberto. Quando eu achei o Minhocão aqui. Quando a gente muda de apartamento? Era prioridade para gente ficar perto disso.

Porque espaço aberto não é importante somente para saúde, para lazer. São coisas importantes, são coisas individuais. Claramente que, para mim, é o único lugar que conheço onde posso ver a cara desta Cidade, ou seja, todo e qualquer tipo de pessoa nesta Cidade gigante estão lá do lado. Os espaços são fechados, a maioria, na nossa Cidade. Aqui é muito difícil para mim, mas posso conviver com todo e qualquer tipo de pessoa no Minhocão. Não acho outro lugar igual nesta Cidade e no País.

Quero parabenizar a criação do espaço para fazer esta discussão. É muito importante isso. Uma coisa que também tinha na minha cidade antiga, de Toronto, tem mais aqui: a gente pode inventar, criar e defender uma coisa. Mas o único jeito que a gente tem para defender esse tipo de coisa é coletivamente. Por isso que me comprometo a conversar com todos os vizinhos no meu prédio, rua por rua, porque a gente cria e defende esse tipo de coisas.

Chega de golpes contra as pessoas nesta Cidade e neste país, gente! Vamos organizar e defender o espaço público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Minha procura é estar perto do Minhocão. A prioridade é estar perto do Minhocão. Posso ver a cara das pessoas, não precisa de mais nada. Tem a palavra a Sra. Kelly.

A SRA. KELLY – Boa noite. Na verdade, resido no Ipiranga, mas sou Arquiteta e Urbanista e parto do princípio de que moro onde eu quiser dentro de São Paulo. Onde tiver espaço público, estou morando, porque eu quero me deslocar, quero estar, então eu vou morar no Minhocão, vou morar na Roosevelt, vou morar na Paulista. A gente tem de se apropriar desses espaços. Tenho um projeto que está muito embrionário, chamado "criança também ocupa", no qual trabalhamos com assistentes sociais e pedagogos para fazer com que as crianças também ocupem o espaço público. E nosso ponto de referência era o Minhocão.

É necessário que a gente leve as crianças para esses lugares, porque a gente está vivendo um momento muito esquisito em São Paulo, onde as pessoas não se tocam, onde as pessoas não se ouvem; e, se a gente não crescer na Cidade aprendendo a amá-la, a gente vai ter medo, a gente não vai se apropriar.

Então, quero deixar como mensagem uma fala de um arquiteto muito famoso na questão de urbanismo, chamado Jan Ghel, autor do livro *Cidade para pessoas*, no qual ele diz que: "Uma rua sem saída só é insegura porque existe o espiral onde nada acontece, porque nada acontece, porque nada acontece. E, a partir do momento em que uma rua sem saída tiver uma pessoa, duas pessoas, tudo acontece, porque tudo acontece, porque tudo acontece". Ou seja, enquanto não houver gente lá, o Minhocão vai continuar sendo inseguro e causando medo. E enquanto a gente estiver aqui lutando por isso, a gente terá uma Cidade mais segura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer a Kelly. Serviço de utilidade pública: terça-feira, às 20h, na rua Veridiana nº 55, dia 04 de abril, reunião do Conseg – Santa Cecília.

Todos aqueles que puderem estar lá para defender o Parque Minhocão frente ao Conseg, serviço de utilidade pública, todos que puderem ir, ajudam o Parque Minhocão.

Tem a palavra o Sr. Nicanor Jacinto. (Palmas)

O SR. NICANOR JACINTO – Modéstia à parte, eu também sou morador do Minhocão. Já participei de atividades culturais em defesa do Minhocão, no ano passado.

Em 1996, o Minhocão foi fechado pela Luíza Erundina e houve uma intensa... Nós chegamos a fazer, em 1996, no período do Maluf: "Maluf nos deixe dormir em paz.", era o Zé Carlos, do Partido Anarquista que fazia o cartaz e a gente saía circulando pela Cidade, fazendo colagem e dizendo: "Maluf nos deixe dormir em paz.".

Então eu fico pensando que nós precisamos entender a importância do ser humano, da existência das pessoas, da Humanidade, porque se nós pensamos somente nos negócios, no financeiro, nas construtoras, nós ignoramos o ser humano.

Infelizmente, o que vem acontecendo ali na região e aí é que está, eu imagino o porquê das reuniões do Conseg. Tudo bem, eu acho que tem de ter segurança, é importante, mas existe uma outra coisa a mais em cima disso, em cima das relações humanas.

Houve um ataque no Parque das Luzes e acabou com o Projeto de Braços Abertos, que o Haddad fez lá na Luz.

As pessoas humildes vivem dormindo nas ruas, é claro que o Doria quer tirar todo mundo das ruas e o Conseg faz esse papel. O que precisa? Nós precisamos ter uma relação humana melhor, aquelas pessoas estão nas ruas e podem ser recuperadas, porque estão nas ruas por um problema psicológico, financeiro, pelos mais diversos problemas.

Modéstia à parte, falo para vocês, que integro o Coletivo Poesia da Hora, que faz saraus nos albergues, integro atividades humanas e culturais na cidade de São Paulo e, modéstia à parte, nós vemos que há pessoas que são recuperadas, as pessoas podem ser recuperadas. Não podemos ver as pessoas do ponto de vista capitalista, temos de ver o ser humano do ponto de vista da humanidade. (Palmas) A gente tem de ser mais humano, mais solidário, recuperar, dar a mão e elevar o outro. Isso é importante.

Ou a gente continua fazendo uma política de relações humanas ou nós vamos simplesmente defender o capital, a higienização e isso não é bom para a cidade de São Paulo, não é bom para o ser humano. Temos de defender sempre a essência humana, o ser humano em primeiro plano.

Se as pessoas têm problemas de consumo de drogas, consumo de outros, não é batendo nem prendendo que vamos resolver os problemas, precisamos educar as pessoas, precisamos dialogar. Fazer palestras com psicólogos, a psiquiatria, assistente social, é outra forma. Seria desenvolver a ioga – como a jovem está dizendo – a cultura, o bem-estar social. Nós precisamos dialogar e quebrar os muros, os muros dos nossos amigos, o preconceito. Nós não podemos ter preconceito, a gente precisa aprender a dialogar, a conversar.

São Paulo é uma cidade onde as pessoas uma tem medo da outra, a gente tem que mostrar para as pessoas que não precisa disso, nós temos de ser mais humanos.

Então, em cima disso, acho importante a discussão do Minhocão, utilizar projetos em cima do Minhocão, projetos de cultura, aulas lá em cima e várias outras coisas.

Parabéns pela palestra, parabéns ao Vereador. Acho que é importante a gente fortalecer a relação humana na sociedade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem Nicanor. Está aí, o Nicanor nos sugerindo seis quilômetros de intenso diálogo, que o Minhocão inteiro, seja o lado esquerdo, seja o lado direito, nos promova sempre muito diálogo.

Ana Maria Franco. É a última inscrita, ela vai encerrar as manifestações e encerra da melhor maneira do mundo. Obrigado, Ana Maria e Heitor.

A SRA. ANA MARIA – Desde a hora que cheguei não vi nenhuma mãe, então tenho que fazer meu papel aqui de mãe.

Moro em São Paulo há dois anos só, muito pouco tempo. Morava de frente para a Consolação, então de barulho entendemos muito bem. E mudando para mais perto do Minhocão, agora na Major Sertório, foi uma diferença incrível, mas não funciona à noite? Eu e meu marido ficávamos... A gente consegue ouvir as pessoas conversando no Minhocão. A gente consegue

deixar a porta da sacada aberta.

É ótimo porque nosso sono melhorou muito da Consolação para a Major Sertório, esse é um ponto. E outro, quando mudei para cá estava grávida ainda. Sou do Litoral de São Paulo, cresci brincando na rua e me culpava, meu Deus, vou levar meu filho para São Paulo, ele vai ter que brincar no apartamento, não vai ter tudo o que eu tive, não vai ter amigo de rua. As pessoas aqui não conversam. Então para onde vou levar meu filho?

E agora que mudamos para cá consigo levar meu filho no Minhocão, conseguimos andar, conversar com um monte de crianças que também estão lá. Ele interage, adora ver os cachorros no Minhocão, mexe com todos os cachorros do minhocão. A primeira peça de teatro que ele assistiu foi Esparrama, então para a gente foi sensacional, ele adora. Vamos praticamente todos os domingos que tem.

Então não deixem isso morrer. Precisamos muito disso. É ótimo. Eu aproveito, o meu filho aproveita, meus vizinhos aproveitam. A gente se sente incluído, porque vir para São Paulo é assim: quem eu sou aqui? Eu não sou ninguém. Ninguém me enxerga. Aonde vou? O que vou aproveitar da Cidade?

Meu primeiro ano aqui, senti que não aproveitei nada da Cidade, porque não vou pegar metrô para ir no parque tal. Não vou pegar fila para ir ao museu tal, a Paulista é muito cheia de gente no domingo. Então assim, no Minhocão a gente consegue, andamos tranquilamente, não é lotado como a Paulista. Conseguimos conversar, as pessoas estão mais receptivas para conversar com a gente.

Então comecei a aproveitar São Paulo quando descobri o Minhocão aberto. Quanto mais tempo puder ficar aberto melhor para nós e para todo mundo. Então, por favor, vamos lutar por isso sim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem coisa que é boa que tem de acabar, então vamos encerrar a nossa audiência, mas preciso deixar nesse enredo final duas coisas que me parecem fundamentais.

Ana, você não errou de trazer seu filho para São Paulo, nem para o Minhocão. Você não o privou de vida, nem de vida com as pessoas, porque tem o Parque Minhocão. Então acertou e que muitas mães tragam as suas crianças para reescrever, redesenhar São Paulo.

E vou contar para vocês, quem escreveu a lei do Parque Minhocão foram crianças da região central que desenharam com a própria mão o que elas tinham de sonho, que passava na janela e não era carro. Era exatamente aquele burburinho de gente que você falou. Nossa, posso ficar com a sacada aberta que escuto gente falando lá.

Então esse é um elemento fundamental da gente fazer cidade. E você nos contando isso dá muita força, porque quando eu conto, quando pessoas que estão envolvidas, quando o David conta, fica parecendo que estamos defendendo o que queremos. Não estamos defendendo o que queremos. Estamos defendendo aquilo que acreditamos, que é muito diferente. Quando a gente acredita em coisas assim, a gente é muito mais forte. E a sua fala mostra muito desse acreditar.

Mas preciso lembrar que temos de ir, terça-feira, na reunião do Conseg, às 20h, na Rua Dona Veridiana, 55. Quem puder ir é importante. Ninguém lá é oposição da gente, mas eles não enxergaram o que já enxergamos. Então enxergamos coisas diferentes, aqueles lá ainda não enxergaram, mas vão enxergar porque vamos ajudar a abrirem os olhos.

Não terminamos aqui esse processo, a gente tem que votar, a gente já votou em primeira a redução do horário, então, isso é importante. Qual a finalidade dessa reunião? Nós queremos tomar uma decisão pública de ampliar o horário para as pessoas do parque Minhocão, portanto, as pessoas poderem acessar o parque minhocão de segunda a sexta a partir das 20h, de segunda a sexta a partir das 20h. Esse é o nosso desejo e a gente quer que isso aconteça até o fim desse semestre. Isso aqui faz parte desse dialogo. A gente quer até o final do primeiro semestre desse ano que aprovemos a lei e que ele sancione a lei e nos permita acessar o parque Minhocão a partir das 20 horas todos os dias da semana. Esse é o intuito da Câmara estar envolvida nisso.

Mas, a batalha pelo parque Minhocão não se restringe só ao horário do funcionamento, nós

temos uma batalha que essa é só dentro da Administração e é com ela que eu vou terminar. Nós precisamos convencer as autoridades executivas, nosso Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, nosso Secretário de Esportes, nosso Secretário de Subprefeituras, que é o Vice-Prefeito, Bruno Covas, nosso Prefeito Regional da Sé e Prefeito regional da Lapa porque o parque do Minhocão, diferentemente de muitos outros parques, abrange duas prefeituras regionais. Ele começa aqui na Consolação e termina lá no Padre Péricles, no Largo do Parque Péricles, já é Lapa não é mais Sé, então, temos de convencer dois subprefeitos. O que a gente quer? Se é parque precisa de Conselho Gestor. Por quê? Porque parte do que a gente discutiu aqui, se tivesse o Conselho Gestor, parte das ameaças que são feitas por Consegs, se nós tivéssemos o Conselho Gestor, não existiriam porque esse debate seria feito dentro daquela representação legítima e democrática eleita para se roo Conselho Gestor do parque.

Então, tem um trabalho administrativo que tem de ser feito pela gestão Doria, que é constituir o Conselho Gestor e chamar a eleição. O que é isso? Constitui o parque enquanto organismo, porque já tem lei, e chama 30,40,60 dias a eleição do Conselho Gestor e que a sociedade pode se articular para ter os seus candidatos e a partir daí ter uma gestão democrática. Então, temos na terça-feira, uma reunião importante, que é a do Conseg. O trabalho que a gente começa hoje de pressão diuturna com o Secretário do Verde e Meio Ambiente, meu amigo, Vereador Gilberto Natalini, com o Secretário de Esportes, Secretário Jorge, do Prefeito Regional da Sé que é o Eduardo Odloak, do Prefeito Regional da Lapa, que é o Carlos Fernandes e esse envolvimento de vocês para que a gente tenha o Conselho Gestor.

Um trabalho que a gente vi fazer na Câmara até o fim do semestre que é aprovar os novos horários do parque Minhocão. Um apoio também importante que é o Secretário dos Transportes, que apoia o parque, Secretário Sergio Avelleda que é ciclista, apoiador do parque, apoiador das restrições de circulação do carro em cima do parque Minhocão porque é importante ter o apoio da CET e da Secretaria de Mobilidade e Transporte da Cidade por conta da restrição da circulação de carro e da abertura para as pessoas.

Preciso agradecer a presença de todos, todos tinham muitas dúvidas se em audiência pública fora da Câmara vinha gente e estão aqui os nossos funcionários da Câmara que nunca viram tanta gente numa audiência. Normalmente, a gente faz e não tem gente. Aqui a gente fez e veio bastante gente. Agradeço vocês que nos ajudaram e agradeço a cada um de vocês que vierem, participaram da audiência e agradecer aos que estão lá em cima nos prédios nos escutando, sabendo que o que a gente fez aqui é um regime democrático, republicano que importa para a Cidade. Via o parque Minhocão, a manifestação popular, viva o bom congaçamento das pessoas e hoje aqui se deu na Roosevelt e quem sabe logo se dá às 20h lá em cima do parque Minhocão. Bom domingo a todos.